

NOVAS EXIGÊNCIAS DOS SOCIALISTAS

Eleições primeiro Governo depois

Enquanto a linha de actuação dos socialistas continua a surpreender os observadores, que não sabem realmente o que é que o PS pretende, o último comunicado da Presidência da República incide na ideia de se esgotarem todos os esforços para encontrar, no actual quadro parlamentar, um acordo de Governo.

Os socialistas, após a audiência de Belém, afirmaram haver grandes possibilidades de concretização da solução prefigurada na segunda das hipóteses do discurso presidencial de 22 do corrente (apoio parlamentar «sem coligação»). Mário Soares, no entanto, referiu ontem que o PS, desde a sua exoneração, «não pensa voltar brevemente ao Governo», regressando ao Executivo «depois das eleições, se o povo português assim o entender».

Por outro lado, às propostas de acordo reiteradamente formuladas pelo PCP, os socialistas respondem com tentativas de criação de centrais sindicais paralelas, encontros com o PC de P (m-l), boicotes às autarquias presididas pela APU, etc.

Entretanto, os centristas, também ouvidos por Eanes, reconheceram a existência de dificuldades para a concretização de um acordo interparlamentar maioritário.

Quanto aos socialistas-democratas, reafirmaram ontem apenas admitir um acordo governamental interpartidário que seja o de «Governo de salvação nacional» PS/PSD/CDS (proposta feita desde há um ano). É assim natural que tenha pouca viabilidade a hipótese que Eanes, na última sexta-feira, declarou preferir.

Única novidade neste pano-

rama é a questão da participação dos comunistas no Governo, posta pela primeira vez na última reunião do Comité Central do PCP.

O Partido Comunista Português, com efeito, dado o agravamento da crise e a incapacidade dos anteriores Governos, entendeu reivindicar a sua participação num Executivo correspondente a uma destas alternativas: Governo resultante de acordos interpartidários, Gabinete que não se baseie nesse tipo de acordo (nesse caso, a participação de militantes do PCP dependeria do modo como ocorresse a formação de tal Gabinete), Governo de Gestão, destinado à preparação de eleições, em que participem os quatro partidos com grupos parlamentares.

A segunda hipótese formulada

por Eanes em 22 do corrente, consistindo num Governo com apoio parlamentar maioritário, sem coligação (mas com militantes dos principais partidos), «deverá evoluir para um acordo interpartidário, com validade até 1980», o qual será «concretizado dentro de um prazo em que a realização de eleições antecipadas, que completem a actual legislatura, ainda tenha significado político».

Belém, por sua vez, decidiu conceder aos partidos «o tempo necessário às diligências que entendam convenientes para promoverem aproximações e acordos, por forma a que resulte claro para o País quais as possibilidades reais de acordo que cada partido considera existirem e qual a natureza das razões que porventura, venham a conduzir ao abandono desta solução».

Reabriu o infantário popular da Rua Arriaga

Pág. 20

Mulher tenta vender criança por 500 escudos

SACAVERM — A meio da manhã de hoje, apareceu nas proximidades do mercado desta localidade uma mulher que aparentava ter trinta anos de idade e que transportava, ao colo, uma criança que se julgava não ter mais de um ano. Depois de meter conversa com alguns transeuntes, a referida mulher reuniu à sua volta algumas pessoas a quem pretendeu vender a criança por 500\$00, quantia que foi variando à medida que se juntava gente e que, em determinada altura, atingiu os 600\$00. Perante o espanto e a indignação de alguns dos presentes, a mulher mudou de local mas continuou a insistir na venda da criança. Convocada, a GNR enviou uma patrulha ao local e esta levou a mulher para o posto onde ainda se encontrava à hora de fecharmo o jornal. Não foi possível saber o nome da mulher ou conhecer os motivos que a levaram a praticar este acto aparentemente desesperado.

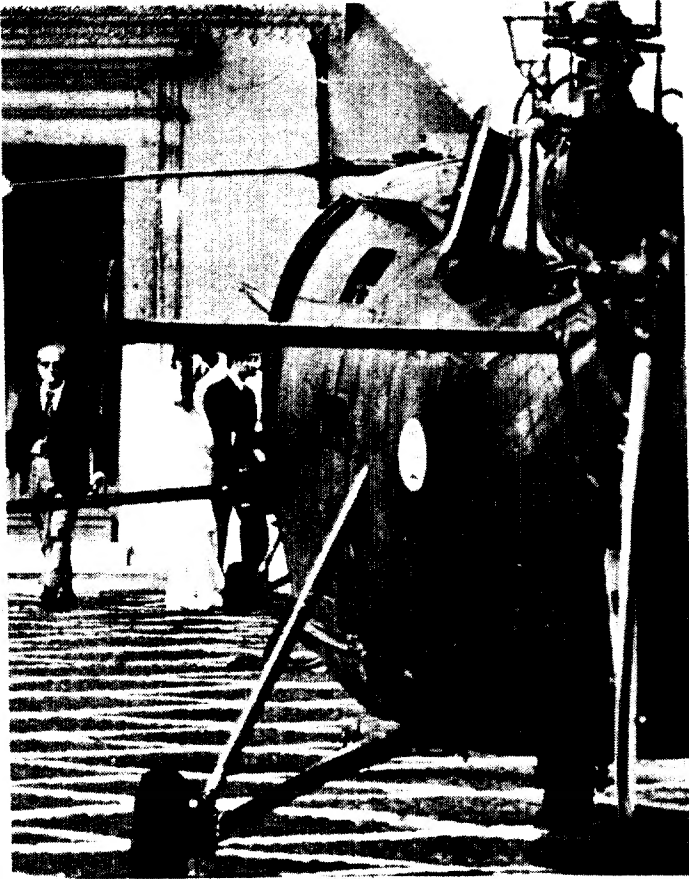
DIZIAM-SE SILENCIOSOS



Foi há quatro anos. Spínola e a reacção não conseguiram passar, e Portugal prosseguiu na senda dos novos rumos traçados pelo 25 de Abril.

Agarrado a uma hipotética «maioria silenciosa», o general do monóculo serviu de estandarte às forças saudosistas do 24 de Abril. Uma tourada seria o rastilho para tentar virar o curso dos acontecimentos.

«Abertura à direita» — gritava-se no Campo



Pequeno, entre apupos e insultos a Vasco Gonçalves. Essa «abertura», que mais não era do que um regresso ao passado, durou pouco mais de 24 horas. O espírito de Abril acabou por triunfar. O 28 de Setembro não lhe travou o passo a caminho da democracia.

Pode dizer-se que o País, nesse período escuro, disse «não» a Spínola, que, mais tarde, com o 11 de Março, após o fracasso de nova tentativa contra-revolucionária, se ausentou de Portugal.

sempre

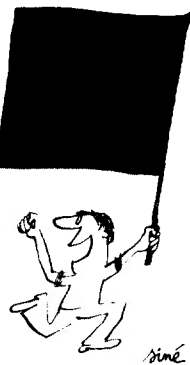
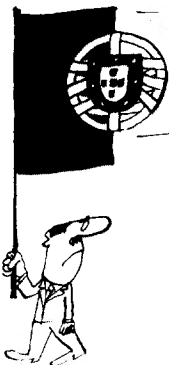
fixe

NUMERO ESPECIAL

Suplemento ao N.º 19 769 do DL

28 de Setembro de 1978

Director: A. Ruella Ramos



O 25 DE ABRIL VISTO POR SEMPRE

Publicado no Sempre Fixe de 11 de Março de 1978

PRIMEIROS MINISTROS ANALISAM PORTUGAL DE ABRIL



PALAVRAS PARA A HISTÓRIA

O que fizeram os Chefes de Governo após a queda do fascismo

Pela primeira vez na História de Portugal pós-25 de Abril um jornal (o «Sempre Fixe») reúne na mesma edição entrevistas com os quatro homens mais responsáveis pela governação do País depois da queda do fascismo. Este número especial do «Fixe», saído para garantir o título da publicação, incluímo-lo na edição do «DL» de hoje, numa oferta que entendemos fazer aos nossos leitores.

O peso histórico deste número especial do «Sempre Fixe» pode ser estimado nas declarações de Adelino da Palma Carlos, «o meu Governo só servia para apagar incêndios»; nas palavras de Vasco Gonçalves, «a democracia só se realiza cabalmente na construção do socialismo, pois o objectivo final da democracia deverá ser o fim da exploração e da opressão do homem»; no auto-retrato traçado por Pinheiro de Azevedo, «sou um homem de esquerda com tática de direita»; e na advertência de Mário Soares, «não direi que a democracia está consolidada, a Constituição está apenas em vigor há dois anos, e veja-se como se têm levantado cada vez vozes mais estridentes no sentido de a reverter».

● O número especial do «Sempre Fixe», incluído nesta edição como «suplemento do DL», não pode ser vendido separadamente.

ponto a ponto

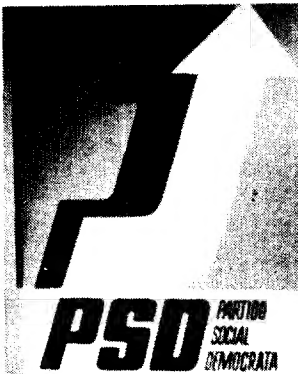


Reúne-se no próximo fim-de-semana, no Hotel Roma, em Lisboa, o Conselho Nacional do CDS. A reunião inicia-se sábado, dia 30, pelas 15.00 horas e continua, caso haja necessidade, às 10.00 horas de domingo, dia 1 de Outubro. Entretanto, os pontos principais da agenda de trabalhos são a análise da situação política e a discussão de assuntos de natureza interna.

Manuel Alegre, Marcelo Curto e Alfredo de Carvalho animarão amanhã, dia 28, pelas 19.30, no Largo do Rato, uma reunião de núcleos de empresa que tem como objectivo fazer uma análise da situação política e mobilizar os militantes para o comício que o PS promove em 4 de Outubro



Se a Comissão Política Distrital do PSD se não dimitir, o deputado daquele partido, Rui de Sousa Fernandes, deve passar à situação de independente, conforme exige um grupo de sociais-democratas e representantes das Comissões Concelhias do distrito de Viana do Castelo afectos àquele parlamentar.



Carlos Carvalhas, deputado do PCP, foi eleito vice-presidente do grupo comunista da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa. A votação para aquele cargo decorreu em Estrasburgo e, para presidente do grupo foi escolhido o deputado comunista francês Bouchenerr.



Vasco da Gama Fernandes e o grupo de parlamentares portugueses que se encontram de visita oficial à Suíça foram ontem acolhidos no parlamento deste País por uma calorosa e prolongada ovação. Os deputados portugueses foram mais tarde homenageados com um jantar oferecido pelos presidentes do Conselho dos Estados e do Conselho Nacional.

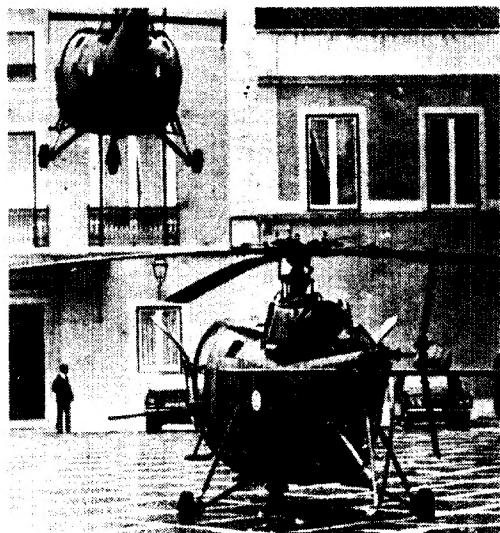


Da reunião da Internacional Socialista a decorrer no próximo fim-de-semana em Lisboa deverá sair um Secretariado para a América Latina. Com efeito, fontes fidedignas informaram a ANOP de que está previsto para esta ocasião um encontro preparador da constituição desta estrutura da I.S. com a presença de Antoine Blanca, delegado nacional do PS francês para a América Latina.

A PROPÓSITO DO 28 DE SETEMBRO



Em 28 de Setembro de 1974 o povo disse que a reacção não passaria... e a reacção não passou. Em Belém e nas barricadas, como mostram estas imagens evocativas, a unidade dos antifascistas foi decisiva



QUATRO ANOS DEPOIS DEFENDER ABRIL

RODRIGUES BORGES

Há quatro anos autoproclamaram-se de «maioria silenciosa»: eram fascistas e foram derrotados.

Hoje dizem-se «sem partido» ou usam a capa de «independentes»: são os mesmos.

Agora, como ontem, a direita (a reacção) insurge-se contra o progresso, contra o pa- novo, contra Abril.

No 28 de Setembro de 1974, o povo mostrou na rua a força da sua razão, demonstrou nas barricadas que sabia o que queria e que não queria o regresso ao 24 de Abril.

Mas hoje, «desabitados» das barricadas, porventura desencantados com o rumo que a Revolução tomou, poderão os antifascistas, os democratas, os cidadãos de esquerda, afirmar-se uma vez mais como os mais fortes, os mais conscientes, os mais numerosos? Será possível contrapor com êxito, à absurda tese dos seis milhões e meio de «eleitores independentes», a verdade de uma autêntica maioria (ainda) disposta a defender Abril com unhas e dentes?

A lição, o exemplo de há quatro anos atrás, não pode (não deve) perder-se nos alcapões da História.

Quantos cidadãos deste país, com partido ou sem partido, ensinaram então à reacção a «meter o rabo entre as pernas», tiveram tempo mais do que suficiente, a partir daí, para aprender e perceber muitas coisas. Para aprender, no passado, que a «maioria silenciosa» não passou de um papão inventado. Para perceber, no presente, que esta novíssima história dos sem partido não corresponde senão a mais um mito, obviamente gerado pelas mesmas forças.

Podem ser outras as arenas. Podem ser diferentes os métodos e são por certo bem outros e

bem diferentes os moinhos «eleitos» pelos ventos reacçãoários. Mas que não fique a menor dúvida sobre os objectivos pretendidos: esses nunca enganaram quem não deixou de acreditar no 25 de Abril como etapa libertadora.

A reacção, pavoneie-se ela, com plumagens «pluralistas e democráticas» ou bambolee-se despididamente com arrogâncias neofascistas, é sempre a mesma.

Todavia, as condições de hoje pouco têm de comum com as condições existentes em 28 de Setembro de 1974. O chamado cidadão comum (eleitor por devoção ou abstencionista por desencanto incluídos) dispõe agora de mais vastos pressupostos, a partir dos quais cogita e age. Pressente-se que assim é — apesar dos derrotistas de turno — quando se contacta cara-a-cara com essa (verdadeira) maioria que come dia após dia «o pão que o diabo amassou». Apesar das longa-lengas desencorajantes dos profetas da bancarrota económica e política e dos baldes-de-água-fria que o custo de vida despeja quotidianamente na cabeça de cada um, sobra uma parcela suficiente de discernimento ao tal cidadão comum. Pondo de lado as excepções, admitindo sem pejo as deserções e os cansaços, as traições ou os meros equívocos, o balanço continua a ser positivo. Isto é, o maior número de eleitores deste país continuará a apostar na Democracia, na Liberdade, na Justiça Social que Abril apontou, em suma, na esperança que não perdeu mau grado os famigerados «acidentes de percurso».

Essa certeza-força poderá então traduzir-se em reduto inexpugnável.

A reacção, tal como no 28 de

Setembro, uma vez mais **não passará** se os antifascistas demonstrarem por a+b que a sua vontade e a sua razão são as mais legítimas. Para já, a tarefa inadiável reveste-se acima do mais de um cunho pedagógico: trata-se de propor aos desencantados e aos indiferentes um exame de consciência. É urgente que se digam, aos eleitores potenciais desta terra de uma vez por todas, as verdades que nem sempre foram ditas por quem tinha obrigação de as revelar, ou que apenas foram vagamente pronunciadas nos locais ou nos momentos menos acessíveis à maioria.

O país está ávido da verdade nua e crua, sem mantos diáfanos, politiquês e eleitoralistas. O desencanto, acrescido daquela «certa reserva» em relação aos partidos políticos, tão bem aproveitada pelos inimigos da Democracia, são dividendos que os detractores de Abril sempre tentaram e tentarão contabilizar. Não nos esqueçamos do 28 de Setembro e da sua «maioria silenciosa». Quatro anos não são quatro séculos.

Também não desprezemos, muito ao contrário, as actuais campanhas de intoxicação que pretendem desacreditar os partidos e «transformar» os cidadãos que não militam em nenhuma organização política em cidadãos amorfos, indiferentes, quicá adversários do regime democrático nascido do 25 de Abril.

O equívoco é tão evidente como facilmente desmontável: os independentes de partidos não podem, em circunstância nenhuma, serem rotulados como marginais da Democracia. Pode ser discutível, por exemplo, o facto de um cidadão interferir por qualquer forma na vida política

sem assumir publicamente, sem ambiguidades, um matiz político definido.

Mas a excepção, como é norma, uma vez mais confirma a regra. Sabe-se que, por comodismo e raramente por indiferença, o cidadão comum não se filia em partidos políticos. Mesmo o que optou (conscientemente) e votou (coerentemente) em todas as eleições realizadas depois do 25 de Abril, não se decidiu pela militância. Acha suficiente o seu voto periódico, em seu entender o «estatuto» de simpatizante é suficiente.

O essencial, portanto, resulta de múltiplas situações idênticas: os não filiados em partidos não podem ser levemente enquadrados numa hipotética força política. Neste caso, os «independentes» tão ansiosamente (re)inventados nas últimas semanas, não são mais do que uma edição «actualizada» de «maioria silenciosa» que ousou enfrentar Abril faz hoje quatro anos. E que foi derrotada sem apelo.

A lição, o exemplo a extrair da efeméride, salta à vista. Também hoje a reacção, incomparavelmente mais arrogante e mais sofisticada, incrivelmente «legal» e dispondo de trincheiras que há quatro anos não sonharia ocupar, tenta travar a marcha do progresso. As barricadas, nas ruas, poderão não ser erguidas. Certa, porém, é a convicção de todos os antifascistas: **a reacção não passará**. Os recursos disponíveis serão diferentes, mas um ponto de convergência terá que ser encontrado, porque defender Abril, como em 28 de Setembro de 1974, é questão de honra: a unidade dos democratas autênticos (ontem, como hoje e como sempre) será com certeza o único caminho. Ou, pelo menos, o mais viável.

PUB.

COMISSÃO NEGOCIADORA SINDICAL

NEGOCIAÇÕES CCTV — FABRICANTES

MATERIAL ELÉCTRICO E ELECTRÓNICO

INÍCIO DA CONCILIAÇÃO MARCADO

PARA DIA 29-9-78

VIGILÂNCIA E MOBILIZAÇÃO, ÚNICA FORMA DE DAR RESPOSTA AO COMPORTAMENTO DO PATRONATO

CAMARADAS:

Foi marcado para o dia 29 de Setembro, no Ministério do Trabalho o início da Conciliação do nosso contrato. A CNS nos Plenários realizados nas empresas, já definiu a sua posição em relação ao comportamento da associação patronal, ANIMEE no que diz respeito à sua intenção de pretender transferir para o Ministério do Trabalho a responsabilidade que lhe cabe na negociação do contrato, assim como na rotura agora provocada, demonstrando a ANIMEE durante as negociações directas uma atitude constante de má-fé negocial recusando apresentar qualquer proposta concreta que permitisse avançar nas negociações. A CNS reafirma a sua posição de imputar à ANIMEE, a total responsabilidade pela situação verificada no contrato, assim como no pedido de Conciliação, responsabilizando-a desde já pelas atitudes que os trabalhadores venham a assumir, se durante a conciliação não alterar radicalmente o seu comportamento.

A CNS apela a todos os trabalhadores para que se mantenham vigilantes e mobilizados para a luta, afim de poderem em unidade oporem-se a quaisquer manobras patronais que impeçam uma solução favorável na conclusão do CCTV.

A CNS entende que o Ministério do Trabalho terá de contribuir activamente para que a ANIMEE altere o seu comportamento verificado durante as negociações directas e que tem sido negativo, assegurando assim na Conciliação que o patronato apresente uma contra-proposta realista que permita a conclusão rápida das negociações. A CNS tudo fará para assegurar uma rápida conclusão do CCTV/FABRICANTES DE MATERIAL ELÉCTRICO estando no entanto consciente que tal só será possível com o apoio (já manifestado) de todos os trabalhadores, principais interessados na publicação rápida deste contrato.

A CNS pode neste momento fazer o resumo dos Plenários nas empresas realizados no Norte, Centro e Sul. Poderemos afirmar que o apoio esmagador que os trabalhadores manifestaram à moção de orientação apresentada pela CNS, dá-nos a máxima capacidade de negociação o que poderá ser importante no evoluir das reuniões de conciliação. A CNS considera que será útil neste momento divulgar a sua moção de orientação, com os resultados da votação nos Plenários realizados, como

forma de ficar claro o apoio incontestável dos trabalhadores à orientação da CNS.

MOÇÃO DE ORIENTAÇÃO

— Considerando a situação criada nas negociações directas da revisão do CCTV/ME, com o pedido unilateral de passagem à conciliação, por parte da Associação Patronal ANIMEE;

— Considerando a gravidade das posições da ANIMEE, ao longo das negociações desprezando inteiramente as aspirações dos trabalhadores do Sector, em relação à rápida publicação do seu CCT, como forma de melhorar os seus salários brutalmente desgastados pelo aumento do custo de vida, verificado desde a publicação do CCT em vigor;

— Considerando o comportamento de má-fé negocial que a ANIMEE demonstrou, recusando apresentar à Mesa de Negociações qualquer contraproposta de tabela salarial, ou qualquer outra matéria, desprezando a flexibilidade manifestada pelos Sindicatos, mostrando assim a clara intenção de romper as negociações;

— Considerando a forma arrogante e provocatória como o patronato tentou aproveitar o período de férias nas empresas, procurando não negociar como forma de evitar a rápida publicação do CCTV/ME;

— Considerando a necessidade de se enquadrar o comportamento da Associação Patronal, ANIMEE, na defesa dos interesses das empresas multinacionais que dominam o Sector dos Fabricantes de Material Eléctrico, onde se multiplicam os despedimentos, onde se reactiva a repressão, tentando impor as condições de exploração e opressão existentes antes do 25 de Abril de 1974;

— Considerando o realismo da proposta sindical, devidamente fundamentada, comprovado pelo reconhecimento expresso da ANIMEE, que o aumento do custo de vida foi no mínimo de 32,6%, deixando a descoberto toda a manobra patronal que mesmo perante estes números, exigiu que os Sindicatos baixassem a sua proposta, para limites que os Sindicatos não poderiam aceitar, confirmando a sua intenção de rotura, como forma de transferir a responsabilidade do CCTV/ME para outros sectores;

Os trabalhadores decidem:

1.º — Repudiar o comportamento da ANIMEE, ao longo das negociações da revisão do CCTV/ME, com a intenção evidente de não permitir a sua conclusão, procurando a rotura agora provocada.

2.º — Imputar ao patronato a responsabilidade total na rotura das negociações, assim como pelas atitudes firmes de luta que os trabalhadores decidam assumir na devida altura, pela publicação do CCTV.

3.º — Recusar como provocatória, a exigência prévia do patronato para que os Sindicatos baixassem a sua proposta para os 20%, tentando assim impor uma falsa interpretação da lei, desde o início recusado pela CNS pese embora a declaração patronal transcrita em Acta de que, «a ANIMEE, está disposta a ponderar os sinais positivos detectados na evolução económica do sector, para a partir daí, estudar e negociar um aumento realista da massa salarial», a ANIMEE ao revelar que o sector está a evoluir económica e produtivamente, mas não apresentando intencionalmente qualquer proposta concreta de tabela salarial revela o seu objectivo explorador do lucro máximo, tentando não permitir a justiça dum reposição do poder de compra dos trabalhadores nas tabelas salariais.

4.º — Apoiar activamente a CNS do CCTV/ME na sua acção reiterando-lhe a sua confiança, para a continuação das negociações, mandatando-a para que proponha as formas de luta, que o comportamento futuro do patronato venha a aconselhar como objectivo de impedir um adiamento prolongado da publicação do CCTV/ME.

Esta Moção foi aprovada por uma esmagadora maioria em Plenários realizados em mais de 35 empresas do Sector de Fabricantes de Material Eléctrico, representando aproximadamente 85% dos trabalhadores, assim como em Plenários de Delegados Sindicais realizados no Norte, Centro e Sul.

Lisboa, 25/9/1978

A COMISSÃO NEGOCIADORA SINDICAL

PODER LOCAL

Almada, Terceira — quanto tempo

Quando da Assembleia Popular do Concelho de Almada, e conforme foi nestas colunas circunstanciadamente relatado, ficou o Secretariado da APCA encarregado de promover a efectivação de um estudo sobre a situação dos Reformados, Pensionistas e Idosos do concelho - e com base nesse trabalho vir a apresentar àquela Assembleia as respectivas conclusões. Para levar a bom termo a tarefa que lhe foi atribuída, considerou o Secretariado necessário recolher o maior número de dados que reflectissem a realidade do concelho nesse campo e permitissem a apresentação de conclusões correctas. Assim, foram desenvolvidos esforços com vista à concretização de contactos com a Associação dos Reformados, Autarquias, Comissões de Moradores, União dos Sindicatos e Movimento Unitário dos Reformados, Pensionistas e Idosos. «Todos os contactos se realizaram com resultados bastante positivos» - afirma o Secretariado da APCA.

Vamos apresentar, pois, uma síntese desse trabalho aos leitores do «DL» que sempre tiveram em conta que o problema em análise é de todos nós - e que só em unidade (trabalhadores do

meira necessidade, e o baixíssimo nível de pensões e subsídios, têm colocado muitos milhares de reformados, pensionistas e idosos muito abaixo das condições mínimas de subsistência.

com os novos aumentos de preços dos produtos do «Cabaz de Compras», dos transportes, da electricidade, do gás, etc. Em contrapartida, «esqueceu-se» de atender às reivindicações dos Reformados e Idosos entregues em Março de 78 ao secretário de Estado da Segurança Social.

Que reivindicações...?

Estas:

Melhoria das pensões de modo a ser restabelecida a capacidade de vida que os reformados adquiriram em Julho de 75; a manutenção do preço dos produtos do «Cabaz de Compras» que então vigoravam; o pagamento do aumento das pensões a partir de Janeiro do corrente ano; equipamentos sociais e uma política social de habitação a favor dos reformados e idosos; e o cumprimento dos princípios constitucionais no que respeita à participação dos trabalhadores do activo do e passivo na elaboração da legislação sobre Segurança Social e na gestão das Instituições de Segurança Social.

Em conclusão:



Todos nós, lentamente, dia a dia, nos encaminhamos para uma idade que exige repouso, regalias, conforto. Se não nos batermos hoje por um «modus vivendi» que sirva a Terceira Idade, mais tarde não o conseguiremos: seremos, então, velhos arrumados num banco de jardim...

activo e trabalhadores do passivo) se consegue melhorar o panorama actual da vida dos idosos...

SITUAÇÃO ECONÓMICA

Pois bem: a situação económica dos Reformados, Pensionistas e Idosos do concelho de Almada insere-se na situação a nível nacional dos mesmos cidadãos.

Constituindo um dos sectores mais desfavorecidos da nossa população, é por demais evidente que a crescente degradação das condições de vida do povo português, e o agravamento constante da situação económica, social e política, resultante da política de cedências à direita a partir do VI Governo Provisório, tem atingido esses cidadãos, tornando-os mesmo em vítimas que de maneira nenhuma se podem esquecer - e muito menos esconder...

Possível especificar-se este estado de coisas...?

Certo. O aumento vertiginoso dos preços dos produtos de pri-

Ora como aprofundar o conhecimento deste sector da população...?

Atente-se, para já, no seguinte:

Em 1976 o aumento anual médio do custo de vida foi de 20,9% - e o aumento das pensões verificado em Fevereiro de 77 já não correspondeu àquela percentagem, pois a grande maioria das pensões beneficiou apenas 12,5%, havendo muitos milhares de pensionistas que não receberam qualquer aumento.

Só isso...?

Não. Em 1977, o aumento anual médio do custo de vida foi de 30% - e apesar disso, e da situação de injustiça já anteriormente verificada, só em Julho de 78 as pensões foram aumentadas, não tendo a taxa mais elevada de aumento ultrapassado os 22%.

Só isso...?

Não. E isso porque, para maior agravamento ainda da situação económica dos reformados e idosos, o II Governo Constitucional não se esqueceu de acompanhar o aumento das pensões

Muitos milhares de pensionistas viram a partir de Julho/78 a sua capacidade de aquisição reduzida em cerca de 40% em relação a 77 - e enquanto não houve efeitos retroactivos para o aumento das pensões, houve-os para o pagamento de contribuições e impostos.

QUE NÍVEL DE ORGANIZAÇÃO?

Isto a nível económico. E a nível de organização...?

A nível de organização é conhecida a Associação de Reformados e a Comissão Unitária de Reformados, Pensionistas e Idosos da Freguesia da Cova da Piedade.

(Um parêntesis mesmo entre parêntesis: relativamente à Associação de Reformados não é possível avançar quaisquer elementos relacionados com a sua estrutura e âmbito de acção, pois correr-se-ia o risco de incorrecções, já que se continua a aguardar uma resposta solicitada pelo Secretariado da APCA.)

Debrucemo-nos, portanto,

dade ainda sem solução?

sobre a Comissão Unitária de Reformados, Pensionistas e Idosos da Freguesia de Cova da Piedade. Bem: esta Comissão faz parte da Comissão Distrital de Setúbal do MURPI - e, por conseguinte, encontra-se integrada naquele Movimento Unitário de âmbito nacional, cujos Estatutos e Caderno Reivindicativo foram aprovados na Conferência Nacional de Maio passado.

Ora, então, como vão as coisas...?

Em linhas gerais, as coisas vão assim:

As infra-estruturas de apoio são praticamente nulas. Assim, no concelho, a cobertura de equipamentos sociais (Centros de Dia a nível local) está integralmente por realizar.

Nada existe...?

O Asilo, em Costas de Cão, é o único centro existente. Mas... a sua finalidade não é aquela de que os Reformados e Idosos carecem (e pretendem que seja), pois não se trata ali de os preparar e readaptar, e sim antes de os manter como peças inúteis até ao fim da vida.

Atente-se só nisto:

A lotação do Asilo encontra-se normalmente esgotada - e as vagas só aparecem por morte de algum dos seus ocupantes.

Ânimo, no entanto, e continuemos...

A Câmara Municipal de Almada cedeu um terreno à Associação de Reformados para que aí seja instalado um centro de apoio e convívio para idosos. A criação do centro em perspectiva, cuja responsabilidade de arranque caberá à Associação, representará, na verdade, um avanço na resolução das necessidades do concelho. Mais: a sua construção merecerá natu-

ralmente o apoio geral, desde que se destine a servir todos os idosos, sócios ou não da Associação de Reformados.

Que concluir deste ponto...?

Deste ponto pode concluir-se que muito há a fazer no concelho, quer a nível organizativo dos reformados, pensionistas e idosos, quer a nível de infra-estruturas de apoio.

Assim...

Assim impõe-se a criação de Comissões Unitárias em todas as freguesias onde não haja qualquer organização de reformados e idosos, o que certamente conduzirá à criação de infra-estruturas de apoio a nível local, ao mesmo tempo que constituirá um reforço da organização do sector.

DOS NÚMEROS AS CONCLUSÕES

Transformemos agora, em prosa, um quadro relativo à concentração de idosos no concelho.

Cinco são as freguesias: Almada, Cova da Piedade, Caparica, Trafaria e Costa da Caparica.

Vejamos, então, o número de idosos em cada uma dessas freguesias:

Almada - cerca de 9 100; Cova da Piedade - cerca de 6 800; Caparica - cerca de 2 700; Trafaria - cerca de 1 400; e Costa da Caparica - cerca de 1 000.

Os números apresentados, segundo o Secretariado da APCA, reflectem bem as necessidades existentes - e a justeza da perspectiva concernente à organização e às infra-estruturas de apoio. No concelho de Almada, portanto, existem cerca de 21 000. Hoje. E amanhã...?

Depois de tudo isto, que deci-

diu o Secretariado da Assembleia Popular do Concelho de Almada...?

Decidiu-se pela apresentação de seis conclusões - seis conclusões que são as seguintes (e vão numeradas para que as pessoas aprendam a contar):

I - Reforçar a organização de Reformados, Pensionistas e Idosos do concelho dinamizando a população para a criação de Comissões Unitárias de Freguesia, desde que não exista qualquer tipo de organização local no sector. II - As Comissões Unitárias a formar bem como as organizações já existentes deverão ser apoiadas pelo Movimento Popular e Sindical Unitário, bem como pelas autarquias. III - Instalação de Centros de Dia a nível de freguesia numa primeira fase, e, posteriormente, a nível de zona de uma mesma freguesia, desde que as condições objectivas o justifiquem. IV - Recomendar às autarquias que dentro das suas possibilidades integrem nos quadros de pessoal Assistentes Sociais para apoio aos idosos - e caso existam terrenos camarários disponíveis, onde seja possível a instalação de Centros de Dia, que os mesmos sejam cedidos às organizações representativas dos reformados e idosos a nível local. V - Reconhecer que a adesão ao MURPI por parte dos reformados, pensionistas e idosos do concelho através das organizações representativas é condição fundamental para realização e defesa dos interesses colectivos. VI - Apoiar os Reformados, Pensionistas e Idosos na luta pelo seu caderno reivindicativo aprovado na Conferência Nacional de 27 de Maio passado, realizado sob o lema «Só o Portugal de Abril respeitará o Outono da vida.»

NA GULBENKIAN

Seminário internacional debate economia familiar

Iniciou-se anteontem, na Gulbenkian, um seminário internacional sobre economia familiar, organizado pelo Governo Português no âmbito da Comissão Europeia de Agricultura da FAO. A reunião dedicada ao tema, «Contribuição dos extensionistas em economia familiar para a produção alimentar e a educação nutricional», prolongar-se-á até quinta-feira e conta com a presença do ministro da Agricultura e Pescas, na sessão de abertura.

Participam no seminário delegados da França, Itália, Suíça, Marrocos, Polónia, Espanha, Israel, Chipre, Grécia, Jugoslávia, Finlândia, Irlanda, República Federal da Alemanha e Áustria. A representação portuguesa é integrada por técnicos da Direcção-Geral de Extensão Rural, do Programa Cooperativo de Educação em Nutrição (Procen), da Comissão Nacional da FAO e, ainda, dos Ministérios da Educação e Cultura e dos Assuntos Sociais.

A iniciativa decorre da atribuição, a partir de 1974, de uma maior importância aos problemas relacionados com a situação alimentar portuguesa (desde a produção ao consumo) e à

educação nutricional, com o objectivo de melhorar o estado de saúde e a qualidade de vida das populações.

São objectivos da reunião o esclarecimento do papel das «Extensionistas» em economia familiar na planificação e realização dos programas de desenvolvimento e de melhoria da nutrição das populações, assim como da sua acção no domínio da promoção da produção alimentar e da prevenção das perdas de alimentos entre a produção e o consumo, e, por último o estudo do processo de transferência de conhecimentos e de técnicas dos países mais evolu-

dos para os menos evoluídos. Ontem realizaram-se duas sessões de seminário, dedicadas, respectivamente à «promoção da produção alimentar e prevenção das perdas de alimentos» e à «educação em nutrição».

Durante o dia de hoje, será debatido o tema da formação das extensionistas em economia familiar, e da organização das actividades no mesmo domínio, com a apresentação de comunicações por parte dos vários países representados. A reunião termina amanhã com a apresentação das conclusões e aprovação do relatório final, a que se seguirá uma excursão.

EPAC paga prejuízos da semente importada

O MAP informa que, a partir do próximo dia 25, iniciará o pagamento, através da EPAC, dos prejuízos avaliados, nos termos do despacho de 6 de Abril, pela utilização de cevadas e aveias importadas e distribuídas para sementeira em 1977.

Consequentemente, todos os produtores que utilizaram aquelas sementes adquiridas à EPAC deverão, a partir daquela data, contactar as secções regionais da EPAC, para onde serão enviadas as respectivas ordens de pagamento.

Pub.

SAUDAÇÃO DO PLENÁRIO NACIONAL DE 23/9/78 AOS TRABALHADORES PORTUGUESES



Na passagem do 8.º aniversário da CGTP-IN, o plenário nacional, reunido no dia 23/9/78 saúda, calorosa e fraternalmente, todos os trabalhadores portugueses, os dirigentes e activistas sindicais, todos quantos, nos campos, na cidade, no mar, nas ruas, nos locais de trabalho, nas suas organizações, têm sabido assumir a defesa dos interesses de classe dos trabalhadores, reforçando a sua unidade e a unidade do movimento sindical.

A defesa intransigente e constante dos interesses de classe dos trabalhadores portugueses, princípio a que a CGTP-IN sempre foi fiel e do qual nunca se afastará, assenta e pressupõe o total respeito pela vontade dos trabalhadores livremente manifestada e uma constante actuação democrática que, tornando possível e consequente a defesa desses interesses, viabilize o projecto mais fundamental para as classes trabalhadoras que é a luta pela sua emancipação, a luta pela construção da sociedade socialista.

Já durante o fascismo, ao empenhar-se na consciencialização e mobilização de um número crescente de trabalhadores, pelo encontro de interesses e desenvolvimento de objectivos que eram comuns a todos face ao inimigo que os explorava e oprimia, a Intersindical Nacional experimentava e fortalecia a característica unitária do movimento sindical português e avançava no caminho duma vivência profundamente democrática.

A defesa e a prática da unidade ressalta da necessidade de determinar os objectivos e desenvolver a sua actividade com total autonomia face ao patronato, aos partidos políticos, ao Estado e a todas as organizações de natureza não sindical, denunciando e dando combate a qualquer tentativa de ingerência externa aos trabalhadores e à sua própria organização.

Foi, é e será, a fidelidade a estes princípios que determina o reforço constante da organização e representatividade da CGTP-IN, o aumento da sua capacidade reivindicativa e interventiva, o reconhecimento da responsabilidade das suas atitudes e acções no seio da sociedade portuguesa, o esmagador apoio de massas que granjeou entre os trabalhadores.

Por isso, comemorar oito anos de existência da CGTP-IN representa uma vitória dos trabalhadores sobre os seus inimigos de classe, tanto mais importante, quanto mais complexa e difícil é a situação que Portugal atravessa em consequência dos ataques desenfreados do grande capital, dos latifundiários e do imperialismo contra a Democracia, a Liberdade, as conquistas de Abril.

A comemoração do 8.º aniversário da CGTP-IN é, também, o prosseguimento da luta pela defesa da Democracia e da Constituição, pela melhoria das condições de vida dos trabalhadores, contra os despedimentos e o desemprego, contra a carestia de vida, pela defesa da Reforma Agrária, das nacionalizações, do controlo operário, pela defesa dos interesses dos trabalhadores - os quais se identificam e correspondem aos interesses nacionais.

- VIVA OS TRABALHADORES PORTUGUESES
- VIVA O MOVIMENTO SINDICAL UNITÁRIO
- VIVA A CGTP-IN

Lisboa, 23.9.78

Pub.



SINDICATO DOS TRABALHADORES DAS INDÚSTRIAS DE CELULOSE, PAPEL, CARTONAGEM E AFINS — ZONA SUL ANIVERSÁRIO DA CGTP-INTERSINDICAL NACIONAL

Hoje mais do que nunca é necessário reforçar a unidade de todos os trabalhadores em redor dos seus órgãos de classe, respectivos Sindicatos e Intersindical Nacional.

Assim exortamos todos os trabalhadores a comemorem este acto histórico do Movimento Sindical que é o 8.º aniversário da Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses, comparecendo no Campo Pequeno no próximo dia 30-9-78, pelas 16.00 horas.

PELA UNIDADE DE TODOS OS TRABALHADORES
PELA SOCIEDADE SOCIALISTA

A DIRECÇÃO

COMISSÃO SINDICAL NEGOCIADORA DO CCTV INDÚSTRIA QUÍMICA PRÉ-AVISO DE GREVE

AS ASSOCIAÇÕES PATRONAIS:

Associação Portuguesa das Empresas Industriais de Produtos Químicos;
Associação Nacional dos Industriais de Recauchutagem de Pneus;
Associação Portuguesa dos Fabricantes de Tintas e Vernizes;
Associação Portuguesa dos Industriais de Borracha;
Associação dos Industriais e Exportadores de Produtos Resinosos;
Associação dos Industriais de Colas, Apertos e Produtos Similares;
Associação dos Industriais de Cosméticos;
Associação dos Industriais de Óleos Essenciais;
Associação dos Industriais de Produtos de Conservação e Limpeza;
Associação dos Industriais de Margarina e Óleos Vegetais;
Associação dos Industriais de Sabões e Detergentes;
Associação Portuguesa da Indústria de Plásticos.

A TODAS AS EMPRESAS ABRANGIDAS PELO CCTV/INDÚSTRIA QUÍMICA AO MINISTÉRIO DO TRABALHO

Nos termos e para os efeitos do Art.º 5.º da Lei 65/77, os sindicatos signatários comunicam que deliberaram efectuar uma **PARALISAÇÃO GERAL** de trabalho no próximo dia **3 DE OUTUBRO, DAS 15 AS 17 HORAS**.

Esta paralisação de trabalho tem por motivo a recusa reiterada das Associações Patronais em iniciar as negociações da revisão do CCTV Indústria Química, e visa que rapidamente se inicie o processo de revisão do CCTV de forma que os trabalhadores tenham finalmente os aumentos salariais, a satisfação das suas legítimas reivindicações.

Lisboa, 27 de Setembro de 1978

Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores das Indústrias Químicas
Federação Nacional dos Sindicatos Metalúrgicos
Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores do Comércio
Sindicato dos Trabalhadores Electricistas do Centro
Sindicato dos Electricistas do Norte
Sindicato dos Trabalhadores de Serviços de Portaria, Vigilância, Limpeza e Actividades Similares
Sindicato dos Profissionais das Indústrias Transformadoras do Distrito de Angra do Heroísmo
Sindicato dos Ajudantes e Praticantes de Despachante Oficial, Despachantes Privativos e Agentes Aduaneiros
Sindicato dos Trabalhadores de Calçado, Meias e Afins do Distrito do Porto
Sindicato Livre dos Trabalhadores de Armazém
Sindicato Nacional dos Cobreadores e Profissões Similares
Sindicato dos Trabalhadores Gráficos dos Distritos do Porto, Bragança e Vila Real
Federação dos Sindicatos dos Transportes Rodoviários
Federação Nacional dos Sindicatos da Construção Civil
Sindicato dos Técnicos de Desenho
Sindicato dos Taneiros de Portugal
Sindicato dos Trabalhadores de Transportes Rodoviários e Garagens, Postos de Abastecimento e Oficinas Correlativas do Sul
Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores da Hotelaria e Turismo
Sindicato dos Trabalhadores Gráficos do Sul e Ilhas Adjacentes
Sindicato dos Trabalhadores Técnicos de Vendas

NA REUNIÃO DE ONTEM Governo demitido ordena quatro desintervenções

Reunido ontem em Conselho, o Governo demitido de Nobre da Costa resolveu desintervenir a Real Companhia Velha, a Real Vinícola, a Ecriil e a Empresa de Concentrados do Ribatejo, com efeitos a partir do dia 30, e manter a intervenção do Estado em seis empresas.

Não participaram na reunião os ministros dos Negócios Estrangeiros e das Finanças, Correia Gago e Silva Lopes, ambos nos Estados Unidos. Em contrapartida estiveram presentes os ministros da República para os Açores e Madeira, almirante Silva Horta e coronel Lino Miguel, e os secretários de Estado da Comunicação Social, dos Negócios Estrangeiros e do Tesouro.

As desintervenções ordenadas pelo Gabinete demissionário é susceptível de levantar controvérsia, uma vez que se discute se estarão ou não decisões tão importantes como estas nas atribuições de um Governo demissionário. O ministro-adjunto do Primeiro-Ministro, Costa Freitas referiu-se à questão ao abandonar a reunião na residência oficial de S. Bento dizendo que o

facto de o Governo decidir as desintervenções em empresas não limita a actuação do futuro Executivo.

«O futuro Governo poderá, inversamente, decidir a intervenção», disse o ministro para explicar a actuação do Governo neste domínio.

Repetindo um conceito já expresso pelo Presidente Eanes, o comunicado lido no final da reunião pelo secretário de Estado da Comunicação Social diz que «o Governo se considera impedido de praticar actos políticos de inovação política fundamental ou que comportem uma limitação significativa dos poderes de decisão do futuro gabinete».

«Dentro de tais limites — diz o comunicado — nada impede que o Governo legisle nem que, para o exercício normal das suas funções, se reúna em Conselho de Ministros».

No mesmo comunicado, o Executivo considera que se comporta dentro da interpretação «possível» do texto constitucional e que o critério referido, «sendo embora pouco cómodo para o Governo» é o que «melhor corresponde à necessidade de o País ser efectivamente governado».

O ministro-adjunto adiantaria, em comentário a esta matéria constante do comunicado, que, nos casos de manifesta dúvida, «o Governo fará uma interpretação restritiva dos seus poderes». Entre as resoluções avulsas constantes do comunicado avulta a autorização para a colocação no mercado continental, em regime de preços preferenciais, de um contingente máximo anual de tabaco açoriano e madeirense.

Foram nomeados dois novos administradores para a União de Bancos Portugueses, Armando Esteves e José Marques de Almeida, e fixados em 30 escudos o valor das prestações de propinas de frequência de cada uma das disciplinas dos cursos complementares do ensino secundário.

Acácio Barreiros agredido em Mira de Aire

Um grupo de indivíduos que a UDP avalia em número de trezentos e qualifica como «bando de fascistas mobilizados por caciques da zona» cercou o carro onde seguia Acácio Barreiros, virando-o e agredindo posteriormente o deputado da União Democrática Popular. Os incidentes deram-se em Mira de Aire, localidade aonde Barreiros se tinha deslocado para partici-

par num comício. Segundo comunicado da UDP, «cerca de três centenas de fascistas arregimentados por chefes locais do MIRN e da CAP cercaram Acácio Barreiros e começaram a agredi-lo, insultá-lo e apedrejá-lo».

Depois de acentuar que foi graças à intervenção de alguns elementos da população «indignados com a selvajaria fascista»

que Acácio Barreiros conseguiu abandonar o local, sem ferimentos de grande gravidade, a UDP denuncia «a actuação fascista dos que querem voltar a impor em Portugal o regime de arbitrariedades e violência dos 48 anos de Salazar-Marcelismo».

A UDP condena, também, «a cumplicidade do poder actual que permite as actuações impunes dos fascistas contra as liberdades».

CDS ainda aposta na primeira hipótese presidencial e acordos com PS e PSD

Embora reconheça existirem dificuldades para a concretização de um acordo interpartidário com apoio maioritário no Parlamento, o CDS ainda aposta nesta primeira hipótese de Governo colocada pelo Presidente da República. Mas para isso o acordo só pode ser a três, com o PS e o CDS, o que um comunicado ontem distribuído diz ter sido sempre a vontade do CDS, mesmo quando se aliou, em exclusividade, ao PS.

O partido de Freitas do Amaral reuniu o Secretariado da sua Comissão Política para analisar a crise e os contactos com a Presidência. O comunicado saído da reunião diz que o CDS se declara «mais uma vez aberto à consideração de um acordo entre o PS o PSD e o CDS, com exclusão do PCP, como base estável de um futuro Governo, desde que mereça também a aprovação do Presidente da República».

Na sequência da comunicação ao País dos contactos entre o Presidente da República e os

partidos políticos, e no sentido de se conhecer com exactidão e rigor a posição dos socialistas-democratas e dos socialistas — salienta-se no comunicado — «o CDS fará as convenientes diligências». No entanto, salvaguarda o documento centrista, «se o acordo interpartidário sugerido em primeiro lugar pelo Presidente da República não se concretizar, não será o CDS, que o inviabilizará».

No comunicado, os centristas afirmam, ainda, que entendem que é necessário analisar todas as soluções «que permitam a Portugal um Governo estável, com apoio institucional e político do Presidente da República e com apoio parlamentar maioritário em correspondência com o apelo do general Ramalho Eanes».

Acordo só com o PSD não seria possível, segundo Amaro da Costa depois de ser recebido por Eanes, por não contar com maioria no Parlamento. Um acordo só com PS não seria, de momento considerado em fun-

ção da crise conjuntural e das razões que a provocaram.

Amaro da Costa, que se fazia acompanhar por Basílio Horta, Ribeiro e Castro e Sá Machado, recusou a responsabilidade de o seu partido ter aberto a crise, considerando somente que «a tinha explicitado», já que ela existia tanto no plano institucional como governamental.

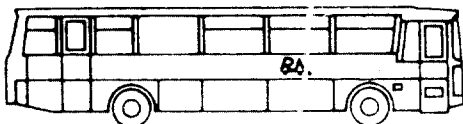
Por outro lado disse Amaro da Costa, os centristas não serão solidários com um Governo que implique um acordo tácito com o PCP e que inclua elementos comunistas.

Segundo ele, o CDS «nunca abdicou das suas teses acerca da maioria presidencial, tendo aceite em Janeiro de 78 um acordo com o PS, porque na altura o PSD parecia não estar em condições de participar numa forma governativa».

O objectivo principal dos centristas é o de «garantir o cruzamento do eixo presidencial com o eixo parlamentar, fazendo, portanto, coincidir as duas maiorias».

RN **RODOVIARIA NACIONAL, E. P.**
C.E.P.8

SERVIÇOS RÁPIDOS



LISBOA	PORTIMÃO
Partida	Partida
7,30	7,10
17,00	15,00
PORTALEGRE	LISBOA
Partida	Partida
8,45	14,30
VILA VIÇOSA	LISBOA
Partida	Partida
8,45	14,10



SUPER LONDRES 2000

Viagem especial
4 dias em Londres
de 5 a 8 de Outubro
aproveitando o feriado

Preços desde
9.250\$00

Incluindo viagem aérea
LISBOA/LONDRES
/LISBOA

Alojamento em hotel e
pequeno-almoço transporte
aeroporto-hotel-aeroporto
Meio-dia de visita da cidade
Acompanhamento de
um guia falando português
Peça-nos programa

BUISSON
VIAGENS · TURISMO

RUA BRAAMCAMP, 15 - D
Tels. 4 04 59 - 4 04 68 - 55 68 23
Teleg.: BUISTOUR - Telex: 12762
UMA AGÊNCIA MODERNA COM
MAIS DE 50 ANOS DE EXPERIÊNCIA

ANTES DE FAZER UMA VIAGEM...



Certifique-se do estado dos travões,
direcção, suspensão, luzes e pneus.
Disso depende a sua vida e a dos outros.

Mário Soares e uma delegação socialista manifestaram desejos de entendimento com o Presidente

Dirigentes socialistas manifestaram desejos de entendimento genérico com o Presidente da República, ao saírem ontem de reuniões para que Eanes os convocara, ao ponto de Jaime Gama declarar não ser essencial um primeiro-ministro socialista nem tencionar o PS reclamar a presença no Governo de representantes seus. Mário Soares, convocado para audiência individual, disse ter conversado com o Presidente acerca do futuro, e não sobre o passado.

«Penso que não há nenhum interesse para o País em insistir em polémicas passadas, mesmo que haja razões de queixa», insistiu o secretário-geral do Partido Socialista e ex-Chefe do II Governo Constitucional.

Mário Soares disse também aos jornalistas (fora recebido ao fim da manhã e a audiência durou mais de uma hora) que o PS não pensa voltar brevemente ao Governo. «O PS só voltará ao Governo depois das eleições se o povo português assim o entender», precisou.

Mário Soares acrescentou ter referido ao Presidente da República os recentes ataques de que tem sido vítimas os partidos e explicou que estes «não são máquinas perfeitas», sobretudo num país que viveu cinquenta anos de ditadura.

INCLINAÇÃO PARA A SEGUNDA HIPÓTESE REFERIDA PELO PRESIDENTE

Algumas horas depois de Mário Soares, foram a Belém outros dirigentes socialistas para concluir a primeira fase de audiências que o PR teve com os partidos na sequência do seu recente discurso sobre a crise.

A delegação socialista era constituída por Jaime Gama, Sottomayor Cardia e António Reis. Gama disse aos jornalistas que nas circunstâncias presentes «tem elevado grau de possibilidade a concretização da solução prefigurada na segunda das hipóteses do discurso do Presidente da República».

O PS estaria satisfeito, segundo Gama, por ter sido reafirmado por Eanes, «um espírito de profundo respeito pelos partidos políticos e o desejo de que as relações entre órgãos de soberania — nomeadamente o Presidente da República e a Assembleia da República — corram da melhor forma, no sentido da necessária estabilidade e do ajustar do equilíbrio da democracia portuguesa».

Não considerando «essencial» um primeiro-ministro socialista, nem reclamando a presença de elementos «representantes do PS» no Governo, Jaime Gama adiantou «não ser avisado» o bloqueamento, por parte das forças políticas, à tentativa de se «encontrar uma saída».

Os socialistas consideram que «o primeiro-ministro a designar deve resultar de um en-

tendimento entre o PR e a AR entendida no seu plano político».

Os contactos mais aprofundados, segundo o PS, deviam iniciar-se após a indigitação do primeiro-ministro para o que o Partido estaria aberto. O objectivo seria, então, «assentar na composição do Governo, na definição da sua natureza política e do seu Programa».

Para Jaime Gama, que falou em nome dos seus pares no Secretariado Nacional do PS que o acompanhavam, «um primeiro-ministro que constitua um Governo, elabore um Programa, passe na AR e funcione também é uma forma de acordo interpartidário».

Deste modo, apontaria para um «acordo institucional entre órgãos de soberania» que seria também um acordo interpartidário, «visto que a vontade política dos partidos na AR se exprimirá face à composição e Programa do Executivo».

E acrescentou:

«Para nós não há uma expressão formal de acordos interpartidários, pois podem revestir natureza mais pragmática, mais objectiva, mais concreta.»

Quanto à disponibilidade de elementos comunistas para um próximo Governo, já anunciada pelo PCP, Jaime Gama considerou tal posição «natural por parte de um Partido para quem constitui uma grande conquista, no plano político, a aproximação da área do Governo».

DIZ O PR EM COMUNICADO:

Partidos terão o tempo necessário para promoverem aproximações

A Presidência da República anunciou, ontem, através de comunicado, que o general Eanes concederá aos partidos o tempo necessário para as diligências que entendam convenientes no sentido de «promoverem aproximações e acordos por forma a que resulte claro para o País quais as possibilidades reais de acordo que cada partido considera existirem e qual a natureza das razões que porventura venham a conduzir ao aban-

dono desta solução».

Logo que conhecidas as respostas definitivas de todos os partidos e terminado que seja o prazo considerado útil para o esclarecimento público destas questões, o Presidente da República «convocará de novo os partidos e decidirá sobre a eventual continuação de diligências para a formação de Governo na base de um acordo interpartidário ou a passagem a algumas das restantes modalidades apresen-

tadas ao País em 22 de Setembro», refere, ainda, a nota da Presidência.

Eanes diz que «devem esgotar-se todos os esforços para encontrar no actual quadro parlamentar um acordo de Governo» e que as audiências de ontem e anteontem se destinaram a conhecer as possibilidades de formar Governo «com base num acordo interpartidário a definir no quadro da sua autonomia e das suas responsabilidades».

Portugal mantém a candidatura ao Conselho de Segurança da ONU

Portugal mantém «firmemente» a sua candidatura a um dos dois lugares do Conselho de Segurança da ONU reservados ao Grupo Ocidental, tendo como concorrentes Noruega, Itália, Malta, Grécia e Turquia. A Espanha e a Holanda que chegaram

também a manifestar idêntica pretensão desistiram ulteriormente em favor de Portugal e Noruega, respectivamente. Outras desistências são admitidas até se iniciar a votação.

Estas informações foram veiculadas pelo próprio Ministério

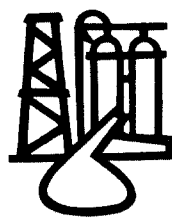
dos Negócios Estrangeiros, cujo titular, eng. Correia Gago, se encontra presentemente em Nova Iorque participando nos trabalhos da Assembleia Geral das Organizações das Nações Unidas.

O Ministro teve ontem reuniões com a delegação e os membros da missão portuguesa e durante a sua estadia já se encontrou com os seus homólogos do Brasil, Noruega, Roménia e Holanda.

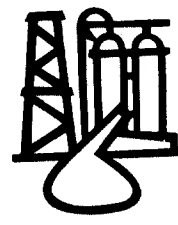
A candidatura de Portugal ao Conselho de Segurança fora já objecto de notícias que a davam como não firme. O ministro faz agora saber que Portugal mantém firmemente a sua candidatura.

CGTP-IN no Peru

José Ernesto Cartaxo, membro da comissão executiva da CGTP-Intersindical Nacional, assiste desde ontem aos trabalhos do 5.º Congresso Nacional ordinário da Confederação Geral dos Trabalhadores do Peru, que está a decorrer em Lima, capital daquele país sul-americano. O Congresso encerra no dia 30.



**SINDICATO DOS TRABALHADORES
DAS INDUSTRIAS QUÍMICAS DO CENTRO,
SUL E ILHAS ADJACENTES
E MOAGENS DO CENTRO E SUL**



Comemorações do 8.º ANIVERSÁRIO DA CGTP-IN

**Sábado, 30/9, às 16 horas
no CAMPO PEQUENO**

**INTERVENÇÕES DOS SECRETARIADOS
DA USL, USS E CGTP-IN.**

Com a participação de:

**Adriano Correia de Oliveira, Fernando Tordo,
Maria Dulce e o Grupo Trovante**

ESTAR COM A CGTP-IN É:

Uma questão de consciência de classe • Um obstáculo ao regresso do passado • Uma atitude consciente e responsável • Uma resposta ao divisionismo • Uma prova de unidade • Uma afirmação pelo reforço da Democracia • Uma prática de luta na defesa dos trabalhadores.

NA UNIDADE A FORÇA DOS TRABALHADORES

O SINDICATO DOS QUÍMICOS DO CENTRO

A DIRECÇÃO

JOÃO CARRASCO CAEIRO



**SINDICATO DOS TRABALHADORES
DA FUNÇÃO PÚBLICA DA ZONA SUL**

A TODOS OS SÓCIOS DO SINDICATO AVISO

ARTIGO 17.º DOS ESTATUTOS

Perdem a qualidade de sócios os trabalhadores que:

c) Deixarem de pagar a quota durante três meses consecutivos ou seis alternados e se depois de avisados para pagarem as quotas em atraso o não fizerem até trinta dias após a recepção do respectivo aviso.

Em cumprimento dos Estatutos (Art.º 17.º c) que se transcreve, foram enviados avisos individuais à grande maioria de sócios que segundo os nossos serviços de Tesouraria tinham a quotização em atraso.

Dado poder ocorrer por razões diversas, alheias aos nossos serviços que colegas haja que não tenham recebido o referido aviso individual, faz-se aviso público por este meio, aos colegas com quotização não regularizada que deverão procurar sanar a situação através do seu delegado sindical ou directamente na sede do sindicato.

Ao abrigo da alínea c) do Art.º 17.º dos Estatutos, se a situação não for regularizada no prazo de trinta dias, poderão perder a sua qualidade de sócios.

A DIRECÇÃO

NOTA: HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DA TESOURARIA DO SINDICATO:

Abertura: 9.00 Horas

Fecho: 19.00 Horas

LISBOA 28.9.78

PUB.

Sindicato Nacional dos Trabalhadores dos Correios e Telecomunicações SNTCT

Sindicato Nacional dos Trabalhadores das Telecomunicações - CTT SINTEL

À POPULAÇÃO AOS TRABALHADORES DOS CTT CTT Negociação das tabelas salariais

A CNS (Comissão Negociadora Sindical), do SNTCT/SINTEL dos CTT, entende ser chegada a altura de dever informar a população e todos os trabalhadores dos CTT acerca da situação a que se chegou sobre as negociações em curso, da revisão salarial.

Assim informamos:

- 1 - A CNS apresentou a sua proposta, que representa, em termos de percentagem em relação à massa salarial global, 21,9%. Embora ligeiramente superior ao permitido pelo Decreto-Lei 121/78, entendemos que ela é justa, porque:
 - 1.1 - As actuais tabelas salariais, embora publicadas em Agosto de 77, vigoram desde Julho de 76;
 - 1.2 - A inflação desde essa data, até hoje, rondou em 27,3% em 1977 e em 27,4% em 1978 (números oficiais);
 - 1.3 - Embora sendo em montante superior aos 20%, não consegue, apesar disto, repor o poder de compra dos trabalhadores.
 - 2 - No decurso das negociações, iniciadas em 8/8/78, a administração manteve-se intransigente na sua posição inicial, na base duma contraproposta que representava um aumento da massa salarial de 14,5%.
 - 3 - Perante a recusa imediata, por parte da CNS, desta proposta, e a posição sempre reafirmada de pretender chegar a acordo pela via do diálogo, a AD apresentou, no dia 25/8/78 uma nova contraproposta que representa um aumento em percentagem de 15,5%, isto é, mais 1% em relação à 1.ª.
 - 4 - A CNS entende dever tomar claro o seguinte:
 - 4.1 - Sempre afirmou, e continua a afirmar, que é a via do diálogo aquela que melhor defende os interesses, quer dos trabalhadores, quer da empresa e é através dela que se pretende chegar a acordo.
 - 4.2 - Alerta contudo que, dado o prazo de 4 meses para negociações, não está disposta a permitir que as mesmas se protelem indefinidamente utilizando a AD, para tal fim, a apresentação de contrapropostas, que são consideradas pela CNS como autênticas provocações às reivindicações dos trabalhadores, que não são tidos em conta.
 - 4.3 - Que, a continuar assim, os trabalhadores ver-se-ão obrigados a dar uma resposta firme às posições da AD, e desencadear as acções para que os seus interesses e aspirações sejam tidos em conta.
- Os trabalhadores dos CTT não julgam ser a via do conflito aquela que mais interessa a todos inclusive ao país. A CNS afirma que os trabalhadores não abdicarão de utilizar as formas de luta julgadas necessárias para obterem os seus direitos.

Na Unidade os Trabalhadores Avançam

COMISSÃO NEGOCIADORA SNTCT/SINTEL

aguiar

Rua do Carmo, 17-19 - Rua Augusta, 86-96

APRESENTA

AS ÚLTIMAS NOVIDADES PARA

OUTONO-INVERNO

EM TECIDOS E PRONTO-A-VESTIR

PARA SENHORAS E HOMENS

EXTERNATO

SEBASTIÃO DA GAMA

COOPERATIVA DE ENSINO

CICLO GERAL COMPLEMENTAR PROPEDEÚTICO MANHÃ e NOITE

Av. Almirante Reis, 106 - 1.ª, Esq. - LISBOA TEL. 822776 - 823531 - Metro ARROIOS

TRIBUNAL DE POLÍCIA

Uma questão de bigodes

O juiz identifica os réus: Joaquim Pinto Rodrigues, casado, de 21 anos, natural de Lisboa, funcionário público e a cumprir serviço militar; Marçal Joaquim Ferreira, também casado, 21 anos, igualmente a prestar serviço militar e natural de Évora, embora resida em Lisboa.

E vem a história que os trouxe à barra do tribunal: anteontem, por volta das 11 horas, uma empregada do Centro Comercial Imaviz, às Picoas, pediu ao vigilante do Centro, sr. José Carlos Machado, para chamar a PSP, porque «havia uns indivíduos adultos a brincar com os brinquedos ali expostos e que apesar de advertidos continuaram com a paródia».

Gera-se um certo conflito e o réu Joaquim Pinto Rodrigues, que declara em tribunal «não ter, nem ele, nem o seu co-réu, mexido em brinquedos nenhuns», acabou por se dirigir ao vigilante João Machado. Conta o réu ao juiz:

«Sr. dr. juiz, é que o vigilante é um gozão e eu não gosto que me gozem. De maneira que fui direito a ele e disse-lhe: «Você tem bigode igual ao meu, mas o meu bigode não me dá para ser malandro».

E acompanhando as palavras com o gesto, levantou a mão e deu um «puxãozinho» no bigode do dito vigilante, que lhe baixou o braço como pôde. E o réu confessa:

«As coisas enrolaram-se e aí eu dei-lhe um pontapé

numa perna.

Entretanto os ânimos tinham-se exaltado porque, a ajudar o guarda Pereira PSP, (17.ª esquadra), que interveio a pedido do vigilante, «apareceram quatro indivíduos com ares agrestes».

«Como é que a gente podia adivinhar que eram agentes da PSP à paisana, se eles não se identificaram? - indaga, perplexo, o réu Marçal. - Então na minha situação, estando eu na tropa e tudo, se soubesse que eram da polícia, eu alguma vez caía na asneira de lhes faltar ao respeito?»

De facto, um dos guardas à paisana, no meio da sarrafusca, apanhou um pontapé. Então o 1.º réu, Joaquim Pinto Rodrigues, exclama:

«Pois é, sr. juiz. O que é lamentável é que os agentes da autoridade, em vez de se identificarem de imediato, quando intervêm à paisana, o que evitaria muitas chatices, pretendam mais que tudo é molhar a sopa. Depois é que se identificam. E mesmo assim, mal. Houve um deles que até se identificou como sendo da Polícia Judiciária.

Vêm os guardas depor e dizem que não, senhor, aquilo não se passou assim, os dois soldados é que se meteram com o vigilante e logo ali o agrediram, que eles até se identificaram «muito bem» e foi já depois de se ter identificado que o guarda Pinto levou a «sarrafada» do réu Marçal. Porém, o último guarda a ser

ouvido pelo juiz, cai em contradição, acaba por dizer que quem agrediu o seu colega Pinto foi o réu Joaquim Rodrigues. O juiz faz-lhe ver a contradição, mas ele mantém-se na sua, contra a palavra de todos os restantes colegas. O réu Marçal era ainda acusado de tentar fugir ao seu captor.

A verdade é que várias dúvidas se tinham posto ao juiz com a contradição do último guarda e, como diria aquele magistrado na leitura da sentença, «dúvida estabelecida, segundo o fundamento jurídico, aproveita ao referido réu».

Desta maneira e porque o vigilante do Imaviz «não quis perdoar por se considerar muito ofendido», o réu Joaquim Pinto Rodrigues foi condenado a 24 dias de prisão remíveis a 100\$00 diários, mais quatro dias de multa a 100\$00, 250\$00 de imposto de justiça e 200\$00 de indemnização ao «ofendidíssimo» vigilante. Porém, atendendo à situação do réu e «por não querer interferir na sua carreira de funcionário público», valendo-se do articulado ao seu dispor, o juiz suspendeu-lhe a pena por dois anos, aconselhando-o a ter cuidado com os problemas que lhe surjam de futuro.

Quanto ao réu Marçal e graças à dúvida estabelecida em tribunal, foi absolvido e mandado em paz.

Josué da Silva

Peritos da OMS discutem em Lisboa técnicas de saúde

O secretário de Estado da Saúde, dr. Aloisio Coelho, presidirá amanhã à tarde à sessão de encerramento de um seminário internacional destinado a debater novas técnicas de saúde que com a participação de onze peritos europeus, sendo quatro de Portugal, e os restantes membros da Organização Mundial de Saúde (OMS), tem estado a decorrer desde o passado dia 25 nas instalações da Escola Nacional de Saúde Pública, em Lisboa.

Os partidos convidados pela OMS, entre os quais se incluem administradores e planeadores de serviços de saúde, médicos e matemáticos, têm estado a analisar durante as sessões de trabalho já realizadas, as evoluções das várias técnicas surgidas e aplicadas na Europa no decurso dos últimos anos, esperando-se que as conclusões desta reunião de Lisboa venham a ser apresentadas numa conferência europeia sobre planeamento e administração dos serviços de Saúde, a qual deverá ter lugar em 1980.

Frise-se, entretanto, que o prof. Luis Cayolla da Motta, director do Gabinete de Estudos e Planeamento da Secretaria de Estado da Saúde e professor da Escola Nacional de Saúde Pública, participando na qualidade de consultor temporário da OMS foi eleito presidente da reunião. Para a vice-presidência foi eleito o dr. Ovcharov, subdirector do Instituto Somasko de Moscovo para a Investigação da Higiene Social e Administração de Saúde Pública da URSS. Como secretário, foi designado o prof. AG McDonald, director científico dos Serviços de Pesquisa Operacional do Departamento de Saúde e Segurança Social do Reino Unido.

GASTROENTERITE EM VIANA DO ALENTEJO

Natureza criminosa do surto negada

pelas autoridades sanitárias

ÉVORA, 28 - No momento em que já se eleva a 200 o número de pessoas atingidas pelo surto epidémico de gastroenterite, que, conforme temos vindo a noticiar, eclodiu no último domingo em Viana do Alentejo, o subdelegado de Saúde de Cuba, dr. Francisco George, considerou como especulativas as notícias vindas a lume num vespertino lisboeta, segundo as quais o inquérito das águas de um poço existente no local onde se realizou a romaria de Nossa Senhora de Aires teria sido de origem criminosa.

Aquele clínico, que considerou

o surto praticamente debelado (apenas 15 pessoas se encontram ainda em observação, sendo o estado de uma delas de certa gravidade), revelaria, por outro lado, estar já em curso um inquérito minucioso à ocorrência, tendo sido enviadas aos laboratórios de Saúde de Beja e Évora amostras de água do poço, prevendo que os resultados sejam conhecidos antes do fim do mês.

Entretanto, o presidente da Câmara Municipal de Viana do Alentejo já ordenou a desinfecção de todos os esgotos a céu aberto.

Cobrador de "trólei" defende-se à pistola

Três feridos

PORTO, 28 - A compra de um bilhete de troleicarro está na origem de uma lamentável cena ocorrida, cerca das 20 horas de terça-feira, no interior de um daqueles veículos do STCP, e que viria a culminar com uma tentativa de assalto à viatura, que o respectivo cobrador defendeu a tiros de pistola.

Um passageiro, que não chegou a ser identificado e nem sequer chegou a pagar o bilhete, tentou pagar a senha de 4 escudos entregando ao cobrador Maximino da Silva Gonçalves, de 41 anos, a importância de 3 escudos em dinheiro e uma senha de trocos de um escudo daquele

serviço. Por razões ainda não devidamente apuradas o funcionário não aceitou a senha e assim se gerou acesa discussão que viria a terminar, em Coimbrões (Gaia), com o apedrejamento e tentativa de assalto ao troleicarro por parte de pessoas que se encontravam no local.

Foi então que o cobrador puxou de uma pistola e fez vários disparos atingindo Artur Oliveira Teixeira, de 25 anos, e António de Oliveira Valente, de 49 anos, ambos residentes em Gaia, que tiveram de receber, bem como o cobrador, tratamento no hospital distrital daquele concelho. A PSP tomou conta da ocorrência.

Grupo terrorista invade igreja de Lourosa

PORTO, 28 - Depois dos acontecimentos registados em Junho do ano passado em que um grupo de arruaceiros, chefiados por um rico proprietário local, de nome António Seixas, assaltou a residência paroquial em S. Paio de Oleiros, Vila da Feira, e agrediu a soco e a pontapé o padre Alves Coelho, e destruiu os vidros das janelas do rés-do-chão, novos incidentes surgem, desta vez, na paróquia de Lourosa, do mesmo concelho, tendo como alvo o mesmo sacerdote.

Segundo um comunicado que nos foi dirigido por um grupo de cristãos daquela paróquia «um grupo terrorista invadiu a Igreja de Lourosa, após a celebração da missa, para agredir o padre Coelho». A cena passou-se na passada terça-feira e, ainda, segundo o comunicado «um dos elementos do bando, Amaro Malícia (pai), antes de entrar na igreja, cortou os pneus do carro do padre que se encontrava estacionado no arraial».

O documento depois de citar os nomes dos indivíduos que participaram na invasão (16 identificados) afirma que os «vândalos não tiveram pejo em agredir um casal de 70 anos e meia dúzia de mulheres que se encontravam na sacristia e que valentemente se opuseram à sanha criminosa que ali levava o bando». E interroga: «quando é que o bispo da diocese toma medidas contra aqueles que assaltam a sua propriedade e dos seus filhos». Por último, os cristãos de Lourosa apelam para que as autoridades estejam atentas nos actos religiosos em honra de S. Miguel, que se realizam amanhã, sexta-feira, pelas 11 horas, a fim de «evitarem novos desastres que este bando pode e pretende provocar».

NUM BAPTIZADO EM AGUEDA

Intoxicadas 60 pessoas com ervilhas de conserva

ÁGUEDA, 28 - Sessenta dos oitenta convidados presentes numa festa de baptizado em Arrancada do Vouga, neste concelho, sofreram intoxicação alimentar, tendo três delas, entre as quais uma senhora em estado de gravidez, ficado internadas no hospital de Águeda. Segundo os médicos, a causa parece ter residido na ingestão de ervilhas de conserva.

Só algumas horas após o convívio, e já em suas casas, as pessoas atingidas começaram a sentir febre e diarreia, tendo então recorrido ao médico residente que aconselharia algumas delas a dirigirem-se para o Hospital de Águeda.

PJ tem novo director adjunto

A Polícia Judiciária tem novo director adjunto, o delegado do Procurador da República Manuel Ferreira Antunes, nos termos de um despacho do Ministério da Justiça.

Manuel Ferreira Antunes já exerceu, em comissão de serviço, funções de inspector da mesma corporação.

**PROVAM
OS
TRABALHADORES**

**J. Pimenta
é viável
desde que...**

«Existem possibilidades de ocupação, e portanto de produção rentável, de toda a mão-de-obra de construção civil existente na empresa J. Pimenta desde que, para isso, haja a vontade política de o fazer», afirma-se num relatório amplamente documentado, apresentado ao governo pela comissão de trabalhadores daquela empresa intervenção, e cujo teor foi ontem divulgado aos órgãos de informação.

De acordo com esse documento, alguns problemas teriam de ser previamente resolvidos: saneamento financeiro da empresa, desbloqueamento de um conjunto de situações (resolução da situação jurídica ou administrativa que tem obstruído o início das obras, renegociação dos contratos a preços de 78), criação de «hábitos de convivência democrática e social e não de perseguição política».

O relatório acrescenta que é possível garantir o pleno emprego de todo o pessoal da construção civil durante três ou quatro anos, e, por arrastamento, assegurar a ocupação dos restantes trabalhadores da empresa. As soluções propostas, segundo foi salientado, acautelam devidamente os interesses do Estado, dos fornecedores, e dos promitentes-compradores, e traduzem a intenção de participar na resolução da crise do sector.

A elaboração deste estudo, entregue na terça-feira ao ministro Almeida Pina, resultou da falta de resposta às anteriores propostas dos trabalhadores, pelo sucessivo adiamento das soluções de fundo, e pela declaração da empresa em situação económica difícil. Recorde-se que em Agosto foram suspensos 1400 dos 1800 trabalhadores da J. Pimenta, encontrando-se ainda nessa situação 950, entre os quais os membros da CT.

Os representantes dos trabalhadores, que se avistaram com o ministro das Obras Públicas, aguardam que as suas propostas sejam devidamente estudadas e ponderadas, tal como lhes foi prometido. O ministro comprometeu-se também a averiguar a competência da actual comissão administrativa, cuja demissão tem sido exigida pelos trabalhadores, e disse esperar os resultados de uma análise económica efectuada pela Secretaria de Estado das Finanças.

Entretanto, e segundo denuncia a CT, os administradores têm reunido dentro e fora da empresa com o ex-administrador privado João Pimenta. Contactados pela CT para esclarecer os assuntos tratados nesses encontros, os gestores recusaram-se a prestar qualquer informação.

Por outro lado, um telegrama da ANOP divulgado ontem à tarde noticiava que os trabalhadores suspensos já podem receber, na sede da empresa, o subsídio de desemprego referente ao mês de Agosto, bastando para isso que apresentem a sua identificação. O processamento dos subsídios estava atrasado, facto que tem motivado compreensíveis protestos por parte dos trabalhadores, muitos dos quais passam fome e estão em risco de serem despejados das casas que habitam.

Secretaria das Pescas: que

— perguntam sindicatos do sector

«Que interesses movem a Secretaria de Estado das Pescas e os seus «técnicos»: serão os interesses dos trabalhadores; será a estabilidade da CPP, da SNAPA, da SNAB; ou serão as empresas e os interesses dos «tenreiristas» que ainda existem?» — interrogam-se os sindicatos envolvidos na negociação do CCT dos trabalhadores do mar-pescas.

A este propósito acrescenta o comunicado emitido: «Através da negociação do nosso CCT é visível a influência que muitos inimigos do 25 de Abril, das nacionalizações e dos interesses dos trabalhadores ainda disfrutam no aparelho do Estado».

E acrescenta: «Tais inimigos tudo farão para nos prejudicar e

para destruir as empresas».

O comunicado que seguimos vem a propósito de uma reunião efectuada no Ministério do Trabalho, no dia 25, desta vez com o chefe de Gabinete do secretário de Estado do Trabalho. O objectivo dos trabalhadores era relatar àquele departamento governamental o andamento do contrato e apresentar propostas alternativas que contribuíssem «quer para o desbloqueamento do 'lock-out' levado a cabo pelos gestores, quer para a melhoria das condições de vida e de trabalho das centenas e centenas de trabalhadores em condições difíceis, penosas e perigosas nos pesqueiros de Cabo Branco e Atlântico Sul».

De acordo com a posição ex-

pressa pelos representantes dos trabalhadores, o clausulado do CCT com expressão pecuniária deve, desde já, ser negociada, de forma a permitir a ida para o mar da frota abusivamente paralisada por gestores inconscientes».

Quanto ao clausulado diverso, no entender dos sindicatos, deve ser negociado a seguir, de forma a completar-se integralmente a convenção colectiva que tanto é ambicionada pelos trabalhadores».

Na reunião, o representante da Secretaria de Estado das Pescas criou «sucessivos conflitos» e «mais não fez que defender o sector privado das pescas dando cobertura à sabotagem do mesmo, relativamente ao nosso contrato».

USL DENUNCIA: CML arranca cartazes do aniversário da CGTP-IN

«Enviando equipas especialmente dedicadas à destruição dos cartazes, panos de rua, bandeiras e de outros símbolos da alegria dos trabalhadores em festa pelo aniversário da CGTP-IN, a Câmara Municipal de Lisboa não comete apenas uma grosseria violação dos preceitos constitucionais. Vai mais longe: com a sua atitude revela manifesto desrespeito por aqueles que tudo produzem, enfileira nos bandos de ataque às liberdades sindicais e à própria Democracia, pratica um verdadeiro ultraje contra todos os trabalhadores» — Assim se exprime em comunicado o Secretariado

da União dos Sindicatos de Lisboa, sobre a incompreensível atitude da CML em relação aos meios que na cidade de Lisboa recordam o oitavo aniversário da CGTP-IN, no próximo sábado.

Apesar de «tais contratempos», salienta aquele órgão representativo dos trabalhadores, as comemorações processar-se-ão «com o calor e o entusiasmo que sempre animou e anima os que sabem trabalhar construindo».

Ao comício comemorativo, às 16 horas, no Campo Pequeno, deram a sua adesão numerosos artistas, entre eles José Viana e outros ligados ao «canto livre».

BPA 78

BANCO PORTUGUÊS DO ATLÂNTICO

Balanço em 30 de Junho

(em contos)

Activo

	1977	1978
Caixa, depósitos em bancos e valores a cobrar	4 706 539	7 183 927
Promissórias do Estado	88 000	
Depósitos no estrangeiro	1 743 694	3 831 887
Notas e moedas estrangeiras e ouro	185 936	248 932
Crédito concedido e devedores	48 291 262	69 772 733
Acções, obrigações e quotas	4 661 525	5 625 600
Imobilizado	1 861 301	2 134 420
Contas diversas	4 147 049	728 888
	<u>65 685 306</u>	<u>89 526 387</u>

Passivo

	1977	1978
Depósitos à ordem	20 389 489	23 433 092
Depósitos com pré-aviso e a prazo	30 794 858	42 937 434
Cheques e ordens a pagar	860 078	998 525
Credores e outros recursos	6 038 846	9 157 915
Contas diversas	2 512 083	6 456 731
Provisões	2 560 185	3 912 590
Capital	1 159 000	1 159 000
Reservas	1 129 272	1 150 514
Resultados de exercícios anteriores	102 558	109 990
Resultado do exercício (provisório)	138 937	210 596
	<u>65 685 306</u>	<u>89 526 387</u>

Contas extra-patrimoniais em 30 de Junho

(em contos)

	1977	1978
Valores recebidos em depósito, para cobrança e em caução	26 624 722	31 559 772
Garantias e avais prestados, créditos abertos e aceites em circulação	24 265 842	24 629 357
Outras contas extra-patrimoniais	5 756 037	5 202 345
	<u>56 646 601</u>	<u>61 391 474</u>

Custos e Proveitos de 1 de Janeiro a 30 de Junho

(em contos)

Custos

	1977	1978
Custo de operações passivas	1 674 763	3 232 486
Custos com pessoal	567 996	727 028
Dotações para amortizações e provisões	537 786	740 434
Outros custos	181 841	319 407
Resultado do exercício (provisório)	138 937	210 596
	<u>3 101 327</u>	<u>5 229 951</u>

Proveitos

	1977	1978
Proveitos de operações activas	2 286 258	4 357 164
Proveitos de serviços bancários	246 012	76 709
Proveitos de outras operações bancárias	494 241	603 161
Rendimentos de títulos de crédito e participações financeiras	53 552	180 081
Outros proveitos	21 264	12 836
	<u>3 101 327</u>	<u>5 229 951</u>





FEDERAÇÃO DOS SINDICATOS FERROVIÁRIOS

RUA DOS FANQUEIROS, 250-4.º ESQ. — LISBOA-2
TELEF.— 87 39 98



COMEMORAÇÕES DO 8.º ANIVERSÁRIO DA CGTP-INTERSINDICAL NACIONAL

O Secretariado da Federação dos Sindicatos Ferroviários consciente da importância da unidade dos trabalhadores em torno da sua Central Sindical C.G.T.P.-I.N. exorta todos os trabalhadores a estarem presentes nos Distritos e Concelhos onde irão decorrer as comemorações deste acto histórico, que mais uma vez os trabalhadores saberão mostrar com a unidade e ao contrário do que pensam os divisionistas, não se deixarão embalar em sindicatos ou centrais fantoches.

O Movimento Sindical Unitário, que em 1970 não chegava a meia dúzia de Sindicatos, hoje é uma força organizada com mais de 220 Sindicatos filiados na C.G.T.P.-I.N. e representando cerca de 1 700.000 trabalhadores.

CONTRA O DIVISIONISMO REFORCEMOS A UNIDADE VIVA A C.G.T.P.-I.N.

Deficientes realizam I Encontro sobre Reabilitação

A Associação Portuguesa de Deficientes, em colaboração com outras instituições suas filiadas, leva a efeito em Lisboa, no Hotel Penta nos dias 20, 21 e 22 de Outubro próximo, o I Encontro Nacional sobre Reabilitação de Deficientes.

Os grandes objectivos deste I Encontro são a discussão e estudo dos principais temas, segurança social, educação e emprego. Neste momento, o problema dos deficientes encontra-se assumido politicamente, existe um organismo governamental coordenador e planeador da reabilitação, verifica-se a progressiva mudança nas atitudes da população face à deficiência, assiste-se ao crescimento das organizações de deficientes, surgem medidas e iniciativas que constituem marcas importantes nesta jornada de integração social.

Os deficientes portugueses, sofrendo mais duramente que a generalidade da população o difícil período que se atravessa, vivem presentemente uma situação que pode considerar-se nova nos domínios da reabilitação e que lhes permite as mais legítimas expectativas. As áreas de reabilitação são várias e interligam-se estreitamente. Pode contudo, circunscrever-se a problemática da reabilitação em três principais temas que são: a Segurança Social, a Educação e o Emprego.

Este I Encontro reunirá deficientes em representação de todos os distritos de Portugal e contará também com a participação de instituições de e para deficientes. Este I Encontro embora realizado por deficientes, estará aberto aos técnicos, às organizações, e aos serviços oficiais que se dediquem à reabi-

litação. Procurar-se-á também que estejam presentes deficientes dos novos países de expressão portuguesa.

O encontro terá a duração de três dias, e decorrerá num dos hotéis da capital funcionando em

sessões plenárias sendo os temas apresentados em painel, cada um deles sob perspectivas diversas mas complementares. Os resultados que se obtiverem serão divulgados publicamente e entregues ao Secretariado Nacional de Reabilitação.

Esterilidade feminina num simpósio internacional

FIGUEIRA DA FOZ, 28 — A Sociedade Portuguesa de Medicina de Reprodução vai realizar em 20 e 21 de Outubro um simpósio internacional sobre esterilidade feminina, com a participação de médicos franceses, italianos e holandeses, e ainda alguns dos mais conhecidos especialistas nacionais.

De entre os temas a debater destacam-se «Gonadolibérina: dados bioquímicos e psicológicos», que será tratado pelo dr. Mafian Jutiaz, director do Laboratório de Hormonas Polipéptidas de Yvete; «Farmacologia das gonadotrofinas humanas», por Luciano Caprino, professor

de Toxicologia da Universidade Católica de Roma; e «Estudo da interacção da hormona luteinizante (LH) com os receptores membranares», pelo dr. Claude Hermier (França).

Antes da sessão de encerramento será organizada uma mesa-redonda sobre «Terapêuticas da esterilidade feminina» tendo como moderador o dr. Neves e Castro, ginecologista e endocrinologista a trabalhar na Holanda. O simpósio contará, por outro lado, com um programa social incluindo visitas guiadas aos locais turísticos mais significativos da Figueira da Foz e Coimbra.

Culturas de primavera vão atrasar por falta de rega

As culturas de Primavera, nas regiões do Minho, Douro e Beira Litoral, estão atrasadas de cinco a 20 dias, podendo registar-se um atraso ainda maior, em consequência da falta de chuva.

Quanto ao conteúdo de água no solo, varia de 5 a 23% da capacidade de campo, sendo os valores mais baixos no Algarve, no Baixo Alentejo e no distrito de Bragança e os mais elevados no Alto Alentejo e no Minho.

Houve cedência de água pelo solo (1 a 10 por cento da capacidade de campo) em todo o território, onde continua a haver necessidade de rega.

A percentagem da precipitação acumulada, desde 1 de Setembro de 1977 a 31 de Agosto de 1978, em relação à precipitação média acumulada no continente foi: 110 a 140% em todo o território, excepto nas bacias do Nabão, do Alcoa e parte da bacia do Sado, onde foi de 90 a 100%. Poderá, assim, afirmar — que a precipitação neste ano agrícola findo é, em grande parte do território, superior à normal.

No princípio da década, a percentagem de armazenamento das albufeiras a norte do Tejo era de 80% da sua capacidade máxima, sendo em igual data do ano passado de 76%.

Frutas e legumes nos postos da Junta

Até à próxima segunda-feira, os preços a praticar nos postos regularizadores da Junta Nacional das Frutas são os seguintes: bananas, 45\$00; limões, 27\$00; maçã, 14\$00; melancia, 11\$00; melão, 8\$50; pêra (superior a 55 mm), 24\$00; pêra (inferior a 55 mm), 18\$00; uvas, 25\$00; alfaces, 18\$00; alhos, 65\$00; batata nova, 5\$00; cebolas, 7\$00; ce-

nouras, 14\$00; couve portuguesa, 10\$00; couve lombarda, 8\$00; feijão verde, 20\$00; pepino, 9\$00; pimentos, 10\$00; tomate, 8\$50; feijão catarrino, 38\$50; feijão fidalgo branco, 34\$00; feijão riscado redondo, 31\$50; feijão manteiga, 44\$00; feijão verdinho chumbo, 31\$50; grão de bico, 44\$00 e miolo de amendoa inteiro, 16\$00.

Pescadores escolhem barragem de Montargil

MONTARGIL, 28 — A barragem de Montargil, envolvida por uma linda panorâmica, na qual abundam os sobreiros, eucaliptos e pinheiros, constitui ponto de reunião para os amadores da pesca desportiva, que não se cansam de elogiar as virtudes do local, não só devido à raridade e abundância de peixe, mas também pela limpeza e pureza das águas, ainda isentas dos efeitos nefastos da poluição.

Os pescadores que visitam a barragem (e no domingo passado 3ram mais de quinhentos) já há muito que a elegeram como um centro de convívio apto à prática desportiva a que se dedicam.

A pesca em selos

Os CTT/TLP vão lançar em breve no mercado dois novos selos, com os valores faciais de 5\$00 e 9\$00, alusivos às pescas e integrados no seu ciclo de re-

Passaportes de embarcação têm novo modelo

O passaporte de embarcação só será emitido depois da entrega na Inscrição-Geral de Navios de três fotografias da embarcação, no formato 6,6 cmx9 cm, e no verso de cada uma das fotos o seu nome e o do proprietário ou armador, autenticados com o selo branco daquela repartição, criada nos termos da portaria n.º 873/74, de 31 de Dezembro.

O «Diário da República» de hoje publica o decreto-lei que regula a aprovação do passaporte de embarcação, com o 296/78, do qual constam as instruções e teor do impresso em anexo. Separa a capa do impresso (aquela, um cartão revestido a lison preto; o im-

UNL faz seminário sobre África

Um seminário com o título genérico de «Civilizações e Culturas Africanas» vai ser levado a cabo na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa durante o próximo ano lectivo. A informação é do MEC.

Novas paragens da Carris

A Companhia Carris de Ferro de Lisboa, prosseguindo no plano geral de racionalização da localização das paragens dos eléctricos e dos autocarros, vai proceder, no próximo dia 28 de Setembro, a mais alguns ajustes em paragens existentes nos seguintes arruamentos:

Área de Alcântara — Rua Fardoso da Silveira, Avenida 24 de Julho, Avenida de Ceuta e Praça

de obras que versam matéria científica.

Além da biblioteca, foram adquiridos todos os manuscritos e trabalhos inéditos, bem como uma edição muito rara do Atlas de Hartung, um dos poucos existentes em Portugal, que já se encontram na biblioteca pública e arquivo distrital de Angra do Heroísmo.

José Agostinho, já falecido, foi director do Serviço Meteorológico dos Açores e desenvolveu estudos aerológicos e magnéticos do arquipélago.

Acabam telefones manuais em Freixiel

MIRANDELA, 28 — A vizinha povoação de Freixiel passou desde hoje a pertencer ao grupo de redes de Mirandela, dispondo finalmente de um serviço telefónico automático.

A estação montada tem capacidade para satisfazer — asseveram os CTT/TLP — todas as requisições pendentes, mantendo reservas para o futuro.

General Domingos de Oliveira; **Praça do Comércio/ Cais do Sodré**; Praça do Comércio (lado norte), Rua do Arsenal, Rua Bernardino Costa e Avenida Ribeira das Naus; **Áreas de Xabregas, Chelas, Beato e Poço do Bispo**; Rua Madre de Deus, Rua de Xabregas, Rua Gualdim Pais, Estrada de Chelas, Rua do Grilo, Rua do Beato, Avenida Infante D. Henrique, Rua do Açúcar, Praça David Leandro da Silva e Rua Amorim.



DO C.C.T.V. PARA A CONSTRUÇÃO CIVIL

COMISSÃO NEGOCIADORA SINDICAL COMUNICADO

CAMARADAS:

Como já é do vosso conhecimento, estava para ser publicada no boletim de 8 de Setembro a PRT para a construção civil. No entanto, as disposições que nesta constavam eram de tal modo prejudiciais aos trabalhadores que a CNS teve que tomar de imediato a posição de a repudiarmos e exigir a sua rectificação, antes de ser publicada. Nesse sentido, o ministro do Trabalho cancelou a sua saída, tendo em vista receber a CNS para que esta expusesse as questões essenciais.

Assim, tivemos uma reunião com o ministro no passado dia 11 onde foram postas as questões que, quanto a nós, deveriam ser alteradas a favor dos trabalhadores e que são, nomeadamente: Promoções automáticas; retroactividade; deslocações; e tabela salarial.

Expostas as questões, ficou o secretário de Estado de as analisar e de nos dar resposta na 2.ª-feira seguinte, o que não foi cumprido! Ficou assim a CNS impossibilitada de dar qualquer tipo de esclarecimento aos trabalhadores por desconhecer o que se passava. No entanto continuou a CNS a fazer contactos com o Ministério sem que se obtivessem resultados concretos sobre a PRT.

Depois de tanta insistência conseguiu-se hoje falar com um técnico do Ministério que nos transmitiu que a única alteração a ser feita na PRT é no que respeita a promoções automáticas, dizendo que estas ficarão regulamentadas tal como estavam no CTT de 1971, ou seja, promoção de oficial de 2.ª a 1.ª ao fim de 4 anos na categoria de 2.ª, contando para o efeito o trabalho prestado em qualquer empresa.

Camaradas, por aqui chegamos à conclusão que afinal os problemas dos trabalhadores continuam por resolver, não querendo as pessoas responsáveis tomar sobre si as responsabilidades que lhes cabem. Por isso, e com o objectivo de analisar a Portaria, vão os sindicatos subscritores do CCTV reunir no próximo dia 3 de Outubro na Federação da Construção Civil e Madeiras. Os sindicatos não estão dispostos a abdicar das justas reivindicações e farão todos os esforços para que elas sejam contempladas. Já é tempo dos trabalhadores deste sector terem uma regulamentação colectiva de trabalho que lhes sirva e não uma coisa que sirva o patronato que sempre nos explorou.

**POR UMA PORTARIA DIGNA!
POR CONDIÇÕES DE VIDA E DE TRABALHO CAPAZES!
PELA RECTIFICAÇÃO DA PORTARIA!
POR SALÁRIOS JUSTOS!**

Lisboa, 26/9/78

A CNS

MÉDIO ORIENTE

Knesset: "sim" a Camp David

Por 84 votos a favor, 19 contra e 17 abstenções, o Parlamento israelita (Knesset) aprovou ontem, após 18 horas de intensos debates, as decisões da cimeira de Camp David. Este resultado abre o caminho à conclusão do acordo separado com o Egipto, o qual segundo se prevê, poderá ser assinado dentro de três meses.

As negociações israelo-egípcias principiaram já na próxima semana, imediatamente a seguir às festas do Novo Ano Judaico (2 e 3 de Outubro). Uma delegação israelita formada por 12 militares e especialistas prepara-se já para partir para o Egipto.

Depois desta votação, o primeiro-ministro judaico ficou autorizado a retirar os colonatos sionistas no Sinai. Begin viu-se confrontado com sérias críticas dos seus partidários direitistas, tendo esta votação, mau grado a aprovação esmagadora dos acordos, provocado brechas no interior dos partidos mais extremistas. No seu discurso, Begin (que ameaçara demitir-se, caso o Parlamento votasse contra os resultados de Camp David) deu, uma vez mais, a chave desta "paz cozinhada". Disse ele: «Não nego que existem riscos e perigos. Contudo, se o Egipto abandonar o ciclo da guerra, a Síria não pode atacar porque sabe que isso será um suicídio e a Jordânia também não, porque, se o fizesse, o rei perderia a coroa».

Como era de esperar, o Departamento de Estado dos EUA

difundiu ontem uma nota congratulando-se com a votação israelita. Também o Egipto se congratulou.

O presidente Carter dos EUA declarou ontem, antes da votação, que poderiam surgir problemas muito graves, caso o primeiro-ministro sionista insistisse em proibir apenas por três meses a construção de novos colonatos na margem ocidental do Jordão. Carter referiu que os documentos assinados em Camp David eram muito claros nesse ponto: é durante cinco anos e não durante apenas três meses que se prevê a proibição de instalar novos colonatos naquela zona. Por sua vez, em declaração a uma emissora francesa, o MNE egípcio, Butros Gahli, disse que os palestinianos terão o direito de veto durante as negociações israelo-egípcias.

Enquanto isto, assinalam-se na capital libanesa os bombardeamentos mais graves registados nos últimos três meses. Esta manhã tropas sírias bombardearam quatro bairros cristãos. Os combates que se têm registado desde sexta-feira já causaram 9 mortos e 90 feridos. Entusiasmado talvez com o êxito de Camp David, Carter tem já na manga um plano para «pacificar» o Líbano — afirmou ontem à noite a cadeia de TV norte-americana ABC. Nesse plano (que se encontraria na fase final) estariam envolvidos também Israel e a Síria.

ASIA

Bancos europeus financiarão projectos chineses

Os mais altos dirigentes chineses deram «luz verde» à expansão de uma nova política de financiamento pelos bancos estrangeiros dos programas de construção económica na China.

Durante uma conferência de imprensa o vice presidente da Comissão das Relações Exteriores da Comunidade Económica Europeia, Wilhelm Haferkamp, indicou hoje em Pequim que esta intenção tinha sido expressa pelo primeiro-ministro Hua Kuo Feng e pelo vice primeiro-ministro Li Hsien Nien, durante as entrevistas com a importante delegação da CEE que dirige.

A China aceitou todas as práticas usuais do comércio internacional, tendo, no entanto, feito duas excepções: os empréstimos de governo a governo e os investimentos directos nas empresas chinesas.

A China aceitou também concluir contratos cujo financiamento será assegurado por bancos estrangeiros e, na semana passada, a concluiu pela primeira vez com um país ocidental, a República Federal Alemã.

GREVE NO IRÃO

Várias centenas de trabalhadores da maior companhia petrolífera iraniana entraram em greve, reivindicando melhoria das condições salariais, informou um porta-voz da empresa.

Os grevistas, cerca de 8000, na sua totalidade empregados da companhia de serviços petrolíferos do Irão, OSCO, não deram a conhecer o tempo por que se prolongará a paralisação das actividades.

Trata-se da primeira greve registada na indústria petrolífera do Irão, desde há vários anos.

EUROPA

Preso libertado por um "comando" em Bilbao

Quatro elementos armados e disfarçados de enfermeiros libertaram, na quarta-feira, do hospital civil de Bilbao, Ruben Santamaria Perez, presumível membro do ramo político-militar da organização separatista basca ETA.

Sob a ameaça de metralhadoras, o comando neutralizou dois polícias, que guardavam Ruben Perez, de 19 anos, obrigando o pessoal hospitalar a deitar-se no chão.

Ruben Santamaria foi detido em Julho passado, sem que tenha sido provada, até hoje, a

AMÉRICA LATINA

Fraudes da Coca-Cola fazem encerrar fábrica no México

A fábrica da transnacional Coca-Cola do México foi temporariamente encerrada pelas autoridades sob a acusação de repetidas fraudes ao público.

Funcionários do Ministério do Comércio encerraram ontem as instalações por seis dias, por violações das leis de protecção ao consumidor. As acusações recaem sobre os processos publicitários utilizados nas campanhas da empresa.

Em Junho passado, a empresa local da Coca-Cola já fora multada num total de 8800 dólares pela campanha publicitária realizada durante o Campeonato Mundial de Futebol.

"Gusanos" fazem explodir "DC-3" norte-americano

Um bimotor DC-3 da Argos, companhia norte-americana, explodiu no ar num voo entre Fort Lauderdale e Havana, na passada quinta-feira devido a uma bomba colocada a bordo por um grupo autodenominado «Comandos Anticastroistas», com base na Florida. O avião, no qual viajavam quatro norte-americanos, dirigia-se a Cuba para buscar passageiros e, ao aproximar-se da costa deste país, perdeu o contacto com o aeroporto de Miami e desapareceu dos radares de Havana. O atentado está a ser vinculado com a tragédia de Barbados, em

Somoza admite "ir embora" dentro de seis meses

O «ditador-furacão» Anastasio Somoza terá chegado a um acordo com o enviado especial dos Estados Unidos à Nicarágua, William Jordan, no sentido de abandonar o Poder dentro de seis meses, segundo foi revelado em Manágua por fontes próximas ao Partido Conservador, a única oposição permitida. Esta possibilidade terá sido «arrancada» de Somoza após cinco horas de conversações. Teimando em permanecer no Poder até Maio de 1981, Somoza agarrava-se à constituição, mas juristas locais já começaram a examinar a forma para que ele «vá embora» dentro do prazo acordado com Jordan.

Entretanto, enquanto o recolher obrigatório foi ampliado em mais duas horas, centenas de «jeeps» da Guarda Nacional percorrem as ruas de Manágua,

factos que desmentem que a «situação está sob controlo», como o ditador tem vindo a afirmar. Para aumentar os seus problemas, além do reforço da Frente Sandinista durante as duas semanas de guerra civil, quando as pequenas baixas que sofreu foram largamente compensadas por novas e maciças adesões por todo o país um contingente de 200 voluntários partiu ontem do Panamá para juntar-se aos guerrilheiros, sob o comando de Hugo Spadafora, que renunciou ao seu cargo de vice-ministro da Saúde do Panamá para entrar na luta, e por José Aparicio, que desempenhou funções no MNE panamenho, abandonando-as pela mesma razão. O contingente é composto por guerrilheiros oriundos da República Dominicana e de El Salvador.

Ao mesmo tempo, de acordo com um relatório da Cruz Vermelha Internacional publicado na cidade do México, cinco mil mortos e dez mil desaparecidos são o balanço dos últimos acontecimentos da Nicarágua. O mesmo relatório pede alimentos, medicamentos e roupas no valor de 2,2 milhões de francos suíços e ainda auxílios para as Honduras e Costa Rica, a fim de que esses países possam responder às necessidades dos refugiados que lá procuraram abrigo.

Abrijo este que não chegou a ser alcançado pelos passageiros de nove canoas que atravessam o Golfo de Fonseca, entre Honduras e a Nicarágua. Aviões da força aérea de Somoza metralharam-nos. A denúncia de mais esta violação do espaço aéreo hondurenho foi feita pela Rádio América e será investi-

AFRICA



Pieter Botha: provável sucessor de Vorster

O Partido Nacional da África do Sul reúne-se hoje na Cidade do Cabo com o objectivo de designar o novo primeiro-ministro do país.

Foos do partido informaram, entretanto, que um dos principais candidatos ao lugar, Connie Mulder, «perdeu terreno», em relação a Pieter Botha, na se-

quência da declaração do chefe do Governo demissionário, John Vorster, segundo a qual seriam continuadas as investigações em curso sobre um escândalo em que esteve envolvido o gabinete de informação chefiado por Mulder.

Enquanto isto, o Conselho de Segurança das Nações Unidas realizou ontem à noite mais uma sessão de consultas privadas sobre o problema da independência da Namíbia e continuará a discutir o problema ainda hoje numa reunião marcada para o princípio da tarde, revelou um informador da ONU.

Por seu turno, círculos diplomáticos anunciaram que o Conselho de Segurança deverá convocar brevemente uma reunião alargada, com o objectivo de defender as propostas do secretário-geral Kurt Waldheim, com vista à realização de eleições sob a supervisão e protecção das Nações Unidas e à posterior independência da Namíbia.

DESARMAMENTO

Acordo SALT II para muito breve?

Andrei Gromyko, MNE soviético, e Cyrus Vance, secretário norte-americano de Estado, reanunciam hoje o diálogo ontem reencetado sobre limitação de armas estratégicas (SALT). Ao que parece, os EUA e a URSS estão muito próximos do acordo.

Afastados de entendimento estão pelo contrário os 19 participantes das conversações de Viena sobre redução mútua e equilibrada de forças na Europa Central. Os participantes (membros do Pacto de Varsóvia e da NATO) retomaram ontem o diálogo que vai entrar no seu sexto ano, em Outubro próximo. Uma barreira se interpõe entre os interlocutores dos dois lados: enquanto o Pacto de Varsóvia afirma ter 805 mil homens estacionados na zona, a NATO afirma que os soldados do outro bloco são 950 ou 962 mil.

Enquanto decorrem estas duas séries de conversações, o jornal soviético «Izvestia» acusava ontem a NATO de pretender voltar a encaminhar a Europa para as «trincheiras da guerra fria».

Brasil: mais vítimas do Esquadrão da Morte

O Esquadrão da Morte matou mais 16 pessoas nas últimas 48 horas, anunciou ontem o porta-voz da polícia brasileira.

Os corpos foram descobertos nos subúrbios do Rio de Janeiro.

O número de pessoas assassinadas pelo Esquadrão, organização terrorista formada por polícias e ex-polícias, ascende já a 390 durante o ano em curso.

3 MARAVILHOSOS CRUZEIROS

De LISBOA a LISBOA

A bordo do moderno paquete

"FUNCHAL"

Classe única • Serviço de 1.ª cl.

MEDITERRÂNEO - 1 semana

TANGER-ARGEL-IBIZA-MELILLA-CEUTA

1.ª Cruz. 1 a 8/OUT (quase esgotado)

2.ª Cruz. 17 a 24/OUT/78

Preços excepcionais desde 10.600s

MARROCOS E PORTOS FRANCOS

CASABLANCA-TANGER-GIBRALTAR

De 27/OUT a 1/NOV/78

Preços excepcionais desde 7.900s

ISENTOS DE AVERBAMENTO NO PASSAPORTE

UMA OPORTUNIDADE ÚNICA! LUGARES LIMITADOS!

ORGANIZAÇÃO EXCLUSIVA

LISBOA - Av. Liberdade, 160 - Tel. 311341

PORTO - Av. Aliados, 207 - Tel. 317921

COIMBRA - Rua da Sota, 2 - Tel. 27011/2

FARO - Cons. Bivar, 65 - Tel. 25035/6

FUNCHAL - Rua Gorgulho, 1 - Tel. 31077/8

UMA EMPRESA PRIVADA, DINÂMICA E COMPETENTE AO SEU SERVIÇO

Noticiário em colaboração com as agências ANOP, France Presse, Inter Press Service, Novosti, Prensa Latina e Reuter

Hoje



Paulette Goddard e Douglas Fairbanks Jr. intérpretes do filme «Corações Jovens»

PROGRAMA

- 18.25 Telejornal - 1.ª edição.
- 18.30 Ténis
- 18.55 Ideias e Mãos - pintura em vidro.
- 19.30 Colectividades - Academia de Amadores de Música Sociedade Dramática Eborense.
- 20.00 Telejornal - 2.ª edição.
- 20.35 Telefutebol Especial - resumo dos jogos das competições europeias com a participação de equipas portuguesas.
- 21.05 O Tempo
- 21.10 Parque Regional da Serra da Estrela
- 21.35 «Corações Jovens» - intérpretes: Douglas Fairbanks Jr., Paulette Goddard, Janet Gaynor e Richard Carlson. Realização de Richard Wallace.
- 23.20 Telejornal - 3.ª edição.
- 23.30 Fecho

Canal da Crítica

CAMÕES E MARX ESTÃO DE ACORDO

MÁRIO CASTRIM

Com a literatura e a música se passou o serão: os concertos Promenade, com seu «folclore» já nosso conhecido, e uma rubrica dedicada a Camilo Castelo Branco.

Quanto à música, já se sabe: são as composições mais populares, mais fáceis, enobrecidas com a ciência dos excelentes intérpretes. Recordemos o sorriso encantado com que aquele membro da orquestra da BBC acompanhava a interpretação do flautista Calway na marcha tradicional irlandesa.

No entanto, se a atenção para a TV nos aparece requerida e provocada pela ambiência, pela festa, pelo espectáculo, já terão faltado outros elementos capazes de transportar a atenção para a música, para o conhecimento.

Certamente, para estimar a arte, é preciso conhecê-la. Camões o disse. E também disse Marx: **Só a música é capaz de despertar os sentimentos musicais do homem.**

Mas também é verdade que o amor da música se integra num

complexo sistema a que poderemos, por exemplo, chamar cultura. Aqui recordo as palavras de Constantino Platonov, grande psicólogo soviético: **Conhecendo as condições em que nasceu uma composição musical e em que o autor a realizou, entendemo-la de maneira mais plena, profunda e com maior interesse.**

Isto procuraram fazer na televisão durante vários anos João de Freitas Branco, Vitorino de Almeida e, numa fase intensa que marcou dentro da RTP o momento mais alto de divulgação musical, Mário Vieira de Carvalho (uma vida toda dedicada à sementeira do amor pela música) e Álvaro Salazar. «Estes sons, esta linguagem», o último livro de Mário Vieira de Carvalho, prossegue pela linguagem escrita o combate pela música indissociável de todo o combate pela libertação do homem.

Importa pois que a música na televisão não se limitasse a ocupar um lugar valioso. Importava, sobretudo, que não subsistisse a impressão de que os programas

musicais vêm para tapar buracos, para encher o tempo. Infelizmente, essa impressão permanece com mais frequência do que seria desejável...

Não me digam que falta quem, entre nós, saiba acompanhar os telespectadores nos serões musicais. Por que é que não organizam um rali de Beethoven, Debussy, Lopes-Graça, etc.?

CAMILO, ESSE IGNORADO

No programa dedicado a Camilo Castelo Branco, com referência ao homem e à obra, carregou-se muito pouco (quase nada) nesta última, e bastante no primeiro, ao menos no aspecto amoroso. Tudo o mais (as confissões do Casino, a Questão Coimbrã, os conflitos com o Realismo) não passou do aforamento. Para já não falar dos condicionalismos sociais, onde nem sequer se tocou.

Aliás, o programa era curto e não havia grande espaço de manobra. Certo. E preferiu-se, dando a palavra directamente ao próprio Camilo, mostrar a relação entre a natureza romântica, triste, fatalista de tantas das suas obras e a vivência real desse mesmo clima na vida do romancista.

No entanto, teria sido desejável e teria sido possível tornar essa relação mais útil ao leitor comum, inflando um pouco mais no sentido da obra e esquecendo outros pormenores morbidamente tratados, como a morte de Camilo.

Os nossos trabalhadores de TV, mesmo animados das melhores intenções, esquecem

muito a natureza da sua audiência. Esquecem que estão praticando para milhões de pessoas, que séculos em geral, e meio século em particular, roeram de ignorância e de abandono.

Repare-se que, para uma grandíssima parte da audiência, o nome de Camilo Castelo Branco pode ser desconhecido, mas tudo se esclarece melhor se o relacionarmos com o «Amor de Perdição», o grande romance que o lugar-comum elegeu em cebola romântica dos nossos avós. Ora acontece que o «Amor de Perdição» não foi uma única vez mencionado, quer dizer: desperdiçou-se o pormenor mais importante para situar o romancista.

Uma vez mais chamo a atenção dos intervenientes, dos influentes no fenómeno TV, para o uso indiscriminado desta arma. É perigoso organizar a passividade papalva diante dos automobilismos, é perigoso dar relevo, nos Telejornais, aos acontecimentos de violência (atentados, desastres, raptos, etc.) e é perigoso quase eleger-se o suicídio de Camilo em pormenor mais importante no programa de ontem. Perigoso, porque induz erro: o mais importante em Camilo não foi a sua morte, mas a sua vida, não foi o suicídio, mas a sua arte. Perigoso pelos defeitos negativos da sua insistência na boca dessa terrível fera que metemos em casa e se chama Televisão.

Pergunto: alguma vez na Televisão portuguesa se procurou dar aos seus colaboradores uma visão, mesmo precária da TV na sociedade?

Ingenuidade de pergunta. Mas o que é que não anda à balda naquela casa...

TEATRO NACIONAL D. MARIA II

AMANHÃ ESTREIA
DA PEÇA EM DOIS ACTOS
DE LUIS DE STTAU MONTEIRO
FELIZMENTE
HÁ LUAR

Encenação do autor
Música de F. Lopes Graça
Figurinos de J. Mattos Chaves

Eunice Muñoz ou Fernanda Alves, Assis Pacheco ou Victor Ribeiro, Jacinto Ramos, Varela Silva, Rui de Carvalho, Madalena Braga, Josefina Silva, Mário Pereira, Barroso Lopes, Albino Santos, Carlos Quintas, Carlos Daniel, Manuel Coelho, Carlos Fonseca, António Banha, Luís Mata, Carlos Cabral, Alberto Vilar, Carlos Duarte e Luís Bandeira.

Bilheteira abre às 13.00 — Telf. 322210
Domingos e Feriados espectáculos às 16 e 21.45h.
Descanso da Companhia às 2.ªs-Feiras

(Espectáculos para Todos)

TUDOR
BATERIAS · PILHAS

GRUNDIG
QUALIDADE EM TODA A LINHA

DESTAQUES

PROGRAMA

Noite de Cinema - «Corações Jovens» (21.35)

Amanhã

PROGRAMA

- 18.25: Telejornal - 1.ª edição; 18.32: «Gulp»; 18.35: Telejuvenil; 19.30: «Dominic» - episódio n.º 4; 20.00: Telejornal - 2.ª edição; 20.30: O Nosso Tempo - «A Face da Ásia que Muda»; 21.30: O Tempo; 21.35: «O Caminho das Estrelas»; 22.30: Dia Mundial da Música; 23.00: Telejornal - 3.ª edição e fecho.

PARA REPARAÇÃO DO SEU **TV**

SOS-CLÍNICA DE TELEVISÃO

COM RÁDIO-TELEFONE PARA MAIOR RAPIDEZ E EFICIÊNCIA

DESLOCAÇÃO E ORÇAMENTO GRÁTIS — SERVIÇO PERMANENTE

Telefs. 88 27 86 - 89 98 26

Avenida S. João de Deus, 13-B - Rua Macau, 8

teatro da barraca

Woyzeck
de Georg Büchner

3.º MÊS

SÓ ATÉ 15 DE OUTUBRO

3.ª a 6.ª às 21.45
Sáb. às 17 e 21.45
Dom. só às 17
Seg.: descanso

SUBSÍDIO DA SEC

A BARRACA

ZE
do TELHADO

«ADMIRAVEL TENTATIVA DE TEATRO POPULAR PORTUGUÊS...»

Carlos Porto

Mus.: ZECA AFONSO Enc.: A BOAL
Texto: HELDER COSTA

RUA ALEXANDRE HERCULANO, 70

3.ª a Sab 2.ª 30 h Dom 16 e 21.30 n

M/13 anos

A UNICA REVISTA EM CENA

ESTÁ NO

ADOCQUE
teatro

FARDOS E GUITARRADAS

COM **HENRIQUE VIANA**
ERMELINDA DUARTE
MAGDA CARDOSO
MARIA TAVARES

HOJE 2 SESSÕES
20.30 e 22.45

DOMINGO, MATINÉE

ÀS 16 HORAS

2.º MÊS DE ÊXITO

LEÓNIA EM «ADOLFA»

TEATRO

Todas as noites (excepto domingos) às 22 horas

na **SOCIEDADE PORTUGUESA DE AUTORES**

Av. Duque de Loulé 31
Lisboa Tel. 578320

Peça de G. Létier
Adapt. de Helena Domingos
Música de Vasco Pimentel
Colaboração de Cristina Reis

2.º MÊS

APROCURA DO ALBERTO

"Super-heróis" vão tomar conta das nossas noites de domingo

Eles vão saltar das histórias aos quadrinhos para o «écran» do II Programa, a partir de Outubro: os super-heróis das bandas desenhadas, a começar pelo «Homem Aranha», recentemente exibido entre nós numa longa metragem.

Produtos de uma irreverente imaginação de escritores-illustradores, os «super» das bandas começaram nas secções «comics» dos jornais e aí ganharam popularidade, até que nos nossos dias acabam vedetas da TV. Figuras do impossível, vivendo num mundo apostado no fantástico, eles realizam façanhas inconcebíveis.

O PRIMEIRO É «O HOMEM ARANHA»

É pois um encontro com os super-heróis que a RTP-2 nos vai propor, a partir de Outubro. O primeiro a chegar é dos mais destemidos: o «Homem Aranha». Ainda há pouco o vimos numa longa-metragem que cor-

reu nos cinemas. As suas aventuras, arrepiantes pela audácia, como convém ao género, vão passar pelos pequenos visores com esse mesmo rasto.

«O Homem Aranha» é um predestinado para a luta contra o crime. Ninguém dispõe de armas iguais. Os criminosos, os fora-de-lei que se acautelem. Mordido por uma aranha radiactiva quando criança, um tal percalço tornou-o super-herói. Passeia-se pelas paredes e pelos tectos com o mesmo à-vontade do que pelo chão. É, na verdade, uma autêntica aranha. Inclusivamente lança a sua teia para envolver a presa, sempre que necessário. Tão forte como pelo menos uma dúzia de homens normais, extremamente ginástico, atlético, o seu dom superior é todavia, aquilo que poderemos designar pelo «sentido da aranha» — um instinto poderoso que o averte do perigo, que o deixa em guarda para o enfrentar e, claro está, vencer.

Brasil vende filmes a Moçambique

O Brasil acaba de vender 29 filmes comerciais de longa-metragem à República Popular de Moçambique. Entre os filmes constam as obras mais importantes do cinema brasileiro, desde o denominado «cinema novo» até

às tendências actuais do cinema brasileiro.

As negociações iniciaram-se logo após a realização, em Maputo, da Semana do Cinema Brasileiro, realizada no mês de Agosto passado.

NO PORTO

"Luz e Vida" apresenta "Mortos sem sepultura" de Jean-Paul Sartre



Dirigida e encenada pelo actor Diamantino Silvestre, realizou-se na Associação Recreativa Valbonense «Luz e Vida» a estreia da peça «Mortos sem sepultura», de Jean-Paul Sartre. Este espectáculo está incluído no Festival de Teatro organizado pela CGTP-IN. Na próxima sexta-feira e sábado repetem-se novas representações no salão daquela colectividade

Era um tempo de brincar,
um tempo de se divertir...



E divertiram-se á brava
até atravessarem

A FRONTEIRA DO PESADELO

(MACON COUNTY LINE)

com
Alan Vint · Cheryl Waters · Geoffrey Lewis
canções de Bobbie Gentry · prod. Max Baer
realização de Richard Compton

HOJE ESTREIA

ÀS 21.30 H: NO

Camões

Não Aconselhável a Menores de 18 Anos



2 "OSCARs"

MELHOR ACTOR SECUNDÁRIO
BEN JOHNSON

MELHOR ACTRIZ SECUNDÁRIA
CLORIS LEACHMAN

Um filme de
PETER BOGDANOVICH

a ultima sessão

(THE LAST PICTURE SHOW)

UM FILME QUE DEVE REVER

UM CLÁSSICO DO
CINEMA AMERICANO



com
TIMOTHY BOYD · TOMS · JEFF BRIDGES
ELLEN BURSTYN · BEN JOHNSON
CLORIS LEACHMAN · CYBILL SHEPHERD

Realizado por
PETER BOGDANOVICH
Argumento de
LARRY MCJURRY
PETER BOGDANOVICH

Produtor Executivo
BERT SCHNEIDER
Produzido por
STEPHEN J. FRIEDMAN

AMANHÃ ÀS 21.15 H



NÃO ACONSELHÁVEL A MENORES DE 18 ANOS

NAC COHEN
apresenta

a Grande Batalha

CROSS OF IRON



com
JAMES COBURN
MAXIMILIAN SCHELL
JAMES MASON
DAVID WARNER

com
SENCA BERGER

Argumento de
JULIUS J. EPSSTEIN

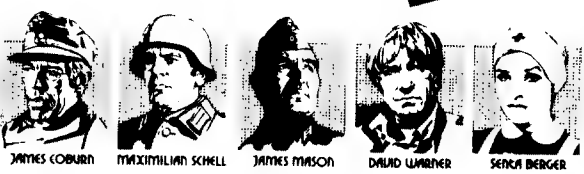
Produção de
WOLF C. HARTWIG

Technicolor



um filme de
SAM PECKINPAH

DO QUE
SÃO CAPAZES
OS HOMENS
A CONQUISTA
DA GLÓRIA



NÃO ACONSELHÁVEL A MENORES DE 18 ANOS

AMANHÃ ESTREIA

ÀS 21.30

EDEN

ROMA

CALEIDOSCOPIO



"...ESTA TERRA É TUA, ESTA TERRA É
MINHA; DA CALIFORNIA A NEW YORK
ESTA TERRA É TUA E É MINHA..."

ESTAS PALAVRAS
FORAM ESCRITAS
POR
WOODY GUTHRIE
CUJA VIDA
NOS ENVOLVEU,
A TODOS.

2 "OSCARs"



COLORIDO

"BOUND for GLORY"

CAMINHO DA GLÓRIA

com
DAVID GARRADINE

RONNY COX · MELINDA DILLON · GAIL STRICKLAND

realização de HAL ASHBY

ATENÇÃO
A COMISSÃO DE CLASSIFICAÇÃO DOS ESPECTÁCULOS
CONSIDEROU ESTA REALIZAÇÃO DE HAL ASHBY
FILME DE QUALIDADE

SÃO JORGE

ESTREIA HOJE ÀS 21.30

UM ESPECTÁCULO INVULGAR

NÃO ACONSELHÁVEL A MENORES DE 13 ANOS

T. 1978

Crítica de Cinema

JORGE LEITÃO RAMOS

FICHA:

Título original: Dracula père et fils.

Realização: Edouard Molinaro (França-1976).

Argumento: Jean-Marie Poiré, Alain Godard e E. Molinaro, **segundo o romance** «Paris Vampire» de Claude Klotz.

Fotografia (eastmancolor): Alain Levent.

Música: Wladimir Cosma.

Interpretação: Bernard Menez (Ferdinand), Christopher Lee (Dracula), Marie-Hélène Breillat (Nicole), Catherine Breillat (Hermine), etc.

Distribuição em Portugal: Doperfilme.

Cinema: Roma.

"Dracula Pai e Filho" de Edouard Molinaro

Classificação: Não acons. a men. 13 anos.

Duração: 110 minutos.

O humor em torno de temas de filmes de terror é, em geral, fácil e de mau gosto. As tentações do riso sob qualquer pretexto originam, comumente, filmes em que tudo é deixado ao deus-dará comercial. Não é, por isso, sem surpresas que assisti a este **Dracula Pai e Filho** que Molinaro construiu com uma rara habilidade e com um sentido do gag que já não é vulgar, sobretudo no supersenil cinema francês.

Em primeiro lugar é bem visível que o riso não nasce neste filme, do desprezo das coordenadas do «terror». Pelo contrário: a abertura é uma razoável homenagem ao melhor que a Hammer incorporou na tradição do cinema baseado no personagem de Storer, Christopher Lee incluído. Christopher Lee que, de

rest, incarna aqui o conde Dracula com a altivez e a distância necessárias. Muito do humor deste filme nasce, aliás, dessa sua capacidade de ser e de satirizar o Príncipe das Trevas que, de grande e terrífico senhor no século XVIII passa, por inviosos caminhos históricos onde também entra a Revolução que o expulsa dos seus domínios, a vedeta de cinema na velha Albion.

Um vampiro (ou melhor, dois), em Paris nos nossos dias, é um motivo para algumas situações inesperadas: a compra de um caixa tipo americano, duas portas, modelo de luxo; as dificuldades em arranjar sangue que chegam ao ponto de se caçar gatos, de se assaltar o banco de sangue do hospital ou de subitito, ao se abordar, em noite luarenta uma mulher adormecida se ter a surpresa de encontrar uma boneca insuflável.

Por outro lado Molinaro entronca, com saborosa oportunidade, o destino de um vampiro romeno expatriado em Paris na torrente de emigrantes que a essa cidade afluem, nas suas condições de alojamento e trabalho, na sua efectiva marginalidade. Essa irrupção do quotidiano social no seio de uma ficção cujos significantes remetem ainda para uma ficção não é, de resto, o menor dos pontos de



Christopher Lee: um Dracula majestoso e irónico

interesse que este filme oferece.

Por uma vez (e são escassas) um filme ri inteligentemente de um dos géneros mais populares do cinema. E já que o «terror» é

um género onde o riso está tantas vezes presente por inépcia ou fragilidade, é agradável vê-lo presente sob a capa da ironia e da homenagem.

Fim-de-semana em cheio no Cabeço de Montachique

No próximo fim-de-semana, a Comissão de Moradores do Cabeço de Montachique, concelho de Mafra, realiza a «Festa da Amizade». Tudo começa na noite de sexta-feira, com um acto de variedades em que participam José Carlos Ary dos Santos e Fernando Tordo. Na manhã de sábado há matança de porco e abre a quermesse, mas o forte do programa é a noite de fados e guitarradas com Natércia Aguiar, João de Alter e Manuel Maia. Às 18.30 de domingo a festa foge para a Póvoa da Galega: vai tudo ver o rancho folclórico «Os Saliolos». Sexta, como sábado, e, claro, domingo, a chave dos festejos, a fechar cada dia, são os bailaricos de fim de Verão.

CINEMA

7.º Festival Internacional de Salónica

O 7.º Festival de Cinema Internacional de Salónica, dedicado unicamente a curtas metragens, principiou anteontem à noite, contando com a participação de 46 filmes de vinte e quatro países.

À margem da competição oficial, serão apresentadas 19 longas metragens. Além disso, haverá retrospectivas consagradas ao cinema canadiano e ao cineasta americano Stanley Kubrick. O Festival durará até ao próximo domingo.

Dia Internacional da Música

No próximo dia 1 de Outubro, comemora-se o Dia Internacional da Música. Do programa das comemorações fazem parte a actuação de coros ao ar livre na Fundação Gulbenkian e de bandas de música populares.

Haverá ainda concertos no

auditério da Gulbenkian organizados pela Fundação e que serão transmitidos pela Radiotelevisão. Comemorativo deste acontecimento será apostado, no Posto de Correios da Gulbenkian, um carimbo alusivo do acontecimento.

DINO DE LAURENTTIS apresenta

Suspense máximo!

OS TRÊS DIAS DO CONDOR

um filme de SYDNEY POLLACK



com ROBERT REDFORD / FAYE DUNAWAY
CLIFF ROBERTSON / MAX VON SYDOW

JOHN HOUSEMAN Música de DAVID GRUSIN
Argumento de LORENZO SEMPLER / Produção de STANLEY SCHNIEDER

INTERDITO A MENORES DE 13 ANOS
TECHNICOLOR/PANAVISION

AMANHÃ ESTREIA
ÀS 21.30

TIVOLI

2.º MÊS NO

HUBBA HUBBA



AVISO AO PÚBLICO
ESTE FILME CONTÉM CENAS
EVENTUALMENTE CHOCANTES

INTERDITO A MENORES DE 18 ANOS

O FILME QUE LEVOU
70 ANOS A FAZER

sofimes

Teatro da Academia Almadense
R. Capitão Leitão - Almada - Telef: 2752127

GRUPO DE CAMPOLIDE

2.º Mês Aventuras de
Till Eulenspiegel
de Charles de Coster

TODOS OS DIAS ÀS 21.30 - SAB. E DOM. ÀS 16 E 21.30 - SEGUNDA DESCANSO

Soberbo poder criador de aglomerados humanos. F. Midões.

PASSAPORTES

Aviso Importante

Os passaportes tirados há cerca de 5 anos ou mais deverão ser renovados para obtenção de novos

agencia abreu

LISBOA Av. Liberdade, 160 - Tel. 371341

Em ALJUSTREL o

Diário de Lisboa

vende-se no

Café ALIANÇA



Opá-ia

TUDO PARA
CRIANÇA
E
BEBÉ

BREVEMENTE
COLECCÃO
OUTONO/INVERNO

rua artilharia um. 69-C
telef 65 61 12

CURSOS

MECANOGRAFIA
PERFURÇÃO-VERIFICAÇÃO
Sistemas IBM e UNIVAC
Início dos cursos: em 3-10-78
DACTILOGRAFIA
Este curso tem início
todos os dias
Informações e inscrições no
EXTERATO CONTINENTAL

Rua do Arsenal, 100-1.º
Telef. 36 42 72

PATINAGEM ARTÍSTICA

Domínio dos EUA e da RFA nos Mundiais de Lisboa

Evidente domínio de norte-americanos e oeste-alemães caracterizou a generalidade das provas constantes dos XXIII Campeonatos Mundiais de Patinagem Artística que terminaram este fim-de-semana no Pavilhão dos Desportos em Lisboa. Nos quadros finais, e no respeitante a medalhas, os Estados Unidos ti-

veram três de ouro, duas de prata e uma de bronze; a República Federal Alemã uma de ouro, duas de prata e uma de bronze. Dos restantes países concorrentes, apenas a Itália conquistou uma medalha de bronze.

Por nomes e no caso da patinagem artística são evidente-

mente os nomes que devem ser mais relevados, destacaram-se, no último dia de exhibições, os pares Fleurete Arsenault-Dan Littel, que ficaram em primeiro lugar na classificação da prova de pares de dança, ainda Nathalie Dun, dos Estados Unidos, que ficou em primeiro no concurso de prova livre, e a oeste-alemã Pa-

trice Schneider, que ficou em segundo. Os estado-unidenses Robbie Coleman e Pat Jones ficaram em primeiro lugar na prova de pares mistos. E o oeste-alemão Thomas Nieder ganharia a última medalha de ouro para a RFA na prova livre.

No respeitante à participação de Portugal — e de parte as participações dos outros países concorrentes — pode assinalar-se a conquista duma medalha por parte de Fátima Baptista numa última prova já extracampeonato, reservada a concorrentes que não haviam obtido classificação suficiente para irem às finais.

De uma maneira geral, e segundo os entendidos na matéria, os XXIII Campeonatos Mundiais de Patinagem Artística representaram um assinalável sucesso desportivo e artístico, dando o altíssimo nível dos concorrentes, os melhores do mundo. O público que durante quase uma semana acorreu ao Pavilhão dos Desportos não terá dado por perdido ou inútil o tempo que pressensiu as provas e o preço dos bilhetes.

Muitas provas, nomeadamente as finais, foram transmitidas directamente pela RTP, correspondendo assim à importância e ao significado do acontecimento, e bem à altura da responsabilidade por outro lado assumida pela Federação Portuguesa de Patinagem, responsável pela organização do Campeonato em Lisboa. O sucesso a todos os níveis que os campeonatos foram deve ficar assinalado como um dos momentos mais felizes do historial da Federação.

Registe-se por último que o facto de os campeonatos se realizarem em Lisboa e as provas mais importantes serem transmitidas em directo pela Televisão, despertaram certamente vulgar interesse no público. Nos dias em que as provas decorriam, e ainda ontem de manhã, um dia depois de elas terem terminado, era frequente ouvir-se na rua, nos cafés e nos transportes, comentários agradados, acerca das exhibições.

Treinador do Penafiel suspenso oito meses

O treinador do F.C. Penafiel, Artur Lopes dos Santos, foi castigado pela Federação com 8 meses de suspensão e multa de 5250\$00 por «ameaças de agressão à equipa de arbitragem agravadas por acumulação» segundo o relatório. As coisas aconteceram no jogo entre o Penafiel e o Aliados do Lordelo no passado dia 17, e o castigo é o mais severo de todas as sanções decididas pelo competente órgão federativo relativamente a incidentes registados nas dezenas e dezenas de jogos oficiais disputados naquele dia.

Assinale-se ainda a suspensão de um jogo aplicado ao jogador do Alves, António Costa Santos. O Alves, aliás, foi castigado com interdição do seu campo de jogos por duas jornadas em consequência dos incidentes do mesmo desafio, contra o Rio Aves, no mesmo dia. Mas, a nível de jogadores, o castigo mais se-

vero desta vez aplicado a nível federativo recai sobre João Deus Sequiera Miranda, do Avintes, por injúrias ao fiscal de linha. Albino Farias Ligeiro, do Alcains, foi castigado com três jogos de suspensões. O castigo remonta ainda ao dia 17, e no caso, a incidentes ocorridos num jogo com a U.D. da Tocha.

Nem só treinadores e jogadores a Federação castiga: dirigentes, também. Armando Lemos Vilaça, do Tadim, foi suspenso 10 dias por «atitude incorrecta» no jogo entre o Tadim e o Lusitania de Lourosa.

Refira-se ainda que outro treinador foi suspenso por 10 dias, por «protestar contra as decisões da arbitragem», Carlos Alberto Saraiva Rosa, do Valecambrense. As coisas aconteceram naquele dia em Vale de Cambra num desafio entre o clube da vila e o Valonguense.

Novo comercial "Datsun-Sado" é quase todo "made in Portugal"

Com a presença de vários membros do Governo, de um administrador da Nissan, dos principais importadores Datsun na Europa e de numerosos convidados, o Entrepósito Comercial de Automóveis apresentou ontem o «Datsun Sado», veículo que pode considerar-se o primeiro quase inteiramente fabricado em Portugal já que a percentagem de incorporação atinge um valor da ordem dos 60 por cento.

O «Datsun Sado» é um veículo ligeiro comercial, construído segundo um projecto da Nissan Motor Co Ltd e que o Entrepósito Comercial de Automóveis foi encarregado de desenvolver.

Tratava-se de «fabricar um veículo comercial robusto, versátil, simples e económico, de mecânica convencional com provas dadas ao longo dos anos, e com a possibilidade de ser construído em qualquer país com um mínimo de infra-estruturas industriais, mas ainda sem indústria automóvel, tal como esta é concebida».

O «Datsun Sado» recebeu toda a base mecânica — motor, caixa de velocidades, veio de transmissão, etc. — do Datsun 1200, um veículo que se caracterizou pela sua robustez, «performances» e economia. Tudo o resto é fabricado quase na totalidade em Portugal.

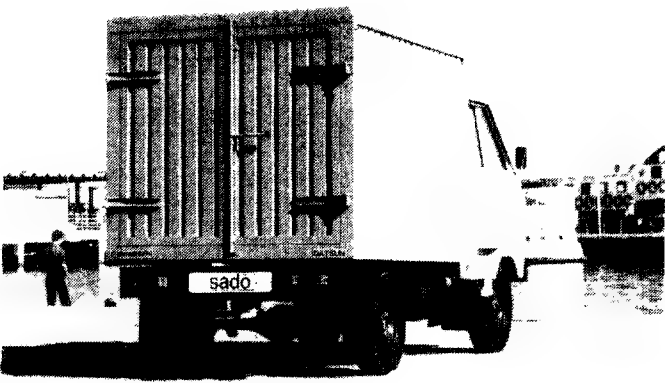
A carroçaria é feita à base de chapa quinada e linhas direitas, excluindo alguns poucos componentes que têm que ser estampados. Em princípio isto conduz a uma certa limitação no

plano estético, mas, com mais evidência numas versões do que noutras, a Nissan e o Entrepósito conseguiram um veículo de linhas agradáveis dentro do seu género e tendo em conta o tipo de utilização a que se destina.

Todavia, o «Sado» apresenta ainda um importante argumento:

seis versões diferentes: Pick-up, Van, Misto, Micro-Bus e Ambulância.

Características principais: motor de 4 cilindros em linha, válvulas à cabeça de 5 apoios, 1171 cc de cilindrada (73x70 mm), 65 HP às 6000 rpm, caixa de 4 velocidades sincronizadas com alavanca na coluna de di-



O modelo «Van» da nova linha «Datsun-Sado»

é sem dúvida o melhor compromisso preço/características que de momento se pode encontrar no mercado. O seu preço-base, variando de acordo com as diferentes versões, está bastante abaixo dos 200 contos, o que é apreciável nos tempos que correm.

O «Sado» é apresentado em

recção, raio de viragem 4,8 m, travões hidráulicos de tambor à frente e atrás, suspensão dianteira independente com mola semi-elíptica transversal, amortecedores telescópicos de duplo efeito; eixo rígido atrás, com molas semi-elípticas e amortecedores telescópicos de duplo efeito.

MODALIDADES EM DESFILE

KORSCHNOI E URSS

A Federação Soviética de Xadrez vai pedir à Federação Internacional da Modalidade que o expulse Viktor Kortchnoi das competições futuramente por ela (Federação Internacional) organizadas. A notícia é da Tarjuga, vem de Belgrado, e cita um funcionário superior da Federação Internacional, acrescentando que a delegação soviética actualmente em Baguio já formulou verbalmente o pedido em questão. Motivo do pedido: o comportamento de Kortchnoi no duelo que está a ter com Karpov. Diz-se que Kortchnoi terá contratado como conselheiros dois membros da seita «Ananda Marga», acusados de tentativa de homicídio. Assunto escuro. Como se sabe, Kortchnoi é um apátrida. Ele nasceu na URSS, mas foi-lhe retirada a nacionalidade oportunamente.

NORA ARAÚJO

A atleta do Benfica Nora Araújo classificou-se em quarto lugar no pentatlo internacional disputado no passado domingo em Tamenca, França, Marcas de Nora: 14,73 nos 100 m/bar., 11,30 no peso, 1,60 no salto em altura, 5,85 no salto em comprimento e 2.27.12 nos 800 metros. Nora alcançou nos 100 m/bar.

novo máximo pessoal. À totalidade dos resultados correspondem 3865 pontos. A vencedora do pentatlo foi a soviética Katrina Smirnova, que fez 4596.

PRÉMIOS «DP»

Os nossos camaradas de profissão que trabalham na secção desportiva do «Diário Popular» elegeram Mamede, do Sporting, Atleta do Ano. Oliveira, do F.C. do Porto, Futebolista do Ano, e Rui Abreu, do Académico de Coimbra, Desportista do Ano. As distinções do jornal costumam ir apenas para o atleta e para o futebolista. A distinção a Rui Abreu atende às excelentes provas dadas a última época pelo considerado melhor nadador português de todos os tempos.

NATAÇÃO

O Governo brasileiro aceitou uma proposta da Confederação Brasileira dos Desportos, respeitante ao patrocínio da organização do Campeonato do Mundo de Natacão de 1988, em princípio já aprovada pela Federação Internacional da modalidade. As provas decorrerão no complexo inaugurado há oito dias no Rio de Janeiro, próximo do Macará. O complexo é considerado um dos melhores do mundo.

assim vai o

TOTOBOLA

PROGNÓSTICOS DOS ÓRGÃOS DE INFORMAÇÃO

PARA O CONCURSO N.º 6 DE 1 DE OUTUBRO DE 1978

Boa Nova, 1x1 111 x1x x1x1; Cavalcada do Ritmo, 1x2 111 112 1111; Rádio Totobola, x1x 11x 112 x1x1; O Concelho de Estarreja, 11x 111 11x x111; Correio de Coimbra, 111 111 111 1x21; Correio do Vouga, x11 111 112 x11x; Diário de Coimbra, 112 11x 111 1x11; Diário de Lisboa, 12x 111 111 x1x1; Ecos do Cacia, 111 111 x1x 11x1; Folha do Domingo, 1x1 112 x11 1xx1; O Jornal de Felgueiras, 1x1 11x 111 x1x1; Jornal de Santo Tirso, x11 111 111 x11x; Gazeta das Caldas, 1x2 111 x1x 21xx; Linhas de Elvas, 1x2 111 11x2xx1; Litoral, 111 111 11x 21xx; Manchete Desportiva, x2 111 112 2xx1; Mundo Desportivo, 1xx 111 2111; Notícias de Chaves, xxx 111 112 2121; Notícias de Évora, 1xx 111 11x x1x1; Notícias de Felgueiras, 11x 111 x11

xxx1; Notícias de Gouveia, x22 x11 111 22x1; Penalti, 111 111 1xx 2112; Reconquista de Castelo Branco, 1xx 111 x12 x121; Renovação, 111 111 112 2x12; Compacto, 1x2 11x 21x 211x; Diapositivo, 12x 112 x11 x11x; Radiodifusão Portuguesa, 11x 11x 111 x121; A Voz das Beiras, 122 1xx 111 x1x1; A Voz de Palmela, 122 1x1 x2x 21x1; Auto-Rádio, x22 x12 1x2 x1x2; A Comarca de Arganil, 1xx 111 x12 211x; O Comércio de Leixões, 1xx 11x 111 21x1; Diário do Alentejo, 1xx 11x 112 x111; Estrela da Manhã, 212 121 112 1x11; Estúdio 64, 1x1 122 xxx 121x; Eu Sei Tudo, 1x2 111 x12 x111; Jornal da Beira, 111 x11 112 x1xx; O Jornal da Lixa, 112 111 x11 xx11; Maria da Fonte, 11x 111 112 x122; A Ordem, 11x 11x 1x1 x11x; Pjacad Desportivo, 21x

11x 22x 111x; Programa sem Nome, 1x1 111 x12 x2x1; Quadrante Desportivo, 11x 1x1 x1x 1111; Quadrante Norte, x1x 211 22x 211x; Panorama, 1x2 111 x11 22x2; Rádio Placard, 111 111 111 1111; Repórter do Dia, 11x 111 112 x111; Resenha Desportiva, 112 111 111 x1x1; A Voz do Domingo, 11x 111 11x x111; Voz do Lamego, 1x1 11x 112 1121; Alvo Desportivo, x1x 111 x1x x1x1; Diário do Porto, 12x 11x x1x x1xx; Clube do Ar, 1x1 1x2 111 21x1; Jornal da Graça, 11x 111 1x1 11x1; O Primeiro de Janeiro, 1xx 111 112 21x1; Rádio Alvo, 1x1 111 x1x x121; Rádio Sports, 111 111 x1x x121; Ritmo e Amizade, 122 1xx 111 111; A Voz dos Reticulos, 111 111 111 1111; O Diabo, 111 111 1x1 xx11; Jornal de Gaia, 12x 112 x11 2xx2.

1.ª. Época (1.10.1978)

	R	E	S	U	M	O	B	O	L	A	S
	1	X	2				1	X	2		(a)
1. A LOREDO - CHAVES	50	5	2				9	2	1		
2. RIO AVE - SALGUEIROS	29	28	9				6	4	2		
3. VIANENSE - LEIXÕES	20	25	16				4	5	3		
4. RIOPELE - PAREDES	57	3	1				10	1	1		
5. PENICHE - U. SANTARÉM	54	5	2				10	1	1		
6. U. LAMAS - MARINHENSE	42	13	6				8	3	1		
7. U. TOMAR - U. COIMBRA	37	20	4				7	4	1		
8. U. LUSITANIA - COVILHÃ	51	7	3				9	2	1		
9. TORRIENSE - DE RENSC	23	19	19				4	4	4		
10. SETÚBAL - ATLÉTICO	13	30	18				3	6	3		
11. OLHANESE - FARENSE	46	11	4				9	2	1		
12. C. F. LUSITANIA - MONTEIRO	26	27	8				5	5	2		
13. SAGADENSE - AMORA	42	10	6				8	3	1		

a) Nos termos do Art.º 14º do Regulamento Geral dos Concursos se houve necessidade de sortear o resultado dos jogos não realizados na data do concurso, as bolas entrarão na esfera do sorteio nas quantidades do presente mapa.

A "chave" lógica será:
11x 111 111 11x1

FC PORTO, 4-AEK, 1

Quarenta e cinco minutos de "Zorba" e o resto em jeito de "corridinho"

No intervalo do jogo das Antas dizia-me o meu amigo Moraitis, um rapaz grego que mora no Porto e que está muito bem na vida: «Eu não lhe dizia? Então o AEK é uma equipa fraca como diziam os jornalistas portugueses?» Fiz um sinal de concordância absoluta com aquilo que Moraitis acabava de dizer, quase em tom de desafio, limitando-me a acrescentar: «Bem, o que acontece é que os gregos até dançam bem ao deserto, mesmo sem música e sem par, ao passo que os portugueses só com uma moçoila por companhia e no mínimo terá de ser um corridinho...» Moraitis deu uma gargalhada e fomos beber um copo.

O que se passou nas Antas nos primeiros 45 minutos, está bom de ver, terá sido um pouco da «tragédia» de Atenas ou, se quisermos continuar a aproveitar a imagem, a tal questão do «Zorba», nos seus gestos distantes, dançando no deserto. Os pupillos de Pedroto ficaram como que extasiados a delectarem-se com essa figura lendária, sem se aperceberem de que nos tempos que correm é preciso fazer pela vida, mas não ao ritmo do «Zorba». Por banda do AEK tudo muito bem calculado: é o jogador que não ouve o apito do árbitro e dá mais um toque na bola... para longe; é o guarda-redes que faz que não vê o esférico quando os apanha-bolas lho atiram para dentro do campo; são dois jogadores que ficam entretidos a «contar anedotas» antes de algum deles se decidir pela marcação do livre respectivo... e só depois de três minutos de conversa fiada é que Charles Corver, o holandês gigante que veio dirigir o encontro, resolve mostrar o «amarelo» a Intzoglou. A partir daí os gregos viram que não podiam continuar a contar com a colaboração do árbitro para chegarem mais facilmente à segunda eliminatória.

SUPLENTE STERGIOUDAS DÁ CONFIANÇA À EQUIPA

Chamado a substituir o guarda-redes titular, Christidis, que não veio sequer ver o jogo das Antas, Stergioudas foi sem sombra de dúvida o «maior» na noite quente das Antas. Com um punhado de excelentes defesas durante os primeiros 20 minutos o suplente grego conseguiu, por si só, duas coisas muito importantes: arrefecer os — ânimos — portistas e catapultar a sua equipa para uma exibição condizente com o resultado de 6-1 alcançando no jogo da primeira mão. Depois de Stergioudas

sobressaiu a organização defensiva dos gregos, com o «capitão» Nicolaou, que por acaso também é o médico da equipa, a comandar as operações. Facto saliente, a defesa em linha perfilhada pelos helénicos, que provocou toda uma série de transbordos ao ataque portista, que não raras vezes apareceu completamente isolado no meio-campo grego. Com uma articulação perfeita, a defesa grega, quase sempre composta por seis elementos, conseguiu ainda ser o melhor suporte de um ataque confiado apenas a dois homens extraordinariamente perigosos como Bajevic e Mavros. Sempre que de posse da bola, os defesas do AEK preocuparam-se de imediato em partir para o contra-ataque, servindo quase sempre Ardizoglou, colocado estrategicamente do lado direito, bem colado à linha lateral (para não dar muito nas vistas...), o qual, por sua vez, ou fazia a tabelinha com Bajevic ou optava pelo passe de quarenta metros para desmarcar o veloz e excelente executante que é Mavros.

Foi assim, dentro deste figurino estereotipado, que o AEK logrou confundir a equipa do F.C. Porto e forjar o lance que havia de possibilitar a Mavros o único golo da sua equipa. Um golo fácil que caiu como gelo nas costas a escaldar de 70 mil espectadores que ansiavam por uma recuperação. E foi assim até ao intervalo: por cada surtida dos portistas até próximo da área contrária, respondíamos gregos com mais um contra-ataque sempre no mesmo jeito, a proporcionar a Mavros uma mão-cheia de oportunidades que só graças à experiência de Torres não resultaram noutros tantos golos. Caía a torre dos Clérigos de certeza se ao intervalo o AEK tivesse concretizado as ocasiões de golo de que dispôs.

SAI UM «CORRIDINHO» E VAI-SE EMBORA O MANDADOR

Após o intervalo, que não serviu apenas para eu e o meu amigo Moraitis dialogarmos por entre dois golos do afamado, tudo se modificou. Pedroto contactou com uns tipos da Fuzeta que lhe deram a fórmula do «corridinho», que nestas coisas do futebol também tem uma palavra a dizer. «Batidinho e tudo certo...», ao cabo de 15 minutos foi-se embora o «mandador». Com meia hora para jogar e com o jogo perfeitamente controlado, os portistas encontraram no golo de Vital (que entretanto entrara para o lugar de Rodolfo ao inter-

valo) o tal estímulo de que necessitavam para o grande comettimento. Com uma veia dos diabolos, os atacantes portistas passaram a «massacrar» a tempo inteiro uma defesa grega algo confusa, que a dada altura já não sabia sequer para onde estava virada e desconhecia por completo o caminho para a baliza de Torres. Sucederam-se então as mesmas perdas que em Atenas podiam ter transformado o resultado e aberto outras perspectivas mais favoráveis para o jogo de cá. Gomes e Oliveira, Vital e Costa, formaram um quarteto a «duas vozes» que nunca acertaram uma. Foi preciso vir um defesa, Teixeira, mostrar como devia ser. Mas entretanto já só faltavam 11 minutos para o baixar do pano. Logo após este tento, e já com os gregos todos virados do avesso, Oliveira e Vital perderam dois golos de baliza aberta... e no curto espaço de três minutos Oliveira redime-se das suas falhas oferecendo de bandeja um golo a Vital e outro a Duda. Mais cinco minutos e cairia a Acrópole...

O QUE ELES DISSERAM

Puskas parecia um megafone roufeno lá dentro dos balneários, de tanto berrar com Mavros por causa dos golos que podia marcar e não marcou. Os defesas também não escaparam às repremendas do «maior galopante», que depois veio desabafar com os jornalistas dizendo: «Parece impossível como se pode perder assim a cabeça depois de ter o jogo ganho. Alguns jogadores entraram de tal maneira em pânico que até parecia que já tinham perdido a eliminatória. O golo que marcámos aqui decidiu tudo antes do tempo. Depois era uma questão de aguentar até ao apito final».

Puskas reconheceu ainda que o AEK tinha passado um grande obstáculo e formulou votos para que na segunda eliminatória lhe toque um adversário menos forte do que o FC Porto.

Por seu turno Pedroto confessou-se desapontado com a atuação do árbitro ao afirmar aos jornalistas: «O primeiro golo dos gregos foi precedido de claro fora de jogo. Mas, tal como em Atenas, o árbitro acabou por favorecer o AEK, uma equipa de categoria mediana que mostrou hoje aqui não ser merecedora de passar à eliminatória seguinte. Apesar de tudo, no entanto, o FC Porto podia ter construído um resultado volumoso que lhe desse para seguir em frente. Foi pena que isso não tivesse acontecido, já que penso que esta equipa do AEK não deve ir longe na prova».

MANUEL NETO

protestou o jogo com os gregos alegando erros técnicos da arbitragem. Segundo apurámos, tanto o árbitro como o delegado da UEFA entraram em discordância quanto a alguns julgamentos que estiveram na origem de, pelo menos, três erros técnicos: o AEK a jogar com 12 elementos durante 35 segundos, na altura em que Papadopoulos substituiu Viera; não ter mostrado o respectivo cartão amarelo quando detectou a irregularidade; e ter mandado marcar um livre directo contra o AEK com o esférico em cima da linha limite da grande área. Pela nossa parte confirmámos as referidas irregularidades, muito embora o juiz da partida as tenha negado em declarações aos jornalistas. Daí a nota negativa para o árbitro, que



Jogadores do AEK e outros elementos da caravana grega: a dada altura do jogo, nas Antas, as coisas começaram a ficar feias. Durasse o jogo mais uns vinte minutos e não se sabe o que viria a acontecer

esteve presente no Mundial da Argentina e que dirigiu a final dos Campeões Europeus do ano passado. Uma desilusão.

FICHA TÉCNICA

Árbitro: Charles Corver (Holanda), auxiliado por B. Jansen e P. Gans.

F.C. Porto — Torres; Gabriel, Simões e Teixeira; Marco Auré-

lio; Rodolfo (Vital, na 2.ª parte), Oliveira e Franco; Duda, Gomes e Costa. AEK — Stergioudas; Moussouris, Nicolaou, Ravousis (Toscas, aos 66 m), e Intzoglou; Tassos, Viera (Papadopoulos, aos 76m), Nicoloudis e Ardizoglou; Bajevic e Mavros.

Ao intervalo: 0-1 Marcadores: Mavros (32m). Vital (64 e 85m). Cartões mararelos — Intzoglou (3m) e Marco Aurélio (44m.).

TAÇA DOS CAMPEÕES

Liverpool eliminado

A nota de maior sensação da quarta-feira europeia ontem à noite foi a eliminação do Liverpool da Taça dos Clubes Campeões Europeus. O Liverpool ganhou a prova dos últimos dois anos e foi afastado da competição 78/79 pelo Nottingham Forest. Em princípio, os vencedores das provas europeias de clubes a época anterior são dispensados de disputar a primeira eliminatória na seguinte. Desta vez no entanto, tal sorte não coube ao Liverpool, uma vez que se tratava da Taça dos Campeões e os bicampeões europeus de 76/77 e 77/78 não conquistaram o título na Liga inglesa a época passada. O Liverpool teria pois de defrontar-se com o campeão inglês, o Nottingham Forest. Os dois representantes da Inglaterra não podiam continuar em prova. Na primeira mão, o Liverpool perdeu, na apariência com alguma surpresa, por 2-0. Ontem, jogando em casa, empatou 0-0. Assim, o Nottingham continua em prova e o Liverpool sai. Esta eliminação traz à prova um interesse diferente.

Nos restantes jogos da Taça dos Campeões não se verificaram mais grandes surpresas. Os resultados foram os seguintes, com a indicação dos números da primeira mão entre parênteses: Progresso (Luxemburgo) — Real Madrid, 0-7 (0-5); PSV (Holanda) — Fennerbahce (Turquia), 6-1 (1-2); Visla (Polónia) — Bruges, 3-1 (1-2); Ujpest (Hungria) — Brno (Checoslováquia), 0-2 (2-2); Akranes (Islândia) — Kohln (RFA), 1-1 (1-4); Rangers (Escócia) — Juventus, 2-0 (0-1) La Valetta (Malta) — Grasschoppers (Suíça), 3-5 (0-8); Dinamo de

Kiev (URSS) — Haka (Finlândia), 3-1 (1-0); Mónaco (França) — Malmoe, 0-1 (0-0); Bohemians (Eire), Omnia (Chipre), 1-0 (1-2); Lokomotiv de Sofia (Bulgária) — Odense (Dinamarca), 2-1 (2-2); Lillestrom (Noruega) — Lindfield (Irlanda do Norte), 1-0 (0-0); Dinamo de Dresden — Partizan (Jugoslávia), 2-0 (0-2); e Austria-Vlznia (Albânia), 4-1 (0-2).

Passaram à eliminatória seguinte, além do Nottingham e do AEK, o Real Madrid, o PSV, o Visla, o Áustria, o Brno, o Kohln, o Rangers, o Dinamo de Kiev, o Malmoe, o Bohemians, o Lokomotiv de Sofia, o Lillestrom e o Dresden.

TAÇA DAS TAÇAS

Tal como a Taça dos Campeões, também a Taça das Taças não interessa mais esta época à concorrência portuguesa. De qualquer modo, registre-se os nomes dos que passaram à fase seguinte, com indicação, entre parêntesis, do clube entretanto eliminado: Banik, da Checoslováquia (que eliminou o Sporting de Portugal), Barcelona, de Espanha (Schachter, da URSS), Magdeburgo, da RDA, (Valur, da Islândia), Aberdeen, da Escócia (Marek, da Bulgária), Ferencvaros, da Hungria (Kalmar, da Suécia), Beveren, da Bélgica (Balymena, da Irlanda do Norte), Servette, da Suíça (Paok Salónica, da Grécia), Dusseldorf, da

RFA (Craiova, da Roménia), Innsbruck, da Áustria (Zabieble, da Polónia), Ipswich da Inglaterra (AZ 67, da Holanda), Sharmroc, do Eire (Apael, de Chipre), Rijeka, da Jugoslávia (Wrexham, do País de Gales), Inter de Itália (Floriana de Malta) Bodo da Noruega (Union do Luxemburgo) e Nancy da França (Frem, da Dinamarca).

TAÇA UEFA

É a única prova europeia de clubes que pode interessar à concorrência portuguesa, no caso, o Benfica e o Sporting de Braga.

Ficaram apurados o Duisburg (RFA), o Standard de Liège (Bélgica), Ebsjerg (Dinamarca), Arsenal (Inglaterra), Carl Zeiss (RDA), IBV (Islândia), Manchester City (Inglaterra), Hibernian (Escócia), Tsimisoara (Roménia), Milan (Itália), Dinamo de Tbilissi (URSS), Hertka (RFA), Dukla (Checoslováquia), Valência (Espanha), Monchengladbach (RFA), Estrasburgo (França), Arges (Roménia), Ajax (Holanda), Everton (Inglaterra), Lausanne (Suíça), Torpedo (URSS), Gijon (Espanha), Stuttgart (RFA), West Bromwich (Inglaterra), Crevna Zvezda (Jugoslávia), Pollusseura (Finlândia), Honved (Hungria) e Slask (Polónia).

TRINTA CARAVELAS

Não se trata da nossa frota.
No Rossio, por 30 moedas de \$500
(caravelas) pode comprar
uma camisa ao seu gosto,
e à sua medida, vá ao TOP ROSS
Rossio 85, Tel. 365018

ACTUAÇÃO DO ÁRBITRO JUSTIFICA PROTESTO

Já de madrugada o FC Porto



INSTITUTO DE LÍNGUAS DE ALGÉS

Rua dos Bombeiros Voluntários, 29, 2º — ALGÉS

Telefone 2 10 29 10

INGLÊS — FRANCÊS — ALEMÃO
PORTUGUÊS PARA ESTRANGEIROS
MATRÍCULAS:

Das 10 às 12h e das 17 às 22h, excepto sábados

D. MARIA II

Traga uma "D. Maria II"

e verá que ainda lhe damos

8 "Camilo Castelo Branco"

e uma "Rainha Santa Isabel",

na compra de uma camisa.

Venha ao TOP ROSS, que lhe faremos o troco.

ROSSIO 85

Tel. 365018

BANIK, 1-SPORTING, 0

Jogar bem para quê?

Os adeptos do Sporting deviam ter visto como foi ontem à noite no Bazali e compenetrarem-se duma coisa: é que o clube de Alvalade tem mesmo no seu plantel de profissionais de futebol um naípe numeroso de executantes de primeira. Pode não ser uma equipa capaz de balançar-se para cometimentos vistosos, mas aqui e agora a questão já é outra. Passa-se que faltam muitos meios e expediente importantes de se ter, para além duma habilidade técnica por vezes primorosa e duma boa vontade generosa de jogar à bola bem: força física geral de todos os praticantes, capacidade atlética para o combate ou a resistência que as exigências táticas determinam, sentido do conjunto por parte de cada um em função dos sectores e da sua articulação, noção mais prática do jogo como movimentação no terreno dirigida com vigor para a produtividade. O Sporting actual é uma equipa onde falta isto que têm não apenas as terríveis formações europeias do género Liverpool, mas até, menos embora, grupos muito menos de cartaz, alguns deles duma relativa modestia, como este Banik, por exemplo. De qualquer modo, ainda que apresentando-se na competição europeia com algumas desvantagens à partida (e temos para nós que alguma coisa afectado pela dir-se-ia quase psicose das lesões que há tanto lhe diminuem o número do elenco e podem muito bem criar numa formação sensível um estado de espírito menos favorável), o Sporting que ontem perdeu apenas por 0-1 frente aos checos bem se pode dizer que poderia não ter perdido e sobretudo tinha a passagem na eliminatória perfeitamente ao alcance das suas possibilidades.

TUDO BEM

Foi mais um adeus triste ao sonho europeu, mas fica marcada forte a impressão duma certa infelicidade. Não vamos regressar aos bastidores, porque basta contar com o que se passou durante os últimos noventa minutos. O Sporting entrou em campo parece que mentalizado para recuperar o resultado de quinze dias atrás, viu-se cedo que isso era possível, e toda a primeira parte pode dizer-se que, produtividade atacante à parte, as coisas correram, se não muito bem, pelo menos de modo a manterem-se as hipóteses suspensas. O sector recuado

(Artur, Laranjeira, Inácio, Zézinho) era um mecanismo defensivo seguro e despachava-se depressa de situações difíceis. O meio campo fazia com eficiência e prontidão a passagem do jogo para a frente. Os avançados (principalmente Keita, principalmente Manuel Fernandes) recebiam bem, entendiam-se entre eles. Só que não eram uma ameaça efectiva para a defensiva checa.

Na segunda parte alguma coisa mudou. Os de Ostrava vieram decididos a arrumar a questão o mais depressa possível e assistiu-se durante dez minutos a um período de «pressing» incessante sobre a magnífica defesa do Sporting. Tempo de domínio checo aparente e infrutífero. A breve trecho todo o Sporting se libertou do peso todo sobre o seu reduto recuado, para se relançar para a frente. As bandeiras azuis que estavam nas bancadas para animar o Banik renderam-se algumas vezes à bonita actuação dos artistas estrangeiros. Aqui, no entanto, aconteceu uma daquelas coisas com que uma pessoa não conta. Passou-se com Botelho, ou, pelo menos, foi isso que se viu. Foi o momento capital da história do jogo.

O MOMENTO CAPITAL

Um momento de perturbação, de desentendimento. Estas coisas acontecem a qualquer um, mas não podem acontecer a um guarda-redes. Foi assim como um arripio para todos os de verde, mas um súbito clarão que iluminou a tática checa. Bastou que Botelho tremesse entre os postes, de insegurança nervosa, e foi uma inspiração de confiança para Litchka, Antalik e companhia. Nos relógios havia pouco mais de dez minutos de jogo. Não tardou, e aquilo



Keita: além de uma boa exibição, uma bola na trave, ontem à noite em Ostrava

repetiu-se. Botelho agarrou a bola, largou-a, ficou a saltar na linha limite da pequena área, veio oportuno o pé certo lá para dentro, às urtigas todo o labor duma defesa até então impecável em todos os cortes.

Foi a partir do golo que o técnico do Banik mandou mudar o flanco de jogo, e o extremo-

NEVES DE SOUSA

nosso enviado especial a Ostrava

esquerdo passou a aparecer com desnorante frequência do outro lado. Havia ali um corredor por onde o ataque checo descia mais ameaçador. Botelho atarrantado. Na verdade, foi apenas um golo, mas poderiam ter sido dois ou três.

Acrecente-se que, entretanto, Keita fez um estrondoso remate à trave. Se fosse o que poderia ter sido, seria o corolário duma exibição a grande altura do mali, que até então nem se distinguia tanto pela sua capacidade de remate como pela invulgar habilidade que revelou na preparação e na entrega de jogo aos seus pares da frente.

Contando com a bola na madeira e um penalti que antes o árbitro perdoara ao Banik, o Sporting bem se pode dizer que merecia outro resultado. Porque o golo checo e as ocasiões de maior perigo durante algum tempo na segunda parte foram menos consequência da boa movimentação do Banik e mais azares que tem uma defesa perturbada.

ALTA QUALIDADE

Futebol de alta qualidade, ontem à noite em Ostrava. E não é fanfarronada lusitana dizer agora que isso se ficou a dever à craveira técnica de quase toda a equipa do Sporting, que fez um jogo tão bom pelo menos quanto aquele que lhe vimos fazer aqui há quinze dias contra o Vitória de Guimarães em Alvalade. Disse-mos então que, jogando assim, como jogou nessa noite, o Sporting estava apto a defrontar qualquer conjunto que lhe coubesse em sorte. Outra questão agora é saber por que umas vezes é assim e outras não. Também não vale a pena voltar a repetir o mesmo argumento estafado: infelicidade. Tão regularmente, é algo mais do que isso, como havemos de dizer um dia destes em conversa serena.

Resta uma palavra de alegria mais, para falar da inexecutável correcção com que todo o jogo decorreu, tanto que em noventa minutos o árbitro nem uma vez teve de mostrar a ninguém o rectângulozinho de amarelo tirado do bolso da camisa. A história do penalti, esquecem-nas os adeptos do Sporting menos resignados. Dirijo-me a eles e volto a dizer que valeu a pena ter vindo para ver o que o Sporting fez. A eliminatória estava perdida em Alvalade há quinze dias. Vi os checos gostarem. Aposto que tiveram alguma pena do que aconteceu a estes artistas que a sorte lhes mandou de Lisboa.

NOMES

Arbitragem: John Hunting, Malcolm Sinclair e David Bodday, todos ingleses.

Banik — Michalik; Fockks, Radimecz, Voyacek (cap.) e Rigel; Streiner, Nemec e Knapp; Al-

brecht, Antalik e Litchka (depois Sruber);

Sporting — Botelho; Artur (depois Zezinho), Bastos, Zezinho, Laranjeira e Inácio; Ailton, Meneses e Zandonade (depois Vítor Manuel); Manoel, Manuel Fernandes e Keita (cap.).

O golo do Banik foi obtido perto dos 14 minutos por intermédio de Litchka. As substituições de Artur e de Zandonade ocorreram aos 22 e aos 32 minutos da segunda parte.



Alves, num lance do jogo da Luz. O «luvas pretas» não foi dos melhores nem dos piores em campo. Todos, aliás, foram outra coisa, num Benfica em tudo incerto

BENFICA, 0-NANTES, 0

Benfica desiludiu

Onze jogadores, de encarnado, vencedores da eliminatória, percorrendo cabisbaixos, no final, a distância do relvado à cabina, vexados pela monumental assobiadela do seu público (casa quase cheia, 50 mil), face aos onze alegres «canários» de Nantes, de cabeça erguida (apesar do adeus à Taça UEFA), era imagem que pouco certamente adivinhariam.

Mas aconteceu. Erros (técnicos e táticos), ausências (Chalana, pelo menos) e graves carências (físicas), ditaram uma noite apagada para a equipa da Luz. Aconteceram alguns momentos razoáveis, é certo, mas, no conjunto, ressaltou mais a falta de articulação, a lentidão de pernas, a não-superação do esquema adversário, do que, propriamente, um ou outro lance individual de Alves, aqui e ali um lançamento em profundidade de Toni e, raramente, um arranque de Nenê.

Um erro, em nosso entender, cometeu Mortimor, ao decidir que Alinho, um defesa central, tantas vezes utilizado «libero», deveria «policiar» Pécout, em todas as zonas de terreno, não lhe dando qualquer margem de manobra. Ora Alinho é lento, não a tem rotina desse tipo de marcação, e, por isso, foi depressa vê-lo, até ao 22.º minuto da segunda parte (Pécout foi, então, substituído por Amisse) arrastar-se por diversas áreas, sem atinar com o homem, sem acertar com a bola. Felizmente que Pécout, jogador irregular, esteve em noite de não-acertar, pois, logo aos 3 e aos 19 minutos, teve duas ocasiões de chegar ao golo, sem defesa que o estorvasse, só que os remates saíram demasiado tortos. Mesmo com a entrada de Amisse, Alinho, ainda como «polícia» continuaria a navegar...

Erro tático: o técnico benfiquista não soube (ou não quis) contrariar o hábil esquema de meio-campo montado por Vincent. Colocando nessa zona vital de cada equipa, três magníficos jogadores (Muller, Michel, «capitão» e Rampillon, ausente no

primeiro jogo), bem apoiados pelo vaivém constante de Barionchelli, jogando também na frente, com Pécout e Trossero, o treinador francês colheu os ensinamentos da 1.ª volta, em Nantes. Ou seja, procurou contrariar, ou impedir, que funcionasse, tal como ocorreu em França, a grande arma dos encarnados o completo domínio do meio-campo. Mortimor, ter-se-á apercebido (entrada de Pereirinha e Rui Lopes) mas tarde.

Por isso, ontem, na Luz, nem Toni, nem Alves, nem Shéu foram capazes de arrumar completamente a casa. A «concorência» era muita, e boa, e, no seu ataque, os «armadores» benfiquistas sentiram a ausência do Chalana, rápido, imaginativo, capaz de receber a bola na frente ou de abrir, por si só, espaços na defensiva contrária.

A Reinaldo (um bom remate aos 36 minutos) falta-lhe ainda muito «calo» e serenidade para este tipo de jogos. Nenê, por sua vez, tem mais respeito pela «saúde» das pernas que pelos gritos e assobios daquele assustador terceiro anel. Assim, e para além de uma certa lentidão (Toni e Shéu), ou o mastigação da bola (Alves), o meio-campo benfiquista não tinha gente, à frente, que pudesse dar andamento aos poucos lances de ataque produzidos.

NEM JÚLIO VERNE...

Ora perante um adversário «diferente» de 2-0 em Nantes, face a um Benfica sem velocidade, força e conexão, os bretores, sem praticarem futebol de grande qualidade, e, também, algo lentos, causaram algumas dores de cabeça ao Benfica. Três remates de Rampillon e os toques de cabeça de Trossero (aos 22 minutos) e Lacombe (aos 79) iam surpreendendo Bento.

Diga-se, de qualquer modo, que o Nantes, apesar dessas jogadas de perigo (o Benfica também as teve) não mostrou, no conjunto do encontro, capaci-

dade para desfeitar a turma encarnada.

Aconteceu apenas que a vitória e a exibição, de facto brilhante na primeira mão, criaram ilusões aos 50 mil entusiastas, que estiveram a noite passada na Luz. É gente que gosta muito do Benfica, mas pelos vistos, não gosta menos do belo espectáculo que é o futebol. Resultado: a eliminatória era importante mas a exibição também! E daí a explicação (perante os atónitos 70 acompanhantes do clube francês) da monumental assobiadela.

Facto que nem mesmo Júlio Verne, cidadão nascido em Nantes, há, exactamente, 150 anos (1828) seria capaz de prever. Ele que adivinhou a chegada à Luz e os submarinos, ficaria espantado talvez, neste tempo de crise económica, social e política, em terras lusitanas, com os estádios cheios, com o regresso mais «furioso» da paixão pelo futebol. Ai está um fenómeno que deveria ser mais bem ponderado.

FICHA

Equipa de arbitragem oeste-alemã, chefiada por Kindervater, este ajudado de cada lado por Ahlen Fedder e Moller.

BENFICA — Bento; Humberto; Bastos Lopes, Alinho, Eurico e Alberto; Toni, Alves e Shéu; Reinaldo e Nenê.

NANTES — Bertrand-Desmanes; Bibard, Rio, Barvas e Bossis; Michel, Muller e Rampillon; Barionchelli, Trossero e Pécout.

No Benfica, Pereirinha entrou para o lugar de Bastos Lopes, lesionado, aos cinco minutos da segunda parte, e, a três minutos do fim, Rui Lopes foi ocupar o lugar de Shéu.

O Nantes substituiu Pécout por Amisse aos 22 minutos da segunda parte e Barionchelli por Lacombe aos 25.

Houve um cartão amarelo para Lacombe aos 41 minutos do segundo tempo e por derrube a Nenê.

EUGENIO ALVES

Taça UEFA:

novo figurino

A partir da temporada de 1980-81, a UEFA vai aplicar novos critérios de qualificação, para atribuição dos 64 lugares disponíveis na «Taça UEFA».

Pelos novos critérios, as nações classificadas entre os 1.º e o 3.º lugares terão quatro lugares, as de 4.º a 8.º três lugares, as de 9.º a 21.º posição dois lugares e as classificadas depois do 21.º lugar apenas terão direito a uma equipa na «Taça UEFA».

FEIRAS EM



* Salão Automóvel
6 a 10/10

* Equipamento e Gestão
(Hotéis, Restaurantes e Cafés) - 14 a 18/10

* Prêt-a-Porter
(Feminino) - 21 a 25/10

Para mais informações,
contacte-nos.



Semana de Teatro em Alcochete

Com «Um, dois, três, cinco histórias de uma vez», peça de Jaime Gralheiro pelo grupo «Nosso Tempo» principiará no próximo dia 9 de Outubro a Semana de Teatro do Concelho de Alcochete, que decorrerá até ao dia 15.

A organização está a cargo da Câmara Municipal de Alcochete, do Grupo de Teatro «18 meses depois» e da Associação Desportiva Saboguenense.

Entre as peças previstas para essa semana de teatro, contam-se «O que diz, o que diz

não» de Bertold Brecht, pelo Centro Cultural de Évora (dia 10); «O mundo começou às 5 e 45» de Luís Francisco Rebelo, pelo Grupo Experimental de Teatro de Capricho Moitense (12) no Samouco «Pedido de Casamento» de Antony Tchekov pelo Grupo Experimental a Associação Desportiva Demoguenense (13); «A dança da morte» de August Strindberg pelo GITT da Trafaria. No final da semana de teatro efectuar-se-á um colóquio sobre os resultados desta iniciativa.

Exército de Salvação tem nova sede

A dra. Manuela Eanes preside no próximo sábado, pelas 14 e 30, à inauguração da nova sede nacional do Exército de Salvação, sita à Rua da Escola do Exército, 11 A e B. Um «serviço de dedicação» decorrerá na igreja da instituição, sob a direcção do comissário Per-Eric Wahlstrom, líder do Trabalho do Exército de Salvação na Europa.

Deverão estar presentes, entre outras individualidades convidadas para o acto, os embaixadores britânico e austríaco.

O evento coincide com os cem anos de existência do Exército de Salvação enquanto tal. A pro-

pósito foi mandado confeccionar especialmente em Inglaterra um serviço de chá, decorado com cenários do trabalho inicial da instituição, para oferecer à esposa do Chefe do Estado.

Fundado em 1865, por William Booth, para socorrer populações dos «slums» (bairros pobres) da zona leste de Londres, o Exército de Salvação só em 1878 recebeu o nome por que é hoje conhecido. A sua designação anterior era de Exército Voluntário. A actividade em Portugal é recente, mas durante o ano em curso foram já abertos dois novos centros na capital, um em Chelas e outro nos Anjos.

ROTEIRO CULTURAL

Está a chegar o fim do mês, comece, uma série de acontecimentos que vão ocupar as atenções dos nossos leitores durante os próximos dias. Para já, o D. Maria II reabre amanhã com a peça «Felizmente há Luar» vivendo-se, neste momento, nesse teatro, o clima frenético dos últimos ensaios. Informam-nos do D. Maria está tudo «em ordem». Outra estreia anunciada para amanhã, esta a nível de teatro de amadores, é a da peça «Não Passarão» na sala da Tuna Operária de Sintra. Trata-se de um espectáculo do Teatro Experimental de Sintra. Não é, porém, apenas no sector do teatro que há novidades a anunciar para os próximos dias, já que estão em preparação as comemorações do «Dia Mundial da Música» e que estas vão dar que fazer a muita gente. Resumindo: um fim de semana e um princípio de Outubro com todas as características de um princípio de temporada. Gostariamos de ter notícias referentes a outros sectores, e, muito especialmente, aos relacionados com as artes plásticas, mas embora já tenhamos conhecimento de várias iniciativas em curso, a verdade é que ainda é cedo para as enumerarmos. Isto não obsta, como

é óbvio, a que relembramos aos nossos leitores a exposição das obras de maior interesse que estiveram nas galerias de Lisboa, em preparação para os primeiros dias de Outubro.

A Orquestra Gulbenkian dá hoje um concerto no Teatro José da Silva de Leiria. Trata-se de uma iniciativa da Fundação e do Município de Leiria que certamente atrairá esse teatro multivalente. Leiria não tem concertos com tanta frequência que os seus habitantes se possam dar ao luxo de perder este...

Não só em Leiria, porém, que acontece qualquer coisa relacionada com o mundo da música. Jordi Savall (viola), Montserrat Figueras e José Luis Uriol dão hoje um concerto em Évora.

Uma rectificação que se impõe: no Roteiro Cultural do «DL» do dia 12, referimo-nos a Michael Tannock dizendo que este amador de arte acabava de publicar um dicionário dos artistas portugueses do século XX, o que é correcto, mas acrescentamos que ele possuía uma galeria em Sesimbra, o que não corresponde à realidade. Michael Tannock é proprietário de uma galeria de arte em Portimão (Galeria Portimão, R. Santa Isabel, 3) e o seu dicionário («Portuguese 20th Century Artists») é um contributo importante para o estudo das artes plásticas portuguesas. Pedimos a M. Tannock desculpa pelo nosso erro (we are really sorry...) e, como portugueses, agradecemos-lhe o esforço que tem vindo a fazer.

senvolver em prol dos nossos artistas.

Abre no dia 30 em Leiria (Galeria Capital) uma exposição de pinturas e de estatuas de Fernando Pedro, um jovem artista de Alcobaça que já expôs no Casino do Estoril e no Mercado da Primavera.

Já que estamos em maré de lembrar aos nossos leitores que há coisas para ver em Lisboa, voltamos a algumas peças que muita gente ainda não viu: «Woyzeck», «As Aventuras de Tili Eulenspiegel», «A procura de Alberto», «As Profecias de Bandarra», «O Fatalista» e a revista «Fardos e Guitarradas». Podem estar certos de que não perderão o seu tempo indo a qualquer destas peças, tal como podem estar certos de que se não reconhecerem a sua qualidade artística, não voltariam tantas vezes ao assunto.

E vamos à música! prepara-se activamente a comemoração do Dia Mundial da Música, em princípio celebrado no dia «mas que, este ano, se arrasta. Para começar, Lisboa vai ser acordada por várias bandas que tocarão em diversos pontos de Lisboa às 8 h. O coral «Publia Hortensia» dará um concerto, às 10 h. do Jardim Gulbenkian e, às 12 h. o trio de cordas «Bom Tempo» executará obras de Beethoven no Museu da Fundação. Ficamos por aqui, porque o dia 1 ainda vem longe, mas podemos informar, desde já, que o Dia Mundial da Música vai ser celebrado em muitos pontos do País.

Se não costuma ir ao Museu Nacional de Arte Antiga, reveja a sua posição porque não há dúvida de que este Museu não tenha a ver com o conceito clássico que se tem de um museu. Para começar está vivo e actual. A exposição de cerâmica das Caldas foi um acontecimento cultural de primeira grandeza que nenhuma pessoa minimamente culta e «viva» perdeu. (Os que não foram julgaram «cultos» e «interessados», mas é evidente que, se o fossem, tinham ido...) Pois a esta exposição seguiu-se outra, das colchas bordadas que fazem parte do património do Museu. Esperamos que os nossos leitores — mesmo os que não se interessam por colchas — passem pelas Janelas Verdes para ver estas magníficas obras de arte dos séculos XVI e XVII.

Alguns dos nossos leitores têm-nos pedido para incluir neste Roteiro Cultural uma tabela semanal dos «Best Sellers» semanais, mas, infelizmente, não nos é possível aceder a este pedido porque os responsáveis por esta coluna estão intimamente ligados à vida editorial e sabem que essas tabelas são feitas. Se houvesse um processo infalível de medir o êxito dos livros e as indicações sobre o assunto não viessem dos interessados na venda desta ou daquela obra, os nossos leitores teriam a informação que pretendem. Tal como as coisas estão, porém, é nos impossível fazê-lo. Não estamos aqui para enganar ninguém...



Sociedade Gestora de Actividades Publicitárias e Promocionais S.A.R.L.
Praça do Príncipe Real 1 r/c Dto. Telef. 370161-2 Lisboa 2

CONVOCATÓRIA

Nos termos da lei e dos estatutos, convoco os Senhores accionistas da Publital, Sociedade Gestora de Actividades Publicitárias e Promocionais, S.A.R.L. para reunirem pelas 15 horas do dia 18 de Outubro de 1978, na sede social, sita na Praça do Príncipe Real n.º 1, r/c direito, Lisboa, em assembleia extraordinária com a seguinte ordem de trabalhos:

1.º

Eleição para preenchimento de vagas no Conselho de Administração.

Lisboa, 25 de Setembro de 1978.

O PRESIDENTE DA MESA DA ASSEMBLEIA GERAL
Raul Lima Amaral Marques

tempo

SITUAÇÃO DO TEMPO AS 09.00 H.

Em Portugal continental o céu estava pouco nublado ou limpo; o vento era fraco e havia neblina ou bruma em alguns locais.

TEMPERATURAS DO AR

VIANA DO CASTELO	20°
BRAGANÇA	13°
VILA REAL	16°
PORTO	21°
P. DOURADAS	215
COIMBRA	20°
PORTALEGRE	24°
LISBOA	20°
ÉVORA	22°
SINES	—
BEJA	20°
SAGRES	—
FARO	23°
PONTA DELGADA	21°
FUNCHAL	23°

MARÉS DE HOJE

PREIA-MAR	BAIXA-MAR
0.27 3,4 m	6.05 1,7 m
12.45 3,6 m	18.35 1,5 m
DIA 29	
1.09 3,6 m	6.45 1,5 m
13.25 3,8 m	19.10 1,3 m
DIA 30	
1.47 3,8 m	7.21 1,3 m
14.02 4,0 m	19.44 1,1 m

PREVISÃO DO TEMPO ATÉ ÀS 24 H. DE AMANHÃ

Céu em geral pouco nublado ou limpo; vento fraco; neblina ou nevoeiro na faixa costeira ocidental durante a noite e madrugada; bruma nas regiões do interior.



NASCEM AS 7.30
OCASO AS 19.24



rádio

1.º Programa

18.00: O povo e a terra (RDP/Sul) — música portuguesa; 19.00: A criança (RDP/Centro); 19.30: Acção sindical; 20.00: Jornal da noite; 20.30: Conjuntos; 21.00: 14.º episódio do folhetim «Voltrão», de Aquilino Ribeiro, numa adaptação de Orlando Neves; 21.20: Contraponto; 23.30: Temas de desporto; 24.00: Último jornal; 00.20: Jazz; 00.30: Música de filmes; 01.00: Música na noite.

2.º Programa

18.00: O pianista Dinu Lipatti; 19.00: O canto e os seus intérpretes, por Maria Helena de Freitas; 20.00: Suite para orquestra, n.º 2, de Tchaikovsky; 20.45: Canções de Berlioz; 21.20: Música de arco; 21.55: Variações sobre uma canção popular húngara, «O Pavão», de Kodaly; 22.25: Solos de órgão; 23.00: Intercâmbio musical; 01.00: Fecho.

3.º Programa

Nacional e Regional (294m)

18.00: Vertical; 18.20: Prevenção e saúde, pelo dr. José Matilides; 18.40: Mulher, agora e aqui, pela Comissão da Condição Feminina; 19.05: Teatro trágico, pelos Parodiantes de Lisboa; 19.30: Vertical-teatro, pelo dr. Fernando Midões; 20.50: Diálogo; 21.30: Quando o telefone toca; 22.00: Suplemento — quando o telefone toca; 23.05: Mensagens bíblicas; 24.00: Suplemento (continuação); 00.05: Suplemento desportivo, por Jorge Schnitzler; 00.15: Dia a dia com o passado; 01.05: Tempo internacional; 02.00: Fecho.

3.º Programa

Local (187,5m)

16.00: Convite; 18.00: Compasso; 18.15: Sal e pimenta (repetição); 19.45: Esta palavra saudade; 20.40: Serviço de agenda; 21.00: Fecho.

4.º Programa

Emissão Total em Estereofonia

16.00: Gong — a RDP divulga jazz, com a colaboração do Hot Clube de Portugal (repetição); 19.00: Em órbita; 20.00: Fórum, realização de Jorge Lopes; 22.00: Auditório; 00.00: Pnsma, realização de Fernando Quinas — o homem no tempo, programa de antropologia, produção de João Sousa Monteiro e João David Nunes; 02.00: Fecho.

RÁDIO RENASCENÇA

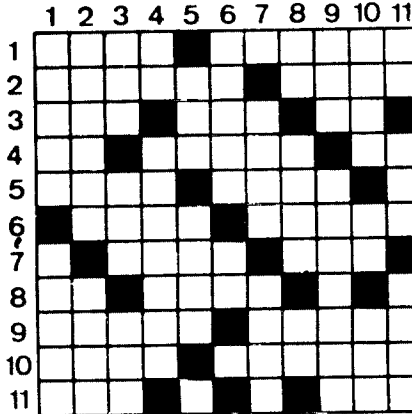
18.08: Apelos; 18.15: Igreja em notícia — palavra do dia; 18.30: Transmissão do terço da Basílica dos Mártires; 19.00: Programa da Liga dos Amigos de Rádio Renascença; 20.00: Objectivo; 20.53: Apelos; 21.05: Música e cantares da nossa terra; 21.30: Ao encontro da grande música; 22.00: Quando o telefone toca; 22.30: Temas vivos; 23.55: Fecho.

palavras cruzadas

COM PROVÉRBO PROBLEMA N.º 12 153

HORIZONTAIS:

- Descorre. Alojamento em tenda.
- Tombaras. Monarcas.
- Fleireira. Coisa (ant) Apellido.
- Báno (sq). Embarcação parecida com o bote usada no Tejo. Mil e cem em romano.
- Nome de homem. Rio da Polónia. Artigo definido.
- Bau. Verbais.
- Suga o leite materno. Olé.
- Batráquio. Receio.
- Lodo (pl). Dois mil e setecentos em romano.
- Naipes das cartas de jogar. Rústico.
- Agora. Tempo do verbo ser. Chefe etíope.



VERTICAIS:

- Termina. Farrapo.
- Canção antiga acompanhada de música sentimental. Lavrar.
- Estero. Armana. Arteria.
- Brisa. Salientamos.
- Pedra de altar. Estímeto.
- Peça de madeira ou pedra, em que descansam os tonéis e barris. Preposição latina que designa movimento.
- Calado. Califa que mandou incendiar a biblioteca de Alexandria.
- Brisa. Elemento que entra em algumas palavras com a significação de ar. Mil e cinquenta em romano.
- Espaço de trinta dias. Impertinente.
- Dêa pios. Tempo do verbo ir. Rêma para trás.
- Campeão. Uma das Espórades. Boatos.

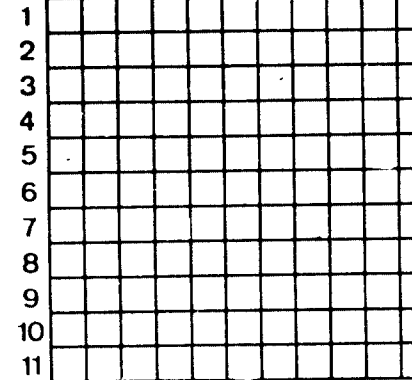
Resolva completamente este problema?

Procu e agora, em segundo passatempo, o PROVÉRBO nele inscrito.

NOVA MODALIDADE PROBLEMA N.º 8 212

HORIZONTAIS:

- Nome de flor. Vila e concelho do distrito de Portalegre.
- Macaco americano. Sensata.
- Agradecida. Gorgulhos tropicais.
- Autores. Tosta.
- Apellido. Moderato. Interjeição que exprime nojo ou desprezo.
- Fendas.
- Detestável. Manda.
- Ilha inglesa no mar da Irlanda. Cabelos brancos. Solitários.
- Aves trepadoras. Gosta muito de.
- Conjunção. Que tem ranço.



VERTICAIS:

- Invólucro. Chiefe etíope. Oferecerá.
- Letra grega. Adicione. Oferecerá.
- Prendido. Retocas.
- Verso. Artigo definido. Batráquio.
- Ouro. (sq). Comprar.
- Preposição e artigo. Pegadeira.
- Invisuais. Nome de letra (pl).
- Suporiam. Antes de Cristo.
- Ligara. Tremor de terra.
- Ponho data em. Censuras.
- Tomas sobre ti.

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 12 152

HORIZONTAIS:

- Avarentas.
- Lama. O Cuba.
- Alisásemos.
- Pag. Ata.
- Asoto. Moras.
- Rife. lo.
- Im. Errado.
- Rampa. Rosar.
- Sumários.
- Rs. Dá. Aa. Ag.
- Casasse.

VERTICAIS:

- Alapa. Irara.
- Valas. MAIS.
- AMIGO.
- Ras. Trepida.
- Amoiararas.
- Nós. Fr. A.
- Semeares.
- ACE. Dosas.
- Sumários.
- Botao. Apa.
- Rasas. PREGA.

Provérbio: O MAIS AMIGO A PREGA

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 8 211

HORIZONTAIS:

- Placa. Arras.
- Tara. Iola.
- SS. Segara.
- Sei. Miras.
- Onda. Lis.
- Atola. Tom.
- Acorda.
- Tramada.
- Ama. Tosaras.
- Corão. Vai.
- Araras. Asso.

VERTICAIS:

- Pessoa. Saca.
- Sente. Mor.
- At. Ido. Tara.
- Cas. Alar. Ar.
- Arem. Atoa.
- Agil. Amo.
- Ariscas.
- Rirás. Orava.
- Roas. Trarás.
- Al. Cod. Ais.
- Sara. Mais.

Cinemas

Cinemas

Lisboa

TURNO 35
Até às 22 horas

ALIANÇA — Av. Alm. Reis, 145-B/C. T. 570487. **ALMEIDA** — R. S. Carvalho, 136. T. 681726. **BRISÁLIA** — Av. Rio de Janeiro, 66-66-A. Tel. 722368. **CANTO** — Est. das Laranjeiras, 202-B. Tel. 780841-788904. **CARDOTE, LDA.** — Av. Visconde Valmor, 28-A. Tel. 772291. **ELMA** — Rua D. Maria Pia, 358-A. Tel. 686176. **HIGIENE** — Rua Cidade Vila Cabral, lote 43. Tel. 310026. **IDEAL** — Av. Almirante Gago Coutinho, 49-A. T. 892803. **INTERNACIONAL, LDA.** — R. A. A. T. 360203-322017. **LABOR** — Rua Diário de Notícias, 81. Tel. 323428. **LIDIA ALMEIDA** — C. da Ajuda, 170. Tel. 637318. **MARLUZ** — Calçada da Picheleira, 140-B/C. Tel. 720703-728395. **MARTINS, LDA.** — Rua Fernão de Magalhães, 33. Tel. 849448. **MICEL** — Rua de S. Bento, 380-382. Tel. 662162. **MONTE (do)** — Rua Senhora do Monte, 30-A/B. Tel. 867042. **MORGADO LOURENÇO** — L. D. Estefânia, 4-5. Tel. 54808. **PAIVAS & PARENTE** — Rua St.º António à Estrela, 96. Tel. 655196. **PATULEIA HDS.** — Alameda das Linhas de Torres, 262-B. Tel. 790332. **PINTO** — Rua de Campolide, 11-A. Tel. 682610. **ROMA** — Av. de Roma, 85-B. Tel. 772466. **SANTA CRUZ** — Av. Gomes Pereira, 34-A. Tel. 704628. **SANTA LUZIA** — Rua da Saudade, 2-B. Tel. 869631. **S. MIGUEL** — P. Francisco de Moraes, 1. Tel. 771469. **VIEIRA ROSA** — Rua Prior do Crato, 74. Tel. 660187.

Permanente

PINTO — R. de Campolide, 11-A. Tel. 682610. **HIGIENE** — Rua Cidade Vila Cabral, lote 43. Tel. 310026. **IDEAL** — Av. Almirante Gago Coutinho, 49-A. Tel. 892803. **LABOR** — R. Diário de Notícias, 81. Tel. 323428. **PATULEIA, HRS.** — Alameda das Linhas de Torres, 262-B. Tel. 790332. **ROMA** — Av. de Roma, 85-B. Tel. 772466. **VIEIRA ROSA** — Rua Prior do Crato, 78. Tel. 660187. **CARDOTE, LDA.** — Av. Visconde Valmor, 28-A. Tel. 772291. **MONTE (do)** — R. Senhora do Monte, 30-B. Tel. 867842.

NOTA — As farmácias que não estão de serviço permanente encerram das 13 às 15 horas para almoço.

Outra Banda

ALMADA — Magalhães — Rua Capitão Leitão, 8-B. Tel. 2750242. **COVA DA PEDRA** — Morgado — R. Cabo da Boa Esperança, 25-A. Tel. 2767356. **LARANJEIRO** — Feijó — Rua Borges Rego, 7. Tel. 2490911. **COSTA DA CAPARICA** — Carlos — Av. do Mar, 34-A. Quinta de St.º António. **SESIMBRA** — Lopes — Rua Cândido dos Reis, 21. Tel. 2233028. **BARREIRO** — Higienista — Rua D. Manuel I, 178. Tel. 2073017. **SEIXAL** — Godinho — L. da Igreja, 51. Tel. 2218580. **MONTIJO** — Diogo — Rua Almirante Reis, 50. Tel. 2310032. **MOITA** — Silva Rocha — P. da República, 16. Telef. 239029. **ALHOS VEDROS** — Portugal — Av. da Bela Rosa, 8. Tel. 204250. **ALCOCHETE** — Nunes — L. Coronel Ramos da Costa, 10. Tel. 234137.

Linha de Cascais

ALCABIDECHÉ — Carvalho — Até às 21 horas. **PORTO SALVO** — Ferreira Bastos — Até às 21 horas. **CARRELOS** — Central — Até às 22 horas. **VILAR** — Até às 24 e das 0 às 9 horas. **S. DOMINGOS DE RANA** — Godinho da Silveira — Av. Saboia, 29-B. Tel. 260085. Até às 22 horas. **PACO DE ARCOS** — Trindade Brás — Rua Costa Pinto, 184. Tel. 2432034. Até às 22 horas. **OEIRAS** — Godinho — Rua Cândido dos Reis, 98. Tel. 2430090. Até às 24 e das 0 às 9 horas. **NOVA OEIRAS** — Leal — Até às 21 horas. **PAREDE** — Macau — Rua J. Elias Garcia, 60-C. Tel. 2471785. Até às 24 e das 0 às 9 horas. **PARADE** — Junqueira-Mendes — Até às 21 horas. **MURTAL** — Primavera — R. das Parreiras, 2. Tel. 2472277. Até às 24 e das 0 às 9 horas. **AMOREIRA** — Amoreira — Tel. 262313-26734. Até às 22 horas. **MONTE ESTORIL** — Lopes — Rua Hangar, 3. Tel. 260008. Até às 21 horas. **CASCAIS** — Cordeiro — Av. Comb. G. Guerra, 40. Tel. 280170. Até às 21 horas. **A. Costa** — Rua Freitas Reis, 24-C. Tel. 280214. Até às 24 e das 0 às 9 horas.

Linha de Sintra

AMADORA — Amadora — P. 28 de Maio, 3-A. Tel. 935518. **Permanente** — Clabell — Rua António Sardinha, 23-D. Telefone 938551. Até às 22 horas. **DAMAIA** — D. João V — Avenida Gurgel do Amaral, 2-A. Telefone 970461. **QUELUZ** — Correia — L. do Mercado, 3. Tel. 950906. **CAMARATE** — Nova — Rua Cidade Lisboa, 94. Tel. 2519726. **CACÉM** — Rodrigues Garcia — Av. dos Bons Amigos, Lote 5-D. **ALGUEIRÃO** — Rodrigues Rato — Tel. 2912038. **Permanente** — AGUALVA-CACÉM — Mira Sintra — P. N. Torre, 310. Até às 20.30 horas. **MERCES** — Claro Russo — Até às 21 horas. **RIO DE MOURA** — Riomouro — Av. Oscar Monteiro Torres, 8. Tel. 2960194. Até às 23 horas. **SINTRA** — Misericórdia — Vila Tel. 293039. **Permanente** — COLARES — Abreja — Tel. 299088.

Porto

(De dia e só até às 22 horas)

CAMPOS — Rua Padre Luis Cabral, 943. Foz. Tel. 680113. **ALVES MOREIRA** — Avenida Rodrigues de Freitas, 167. Tel. 51889. **CLERIGOS** — Rua dos Clerigos, 36. Tel. 315394. **CRUZ** — Rua de Costa Cabral, 1082. Tel. 480041. **MONTE DOS BURGOS** — Rua do Monte dos Burgos, 802. Tel. 62274. **ALIANÇA** — Rua da Conceição, 2. Tel. 24203. **GUARANI** — Rua Pedro Hispano, 367. Tel. 62250. **MENEZES DE LIMA** — Praça Dr. Pedro Teotónio Pereira, 227. Tel. 51764.

(De dia e toda a noite)

LIDADOR — Rua do Lidador, 171. Tel. 683739. **ESTÁCIO** — Rua S. da Bandeira, 120. Tel. 22664. **BOTELHO** — Rua da Alegria, 863. Tel. 480069. **MAIA** — Rua do Campo Alegre, 192. Tel. 64450.

Coimbra

(Das 9 horas às 9 do dia seguinte)

SILCAR — R. Ferreira Borges, 88-94. Tel. 22923. **S. SEBASTIÃO** — R. António Jardim, Tel. 72802.

CINE

803055

Centro Comercial de Azeitão
SALA A — As 15.15, 18.15 e 21.30
UM VIOLINO NO TELHADO
Com Topol — Não acons. men. 13 anos
As 24 horas — M. 18 anos
ABC DO AMOR
SALA B — As 15.17, 19.21.30 e 23.45 h
Não acons. men. 18 anos
BETSY

ALVALADE

897480

Av. de Roma
As 15.15, 18.15 e 21.30 h
Não acons. men. 13 anos
IRMÃS GEMEAS
Com Mala Sinha e Sanjeev Kumar
2ª semana

APOLO

763319

Av. Julio Dinis, 10-A
As 13.30, 15.30, 17.30, 19.30 e 21.30
2ª semana — Não acons. men. 13 anos
A CONFEDERAÇÃO
Um filme de Luis Galvão Teles
Eastmancolor
As 23.30h — (18 anos)
— Reposição —
HISTORIA DE UM PECADO

AVIS

547163

Av. Duque D'Avila, 4b
15.30, 18.30 e 21.30
Grupo B — M. 10 anos
Um autêntico tratado de pancadaria
brava!
7 CONTRA TODOS
Com Roger Browne e Liz Haviland

BERNA

776098

Av. Marques de Tomar
As 14, 16.30, 19 e 21.30h
Não acons. men. 13 anos
Som! Espectáculo! Sensação!
GENESIS/WHITE ROCK
Um filme de Tony Maylam
Technicolor-Panavision

CALEIDOSCOPIO

795091

Campo Grande
As 14, 16.30, 19 e 21.30h
Para todos
Walt Disney Productions apresenta
DONALD E OS SEUS AMIGOS
2ª semana

CASTIL

580194

Rua Castilho
As 15.30, 18.30 e 21.30 horas
Não acons. men. 18 anos
Patti D'Arbanville/Mathieu Carrière
em
BILITIS
UM AMOR DE ADOLESCENTE

CINEBOLSO

573407

Rua Actor Taborda, 27-B
As 12.30, 14.30, 16.45, 19 e 21.30 h
Int. men. 18 anos
UM AMOR COMO O NOSSO
Pornográfico
As 24h — Int. n.º 13 anos
CAGLIOSTRO

CINE CAMÕES

324194

Rua do Loreto, 15
As 14.15, 16.30
BEIJOS ROUBADOS
Não acons. men. 13 anos
As 21.30h — Estreia
A FRONTEIRA DO ESTADELO
Antologia
As 18.45h — Int. men. 18 anos
O ASSASSINATO DE TROTSKY

CITY CINE

Rua Tomas Ribeiro, 34
Estreia às 14.30, 16.45, 19 e 21.30 h
Velhos e novos choram de riso!
Não acons. men. 13 anos
O CAROCHA MAIS LOUCO DO MUNDO
Com Robert Mark
As 23.45h — Int. m. 18 anos
O SILENCIO

CONDES

322523

Av. da Liberdade, 2
As 14, 16.30, 19, 21.30 h
2ª semana
Grupo B — M. 10 anos
OS GLORIOSOS MALUCOS DAS MÁQUINAS VOADORAS
Realização Ken Annakin

DOIS MIL

2100055

Av. Bombeiros Voluntários
Lote 113 — Alges
As 21.30 h — Int. men. 13 anos
EL MACHO
C. Carlos Monzon

D. JOÃO V

971794

Praca Centro Comercial — Damaia
As 21.15 horas
Não acons. men. 13 anos
AS AVENTURAS DO IRMÃO MAIS ESPERTO DE SHERLOCK HOLMES

EDEN

320768

P. dos Restauradores, 21
As 14, 16.30, 19 e 21.30 horas
Para todos
David Hartman, Donald Sinden
Jacques Marin e Mako, em
UMA ILHA NO TECTO DO MUNDO
Um filme de Robert Stevenson
Technicolor

ESTUDIO

555135/5

Al. Afonso Henriques, 35
As 15.30, 18.30 e 21.30 h
Int. men. 18 anos
Palma de ouro — Grande Prémio
Festival Cannes
TAXI DRIVER
Com Robert de Niro, Jodie Foster
e Cybill Shepherd
O filme de Martin Scorsese

ESTUDIO 444

779095

Av. Defensores de Chaves, 83
As 15.30, 18.30 e 21.30 h
Não acons. men. 13 anos
O CAROCHA MAIS LOUCO DO MUNDO
O mais engraçado Rallye de sempre!
Com Robert Mark-Kathrin Oginski
5ª semana

EUROPA

661016

R. Almeida e Sousa, 35
As 15.15 e 21.30 h
Maiores de 10 anos
O DESTINO MARCA A HORA
Com Tony de Matos, Isabel de Castro
e Eugénio Salvador
Epoca 1978/79 — Tardes Infantis
As 18.15h
Sábado dia 30 Set.
OS 12 TRABALHOS D'ASTÉRIX
Domingo, dia 1 Out.
A GRANDE PARÓDIA
Para todos — Preços reduzidos

IMPERIO

555134/5

Al. Afonso Henriques, 35
As 15.15, 18.30 e 21.30 horas
Não acons. men. 13 anos
Ives Montand é
O GRANDE ALDRABÃO
Com Agostina Belli, Claude Brasseur
No filme de Claude Pinoteau

LONDRES

801313

Av. de Roma, 7-A
As 14.15, 16.30, 18.45 e 21.30
O OVO DA SERPENTE
com Liv Ullmann e David Carradine
Int. a men. 13 anos
9ª semana

MONUMENTAL

555131

P. Duque de Saldanha
As 15.15, 18.15 e 21.30 horas
Não acons. men. 13 anos
Quatro «duros» na conquista de
um resgate!
OS PROFISSIONAIS (Versão Integral)
Burt Lancaster, Lee Marvin e Cláudia Cardinale

MUNDIAL

538743

R. Martens Ferrao, 12-A
15.15, 18.30 e 21.30
Não acons. m. 13 anos
ASSALTO EM TELAVIVE
(Diamonds)
Robert Shaw (dos filmes «O Tubarão»
e «Abismo») Richard Roundtree
Barbara Seagull e
Shelley Winters

NIMAS

574362

Av. 5 de Outubro, 42-B
As 14.30, 16.45, 19 e 21.30 horas
História de amor num ambiente
explosivo
SELVA DE ASFALTO
Um filme de Jonathan Kaplan
C. Jan-Michael Vincent e Kay Lenz

NOVOCINE

840678

Av. General Rocaças, 7
As 15.15 e 21.15h — Não acons. m. 13 anos
A comédia francesa Super-Picante!
VIGARISTAS POR VOCAÇÃO
Com Jean-Claude Massoulier e
Jacques Legras

ODEON

326283/4

R. Condes, 12 a 20
As 15.15, 18.15 e 21.15 h
DEUS-COBRA E O MILAGRE DE AMOR
Com Ramakrishna — Chandrakala
(Eastmancolor)
— Int. men. (13 anos)

PATHE

821933

R. Francisco Sanches, 122
As 14.15, 16.30, 18.45 e 21.30 h
Int. men. 13 anos
Amol Palekar, Zarina Wahab
Vijayendra em
AMOR E CIUME
Em 2ª semana

POLITEAMA

326305

R. Portas de St.º Antão
As 14.15, 16.30, 19.00 e 21.30 h
Int. men. 18 anos
AMÉRICA VIOLENTA
Com Stephen Sandor e Michael Lane

QUARTETO

771378

R. Flores do Lima, 16
SALA 1 — As 14.30, 16.45, 19, 21.15 e 23.30 h — Não acons. men. 18 anos
FM-DE-SEMANA ALUCINANTE
SALA 2 — As 14.30, 16.45, 19, 21.15 e 23.30 h — Não acons. men. 13 anos
FRANKENSTEIN JUNIOR
SALA 3 — 15, 17, 19, 21 e 23 h
Int. men. 13 anos
PRIMO E PRIMA
Realiz. Jean Charles Tacchella
SALA 4 — As 15, 17, 19, 21 e 23 h
Não acons. men. 18 anos
Com canas chocantes
HUBBA HUBBA

RESTELO

810375

Av. Torre de Belem
As 21.30 h — Não acons. men. 18 anos
O PASSAGEIRO DA CHUVA
Com Charles Bronson e Martine Jobert

ROMA

887778

Av. de Roma, Lote JRB
As 15.30, 18.30 e 21.30 horas
Não acons. men. 13 anos
DRACULA, PAI & FILHO
Uma vampiresca comédia de
Moinario
Com Christopher Lee

ROXY

548566

Av. Almirante Reis, 20
As 14.15, 16.30, 18.45 e 21.30 h
Não acons. men. 13 anos
Ei-lo de novo! Montgomery Wood
Um demónio a solta.
O REGRESSO DE RINGO

SAO JORGE

579143 - 579344

Av. da Liberdade, 175
As 15.30h — Não acons. men. 13 anos
Filme de qualidade — Oscars
BOUND FOR GLORY
CAMINHO DA GLORIA
Com David Carradine
As 15.30h — Não acons. men. 13 anos
Ultimas!
BETSY

SATELITE

562632

Av. Fontes Pereira de Melo, 61
As 15.15, 18.15 e 21.30 h
Não acons. men. 13 anos
O SETIMO SELO
Com Max Von Sydow — Bibi Anderson
N.B. — Projectão do filme 5 minutos
após o início da sessão

STAR

804710

Av. Guerra Junqueiro, 14-C
As 14.30, 16.45, 19 e 21.30
Não acons. men. 13 anos
Divertimento em cheio para todas as
famílias!
O HOTEL DA PRAIA

TERMINAL (CINE-ESTUDIO)

371573

Estação do Rossio
As 11, 13, 15, 17, 19, 21.30 e 23.30 h
Não acons. men. 18 anos
O seu único pecado foi amar
O seu único amor foi o filho
ANGELA - O AMOR IMPOSSIVEL
Sophia Loren, Steve Railsback, John Vernon e John Huston

TIVOLI

570595

Av. da Liberdade, 188
As 14, 16.30, 19 e 21.30 h
9ª semana
A sensação real de uma hecatombe
TERRAMOTO
em SENSURRON
Com Charlton Heston
Um filme de Mark Robson
Não acons. men. 13 anos

VOX

880808

Av. Fr. Miguel Contreiras, Lote 879
As 15.15, 18.30 e 21.30 horas
Int. men. de 13 anos
Uma estupefaciente comédia
de Franco Rossi
O PRIMO DE LONDRES
Com Vittorio Gassman e Ornella Muti

AUDITÓRIO DA B. J. TECA

NA LOCALIDADE
GUERRA E PAZ
De Sergei Bondarchuk
3ª parte — legendas em francês
Sessão às 21.30 h
Entrada Livre
Iniciativa da Embaixada da
URSS/S.F. Cultura
4ª parte — legendas em francês

DIA 29

TEMOS UMA SURPRESA PARA SI.
VENHA ATÉ CÁ!
VERÁ QUE NÃO SE ARREPENDE

«O CANTINHO DA MATA»
RUA DA GLÓRIA Nº 53 - TEL 323850

BOAS NOTÍCIAS, LINUS!

UMA ENCOMENDA DO SPIKE!

AO ATRAVESSAR O DESERTO, ENCONTROU O TEU COBERTOR!

JUSTAMENTE O QUE EU PRECISAVA... UM COBERTOR CHEIO DE AAI! ESPINHO E DE CARTOS!

DL

RENAISSANCE GRAFICA S.A.R.L.
ADMINISTRAÇÃO: RUA CASTILHO, 185-1
TELEFONES 654531 / 2 / 3
REDAÇÃO, PUBLICIDADE E SERVIÇOS
TECHNICS: RUA LUZ SORIANO 44
TELEFONES 321154/5, 320711/2/3
320228 372781/2
SERVIÇO DE NOITE (DEPOIS DAS 21)
PORTO 321154, PUBLICIDADE 368740
MENSAGENS GRAVADAS 370229
ENDEREÇO TELEGRÁFICO DINOA, TEL. EX 12363
LISBOA - PORTUGAL

Silas Cerqueira e Galvão Teles em reuniões contra o "apartheid"

Silas Cerqueira e José Manuel Galvão Teles representando a Comissão Nacional Portuguesa Contra o Apartheid, o Racismo e o Colonialismo na África Austral e do Comité de Continuação da Conferência de Lisboa, vão participar em diversas reuniões internacionais ligadas à actividade daquelas duas organizações.

Silas Cerqueira irá integrar-se numa delegação que vai avistar-se com os chefes de Estado africanos de vários países da linha da frente e da qual fazem parte Vasso Lyssarides, presidente do Partido Socialista de Chipre, Richard Hughes, deputado trabalhista britânico e Joe Jele, em representação do Congresso Nacional Africano, da África do Sul. A delegação avistar-se-á com o presidente Agostinho Neto, da República Popular de Angola e posteriormente com altos responsáveis das Nações Unidas, seguindo depois para a Europa Ocidental com o mesmo objectivo.

Por sua vez, José Manuel Galvão Teles seguiu para Nova Dehli a fim de participar na Conferência Internacional de Apoio aos Movimentos de Libertação na África Austral, organizada pelo Conselho Mundial da Paz e pela Organização de Solidariedade dos Povos Afro-Asiáticos.

Guiné-Bissau pede professores de Física, Matemática e geografia

Está quase concluído o processo da larga maioria de professores cooperantes portugueses que este ano vão trabalhar na Guiné-Bissau. Devem atingir no total um número próximo dos 130.

Falta apenas recrutar um grupo restrito de 27 professores de Geografia, Física e Matemática podendo candidatar-se os licenciados e bacharéis destas especialidades. As inscrições estão abertas na embaixada guineense, em Lisboa.

REABRIU O INFANTÁRIO DOS PRAZERES

Uma manhã de alegria

O Infantário Popular Fernando da Fonseca encontra-se de novo em funcionamento. Localizado na freguesia dos Prazeres, desde 1974 que vinha albergando as crianças da zona e, mais tarde, num centro de dia para a terceira idade, numerosos habitantes idosos e desamparados. Era, portanto, um centro social que, em certa medida, resolvia muitos dos problemas que crianças e velhos não deixam de pôr à população trabalhadora.

Fez sábado oito dias, porém, que o infantário foi «encerrado» por alguns dos presumíveis herdeiros do dr. Fernando da Fonseca. Mais correctamente por um presumível herdeiro, médico

criança, seu filho), os insultos ao pároco, etc. Individualizava-se também, em um dos responsáveis pelo assalto o médico Carlos da Fonseca Ferreira. Pormenorizava-se no ofício

"Não temos medo"

«Não temos medo» — vinco com arrogância ao repórter do «DL» um dos elementos da Comissão de Gestão do Infantário, que naquele momento apresenta a Comissão de Moradores dos Prazeres, Cecilia soltou a frase ao reconhecer num Austin-Mini de cor verde-azeitona um dos presumíveis herdeiros, Xavier de Brito, que há dias, para amedrontar velhos, crianças, responsáveis autárquicos e quem quer que fosse ameaçou servir-se dos próximos de um ministro que faz parte do III Governo, esteve no II e em vários «Provisórios» (mas lembra-se: «presunção e água benta...»).

Dois agentes da PSP, calcando a Rua Arriaga, vigiavam esta manhã os movimentos na artéria, prontos (por ordem superior do comando da corporação) a cortar cerce qualquer veleidade ilegal dos presumíveis herdeiros ou seus capangas contratados. Ontem, numa manhã de alegria que, com a restitui-

ção do Infantário a novos e velhos, obnubilou uma madrugada de vergonha (17), eram seis. As pessoas idosas pela experiência da vida, e as crianças, na sua sã inocência, estavam-lhes gratos, assim como ao governador civil de Lisboa (dr. José Manuel Duarte), ao major Santiago Maia (da IV Divisão da PSP e interinamente seu 2.º comandante). Enfim: todos os que zelaram pelo cumprimento da ordem e repuseram a legalidade.

Mas a luta vai continuar, e todos os membros da Comissão de Gestão, pessoas sem medo porque respeitam a lei prosseguirão nos seus esforços para chegar a uma conciliação com os presumíveis herdeiros do Infantário, ocupado em Setembro de 1975 por se encontrar desabitado (e desprezado) desde 72. Um edifício de três andares, com capacidade para 80 pessoas idosas e as outras das 60 crianças que a Teresa (educadora de infância) espera para Outubro.

no Hospital de Santa Maria, que, acompanhado por um filho e por jovens truculentos, invadiu de madrugada o edifício, pondo na rua a vigilante e uma criança, destruindo móveis, insultando o pároco que há muito tempo vinha dando o seu apoio ao IPFS.

O médico invasor, como oportunamente foi noticiado, colocou cadeados nas portas, solicitou à PSP um guarda para que vigiasse o palacete e apresentou as suas «razões» às autoridades.

Entretanto, na melhor ordem, a Junta de Freguesia dos Prazeres, auxiliada por um advogado (dr. Nobre Ferreira), entregou um ofício no Comando da Polícia de Segurança Pública. Nesse documento eram descritos os danos, as ameaças, as agressões, o sequestro dos bens do infantário e da Misericórdia, a expulsão da vigilante (e da

que a comissão de gestão que presidia aos destinos do infantário e do centro de dia da terceira idade (que também sofreu com o assalto) era constituída, de forma unitária, por um membro da Junta de Freguesia, por um membro da Assembleia de Freguesia, pelo pároco da freguesia, por dois elementos das comissões de moradores e por dois representantes da associação de pais.

No passar dos dias, um inquérito feito pela PSP, bem como a acção de intermediário assumida pelo Governo Civil, foi mostrando que tudo quanto os invasores tinham contado às autoridades não correspondia à verdade. Assim, entendeu o Comando da PSP mandar retirar o guarda que vigiava o edifício, ao mesmo tempo que aconselhava à JF dos Prazeres que não

O CASO DE S. PEDRO DO SUL

Era republicano e ateu o cadáver intacto há 70 anos

VISEU, 28 — O aparecimento, no cemitério de S. Pedro do Sul, de um corpo intacto, apesar de enterrado há 70 anos, caso que

causou um certo alvoroço naquela região, havendo, até quem dissesse ser de um padre e tratar-se de milagre, foi já objecto de diligências por parte das autoridades locais e esta esclarecido. O corpo, onde as feições eram ainda perfeitamente visíveis, incluindo o farto bigode, era dum conhecido republicano, Alípio Correia de Almeida, por sinal ateu e, por isso mesmo, enterrado atravessado em relação aos restantes corpos depositados no mesmo cemitério. O enterro havia sido civil, conforme recorde ainda hoje uma nora do referido republicano, que tinha então 13 anos. Um seu bisneto também o reconheceu pelas fotografias em posse da família.



Esta manhã no Infantário da Rua de Arriaga

forçasse a entrada do infantário. Assim se fez. As crianças foram recolhidas na colectividade Ordem e Progresso e as pessoas idosas na Misericórdia numa sala cedida na Rua Ribeiro Sanches.

Hoje, portanto, uma manhã de alegria: infantário reaberto, centro de dia da terceira idade também em funcionamento — crianças e velhos, enfim, irmanados na mesma confraternização... E

agora? Agora tudo se irá resolver pelas vias competentes: contacto com os herdeiros do dr. Fernando da Fonseca para uma conciliação amistosa, e que ponha na «rua», de uma vez para sempre, todas as tentativas de assaltos, todos os insultos, toda a incompreensão... A JF dos Prazeres vai cuidar como deve do infantário e todos esses problemas serão banidos pelo diálogo.

"Administração da SATA faz jogo do Governo dos Açores"

— acusa o Sindicato dos Pilotos da Aviação Civil

O Sindicato dos Pilotos da Aviação Civil (SPAC) acusou, em comunicado divulgado ontem, a administração da SATA de apoiar, «objectivamente», o Governo Regional dos Açores no diferendo que este mantém com o Governo central no que se refere ao estatuto jurídico da transportadora aérea do arquipélago. Notícia divulgada pela ANOP a partir de Ponta Delgada, a administração da SATA considerou, ontem, como inaceitáveis as pretensões apresentadas pelos representantes do SPAC, no sentido de que fossem reclassifi-

cados os pilotos e criados prémios de produtividade.

A proposta sindical visava ultrapassar os limites legais à revisão salarial na companhia aérea, antes de Fevereiro do próximo ano, uma vez que de acordo com o Decreto-Lei n.º 121/78, verificaram-se aumentos na SATA, de cerca de 20 por cento.

Entretanto, enquanto estão previstas novas negociações para hoje, em Ponta Delgada, prossegue a paralisação total das carreiras aéreas não só interilhas como das que seriam feitas por pilotos da TAP que já se solidarizaram com os da SATA.

O SEGREDO DO PELICANO

Membro do directório do Partido Popular Monárquico, o dr. João Camossa acaba de revelar para espanto das gentes do reino e à atenção da República: «Ramalho Eanes nunca escondeu uma razãoável simpatia pelo PC, sendo apenas as outras pessoas que têm negado essas simpatias».

Mais um segredo do pelicano que o PPM não quis guardar.

DE ENGENHEIRO PARA ENGENHEIRO

O engenheiro Viriato Beirão entendeu confiar a um «diário da manhã» o original de: «O discurso que Nobre da Costa não fez».

No texto, o ex-primeiro-ministro, dirige-se aos «5 ou 6 milhões de portugueses com capacidade eleitoral», passando por cima da Assembleia da República e dos «partidos» e convida-os a votar.

Claro que o eng. Nobre da Costa não tem qualquer culpa. Não é responsável pelo texto, nem pela sua divulgação, nem pela explosão do admirador que, por acidente, é seu colega.

BENEMERÊNCIA

O industrial nortenho Manuel Violas, que em 10 de Junho último recebeu a comenda da Benemerência, foi indiciado como suspeito de informador da PIDE-DGS, tendo-lhe sido aplicadas medidas restritivas de liberdade. Devido à gravidade das acusações, está impossibilitado de sair do País sem autorização superior.

Mineiros de Valongo endurecem luta

A luta dos mineiros da empresa de Lousas de Valongo, desencadeada há quatro semanas e que tem envolvido paralisações às quartas-feiras teve ontem uma adesão de 100% no sector de produção.

No plenário que ontem se efectuou ficou resolvido que a paralisação seria de dois dias, a partir da próxima dia 11 de Outubro, no caso da entidade patronal não aceitar as reivindicações dos trabalhadores, na parte que diz respeito a um acordo interno de um prémio de produção no valor de mil escudos.

(Hoje 36 páginas)

CASA DA SORTE

Informação dos números mais premiados na extracção de hoje da LOTARIA NACIONAL

- 1.º PRÉMIO 4491 9 000 contos
- 2.º PRÉMIO 21856 1 800 contos
- 3.º PRÉMIO 25120 900 contos

Os 2 primeiros prémios foram sorteados aos balcões da CASA DA SORTE

Consulte a lista oficial e habilite-se para a próxima extracção aos balcões da CASA DA SORTE em LISBOA, PORTO, COIMBRA, BRAGA, SETÚBAL

sempre



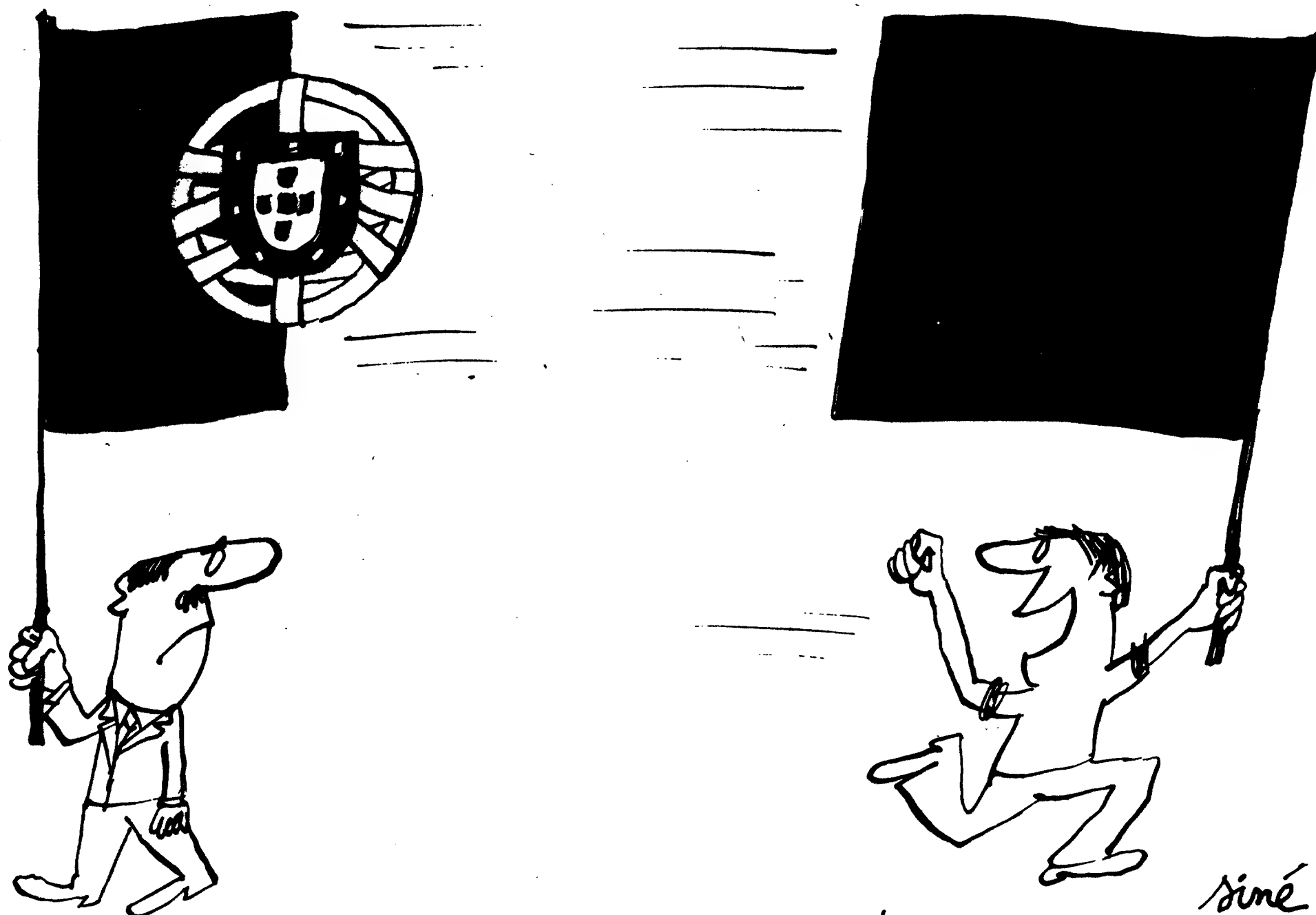
fixe

NÚMERO ESPECIAL

Suplemento ao N.º 19 770 do «DL»

28 de Setembro de 1978

Director: A. Ruella Ramos



O 25 DE ABRIL VISTO POR SINÉ

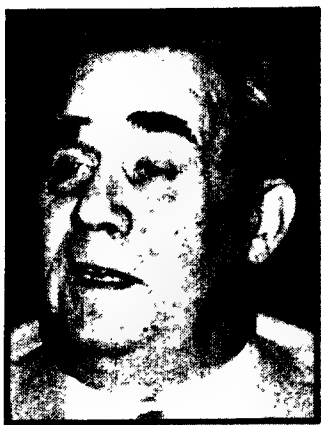
Publicado no «Sempre Fixe» de 11 de Maio de 1974

PRIMEIROS MINISTROS ANALISAM PORTUGAL DE ABRIL



Aproveitando a oportunidade da publicação de um número do «Sempre Fixe» para garantia do título, a Renascença Gráfica decidiu preparar cuidadosamente esse número e oferecê-lo como suplemento do «Diário de Lisboa».

Este número especial de «Sempre Fixe» tem a ambição de analisar Portugal depois da Revolução de Abril, através das perspectivas próprias dos quatro Primeiros-Ministros que se seguiram ao «movimento dos capitães». Adelino da Palma Carlos, Vasco Gonçalves, Pinheiro de Azevedo e Mário Soares, na sua qualidade de Primeiros-Ministros após Abril, falam-nos da importância do derrube do fascismo, da democracia portuguesa, da evolução da sociedade portuguesa e do futuro do nosso país.



PALMA CARLOS

«o meu governo só servia para apagar incêndios!»

«Penso publicar um livro sobre o meu governo. Agora que passaram estes anos todos, estou mais calmo e quero escrever sobre o I Governo Provisório. O general Spínola também vai publicar mais um livro, e o que ele vai revelar nesse livro vai ajudar a compreender o que se passou. O meu governo teve momentos bons, outros muito desagradáveis. Mas isso fica para o livro que tenciono escrever».

Quem assim fala é o prof. Adelino da Palma Carlos, no seu escritório de advogado num andar alto do centro da cidade, quatro anos depois da sua passagem meteórica por S. Bento. Ele foi o «primeiro Primeiro-Ministro», o primeiro governante de Abril, figura controversa, atacado pela esquerda e pela direita, acusado de conluíus com o grande capital, descrito por alguma imprensa como um homem «sedento de poder». Por outro lado, provadamente oposicionista ao regime de Salazar durante toda a sua vida: mandatário da campanha de Norton de Matos, casado com a dra. Elina Guimarães, jurista atenta aos «direitos das mulheres», filho de professores primários republicanos, desde sempre manifestou repulsa pelos regimes totalitários.

Adelino da Palma Carlos é um homem de 73 anos que saiu do primeiro governo depois do fascismo «muito decepcionado» e se autodefine como uma pessoa «nada optimista». Na sua opinião, este País «vai muito mal; desde o primeiro governo de Vasco Gonçalves nós começámos a caminhar para o abismo».

Sobre os vários governos que se lhe seguiram e os vários primeiros-ministros, dá as suas impressões.

— «Sobre Vasco Gonçalves, tenho a pior das opiniões. Pinheiro de Azevedo, simpático, cheio de boa vontade, não teve ambiente para governar. Mário Soares, por sua vez, é uma pessoa por quem tenho muita amizade. Foi meu aluno na Faculdade, e seu pai, João Soares, foi professor da minha mulher e dos meus filhos e foi por mim defendido no Tribunal Militar. A opinião que eu tenho e que exprimo agora é que Mário Soares foi um excelente ministro dos Negócios Estrangeiros. Sei que ele vai ficar zangado com esta reserva, mas é a minha opinião...»

«NOBRE DA COSTA SERIA A SOLUÇÃO»

Quanto à actual crise governamental, Palma Carlos considera-a de «solução muito difícil»

— «Os partidos não coope-

ram com o governo. Nobre da Costa é uma pessoa cheia de qualidades, boa vontade, extremamente séria e honesta, com espírito de servir. À falta de bom é preferível escolhermos o sofrível. E este governo para mim não seria apenas sofrível; talvez fosse bom.

O antigo Primeiro-Ministro expressa a sua ideia de que a solução para a crise pode ser suprapartidária, porque «os nossos problemas mais dramáticos são económicos e são estas pessoas, os tecnocratas, que os podem resolver».

Admite, assim, como satisfatória a hipótese da solução para a crise se situar fora dos partidos.

— Porquê? Acha que o povo está cansado dos partidos?

crata), que teria como cofundadores o dr. Almeida Ribeiro, bastonário da Ordem dos Advogados; o dr. Adão e Silva; Norberto Lopes, ex-director do nosso jornal e de «A Capital»; o editor Paradel de Abreu e outras personalidades.

O PSD, anunciado em Julho de 1974, deveria ter-se demarcado do PPD, segundo os seus fundadores, situando-se na linha da «social-democracia da Europa Ocidental». O partido de Palma Carlos não teve grande «futuro», dada a situação política que então se vivia em Portugal. Pouco depois, Palma Carlos anunciava que se retirava da vida política.

TRÊS SEMANAS DEPOIS «JÁ ERA TARDE!»

O que levou este advogado da oposição ao regime salazarista, este professor jubilado da Faculdade de Direito,

— «Entre a revolução e a constituição do primeiro governo decorreram três semanas e toda a situação social se deteriorou. Já se tinha estabelecido um clima total de disciplina e eu achava muito difícil tomar as rédeas do poder numa altura como essa que se estava a viver».

Mesmo assim, Palma Carlos aceitou o convite de Spínola para formar governo, depois de ter hesitado muito também por questões de idade e de saúde, e «ao cabo de muita insistência do sr. general. Mas o sr. general pôs-me o problema em termos de absoluta necessidade de se prestar um serviço ao País e acabei por aceitar».

— «Fui assim investido no cargo de primeiro-ministro, três semanas depois da revolução. Depois daquele clima perturbado de agitação e indisciplina social, que se havia instalado no País — não havia governo, não havia nada — a situação era particularmente difícil».

feito tudo o que teria feito, se não fosse o tal clima de agitação social.

«O I Governo Provisório era um governo que passava o seu tempo «a apagar incêndios». Surgiam por todos os lados os incidentes, as complicações, as dificuldades...

«Para mais, o primeiro-ministro, nos termos da primeira lei constitucional, tinha uma função extremamente limitada. A lei constitucional dizia que o primeiro-ministro era apenas coordenador das actividades do gabinete. De modo que, em vez de se pedir a cada um dos ministros que apresentasse as suas propostas e os seus projectos de lei, nós tínhamos de perder dias e dias seguidos a fazer reuniões de conselho de ministros. A nossa actividade foi quase exclusivamente consagrada às reuniões de conselho de ministros! Por consequência, não podiam enfrentar-se todos os problemas que era mister resolver».

É num tom calmo, pautado pela distância no tempo, que este conhecido advogado recorda a sua passagem — dois meses — por S. Bento. Um tempo de governação que começou com alguma euforia — era o primeiro governo em liberdade — e acabou com o Primeiro-Ministro a mandar os jornalistas à bruxa (Pinheiro de Azevedo iria muito mais longe).

Falando desse I Governo, Palma Carlos afirma:

— «Em todo o caso, fizemos muito. A primeira fixação do salário mínimo nacional foi feita no meu governo. Nessa altura, para evitar a inflação, e por ideia que partiu do ministro Vasco Vieira de Almeida, da pasta da Coordenação Económica, fomos para a limitação de vencimentos, exactamente para evitar a inflação.

«Estabelecemos os primeiros contactos com todos os países do «lado de lá»: foi o meu governo que estabeleceu relações diplomáticas com a Rússia, a Roménia, a Jugoslávia, a Polónia e outros. Enfim, fizemos aquilo que nos deixaram fazer».

«NEM PODIA REQUISITAR UM POLÍCIA!»

— No dia em que o senhor saiu do governo parecia particularmente zangado...

— «Eu nem sequer estava zangado... Eu esta decepcionado! Porque eu queria trabalhar. Essa é que é a verdade!

Fui sempre um homem de trabalho. Fui sempre um homem de acção. E podia ter feito mais do que aquilo que me deixaram fazer».

— Sentia-se de mãos atadas?

— «Sentia-me sem poder nenhum! Lembro-me de que nessa altura um semanário publicou a respeito da minha saída: 'O Primeiro-Ministro queria mais poderes'. Ora eu não tinha poderes absolutamente nenhuns... Eu nem sequer podia requisitar um polícia, fosse para que fosse. Se eu quisesse manter a ordem nalgum ponto tinha de pedir ao sr. general Costa Gomes, chefe do Estado-Maior do Exército. Prenderam-me três ministros em S. Bento! Não havia forças que pudessem manter a ordem... Eu estava perfeitamente decepcionado!».

— Foi então que pôs as suas condições...?

— «Quando eu apresentei os meus papéis ao sr. presidente da República, o que é que eu queria? Em primeiro lugar, que se legalizasse a situação do presidente da República. Que ele tivesse legitimidade para tomar as deliberações que eram inevitáveis relativamente ao problema da descolonização. E ele, designado apenas pela Junta de Salvação Nacional não tinha, quanto a mim, legitimidade para o fazer.

«Por consequência — prossegue — eu queria que se fizesse imediatamente a eleição do presidente da República e que se promulgasse uma Constituição provisória, que o habilitasse legalmente a exercer os poderes que por essa Constituição lhe seriam concedidos.

«E, depois, eu pedia subsidiariamente o seguinte: que fosse o Primeiro-Ministro a ter a faculdade mínima de escolher os seus ministros. Porque o meu gabinete não foi escolhido por mim».

— Quem é que os escolheu?

— «O sr. Presidente da República! Nos termos da lei constitucional de 74, os ministros eram designados pelo presidente. E também era designado o Primeiro-Ministro. Simplesmente, este não escolhia o seu gabinete.

«Aliás, devo dizer que nem houve muitas fases de desentendimento dentro do Governo. Surgiram posições díspares, em regra extremavam-se atitudes; havia contudo uma pessoa que tinha sempre uma atitude inteligente, conciliatória,



— «Acho que os partidos estão cansados deles próprios!» — responde prontamente. — «Não há forma de se entenderem...»

No entanto, como bem nos lembramos, logo após a sua saída do governo o prof. Palma Carlos tentou formar o seu próprio partido político: o PSD (Partido Social Demo-

a tal azedume sobre o 25 de Abril?

Ele refere-se à indisciplina, à anarquia, à situação que se instaurou em Portugal logo no próprio dia da vitória do movimento das Forças Armadas. E diz que, quando Spínola o convidou a formar governo, três semanas depois do 25 de Abril, «já era tarde».

UM GOVERNO «PARA APAGAR INCÊNDIOS»

— Mesmo assim considera que o seu governo terá contribuído para consolidar a democracia?

— «Ah, estou absolutamente certo disso! Embora o meu governo não pudesse ter

**PRIMEIROS
MINISTROS
ANALISAM
PORTUGAL
DE ABRIL**
Palma Carlos

que era o Alvaro Cunhal. Quando nós estávamos perfeitamente num impasse, o Alvaro Cunhal surgia com a solução possível, e essa solução era aceite, de maneira que no funcionamento do gabinete não houve grandes problemas. Outro dia, um ministro que tem estado em vários gabinetes dizia assim: o primeiro gabinete em que eu estive e que trabalhou bem e com espírito de homogeneidade, foi o seu. E foi! Simplesmente, eu tinha dentro do gabinete elementos que eu sentia que não podiam, que não deviam, continuar a pertencer ao Governo.

«Então queria esta coisa mínima. Se eu tenho que trabalhar com uma equipa, pois que seja eu a escolher a minha equipa».

— Mas concederam-lhe esse direito...

— «Sim, sim, o Conselho de Estado aceitou o alargamento dos poderes do Primeiro-Ministro. Sim senhor, os ministros são agora escolhidos pelo Primeiro-Ministro. Quanto à eleição antecipada do presidente da República e quanto à aprovação da Constituição provisória — rejeitado!»

«É claro, como estas condições — a eleição do presidente e a aprovação da Constituição — eram essenciais para que eu me sentisse em condições de poder trabalhar, quando o sr. general Spínola me encarregou de formar o segundo Governo eu disse: Senhor general, é evidente que se não me dão aquilo que eu peço, na totali-



dade, não vou contentar-me com um rebaçado!

«E a despeito de todas as insistências do general, vim-me embora. Por isso, à saída, quando os jornalistas me perguntaram quem seria o futuro Primeiro-Ministro disse-lhes para irem à bruxa. Não sei se foram à bruxa, mas o futuro foi muito mau...»

— Falou-se, na altura, que o senhor seria substituído por Firmino Miguel...

— «Sim, sim. Quando eu insisti com o general Spínola para sair do primeiro Governo e me recusei a formar o segundo, ele disse-me: «Sabe quem vou escolher? O Firmino Miguel». Eu achei ótimo. E o Firmino Miguel falou-me, a dizer que tinha sido escolhido, tendo certos problemas na escolha de ministros. Ele chegou a ter o seu Governo. Até eu lhe indiquei uma pessoa para ocupar a

pasta dos Assuntos Sociais...

E Palma Carlos continua a desfilas as suas recordações.

— «Então aparece o Vasco Gonçalves. Como apareceu, isso contará o general Spínola, no livro que vai publicar...»

— À data da sua saída do Governo, calculava qual seria a evolução da nossa situação política?

— «Ah, não tinha a menor dúvida. E essa foi uma das

razões fundamentais que me levaram a sair do Governo. A revelação tinha sido feita para estabelecer o regime democrático em Portugal. A certa altura, as forças de extrema-esquerda quiseram estabelecer um regime totalitário. Tão odioso como o regime totalitário de direita que nós estivéramos a viver. Daí que tenham surgido todos os problemas que nos têm estado a afligir e continuam a afligir-nos».

— Quanto à consolidação da democracia...

— «A nossa democracia não só não está consolidada, como está seiadamente ameaçada, se os partidos continuarem a não se entender.»

**O ADEUS
À POLÍTICA**

Com a saída de S. Bento, o Prof. Palma Carlos tentou, segundo nos disse, retomar a sua vida habitual. Deu-se então conta de como em três meses de revolução a vida tinha mudado.

— «Eu era professor universitário e tinha certas funções em determinadas empresas. Professor universitário já não sou, porque fui atingido pelo limite de idade. Sou professor jubilado!»

Quanto às empresas onde eu exercia actividades privadas, foram nacionalizadas. De maneira que, aos 73 anos, a minha actividade única é outra vez a advocacia...

De facto, a advocacia preencheu quase toda a carreira profissional de Adelino da Palma Carlos. Eee traça-nos um breve perfil da sua vida.

— «Formei-me em 26, na altura do 28 de Maio. Entrei na vida a ser advogado. Depois, no ano seguinte, deu-se a revolução do 7 de Fevereiro, aqui em Lisboa. Já ninguém se lembra disto! Por circunstâncias várias, fui escolhido por inúmeros revolucionários do 7 de Fevereiro para os defender nos tribunais militares. Foi o início da minha vida profissional».

«Eu tinha sempre dedicado grande atenção ao direito criminal e, como se abriu uma vaga de assistente de criminologia, concorri e fui aprovado com 19 valores. Mas continuei a ser um dos ferozes opositores do regime, com toda a sanha da minha juventude! Em 25 saiu uma lei de defesa do Estado e fui demitido das funções públicas. Já doutorado em Direito, concorri à Faculdade. Fui proibido de prestar provas. Estive 16 anos inibido de ser professor da Faculdade. Só no início dos anos 50, depois de ter sido eleito bastonário da Ordem dos Advogados, entrei para a Faculdade. Quiseram contratar-me para professor catedrático a convite. Mas eu disse que queria fazer concurso. Disse-lhes: quero entrar na Faculdade pela porta e não pela janela. E, sendo bastonário da Ordem, fui fazer concurso para professor».

Um pormenor da sua longa vida: nunca conheceu Salazar. «Vi-o passar duas vezes, no seu carro, mas nunca o conheci, nunca lhe falei. E, como sabem, nunca fui morar para a casa de S. Bento... Mas já falei demais; o resto fica para o meu livro». ■



VASCO GONÇALVES

«democracia e socialismo são inseparáveis»

Vasco dos Santos Gonçalves, 57 anos, engenheiro, general na reserva. Este homem é acusado de ter dividido os portugueses. O que se pode afirmar é que ele, e a política designada por «gonçalvismo», são de facto responsáveis por uma maior tomada de consciência de classe por parte dos trabalhadores deste país. Como membro preponderante do Movimento das Forças Armadas que derrubou o Fascismo em 25 de Abril, ou como chefe de quatro governos provisórios (do II ao V), Vasco Gonçalves tem o seu nome ligado à História da nossa Pátria. Ele teve o mérito, ou a culpa, conforme a perspectiva de cada um, de ser o principal responsável pelas medidas governamentais que retiraram a monopolistas e latifundiários o Poder económico que gera Poder político. A nacionalização da Banca foi «apenas» um exemplo.

**A REVOLUÇÃO
POR QUEM A FEZ**

Quatro anos depois, Vasco é convidado a dizer o que pensa do 25 de Abril.

«Eu penso que é uma das revoluções mais importantes, se não a mais importante que ocorreu em toda a História do povo português. É pelo menos a Revolução em que foram operadas mais profundas transformações sociais no interesse das massas popu-

lares. De facto desse ponto de vista, considerando o 25 de Abril como um processo revolucionário, democrático, que está vivo, que continua a decorrer, eu penso que é a Revolução mais profunda que houve em Portugal ao longo de toda a sua História, no sentido da resolução e da satisfação das aspirações populares e democráticas.»

No plano externo, o 25 de Abril permitiu «uma descolonização honesta, sincera, uma descolonização que cor-

respondeu à libertação dos povos que ascenderam à independência — e não uma descolonização com influências, pressões ou dependências camufladas em relação ao antigo país colonizador».

Para Vasco Gonçalves, a descolonização processou-se sem o estigma do neocolonialismo, o que, segundo ele, era um ponto de honra do Movimento das Forças Armadas.

«Um dos objectivos fun-

damentais do nosso Movimento era fazer uma descolonização limpa, através da qual os povos, até aí colonizados por Portugal, ascendessem à independência em condições de poderem assumir livremente e efectivamente o exercício pleno da soberania dos respectivos Estados.»

Para além da libertação dos povos oprimidos pelo colonialismo português e seus patrões estrangeiros, o 25 de Abril deixou marcas

**PRIMEIROS
MINISTROS
ANALISAM
PORTUGAL
DE ABRIL**

Vasco Gonçalves

indelévels por todo o continente africano.

«A descolonização, tendo sido efectuada naquelas condições, conduziu ao aparecimento de regimes democráticos em África, regimes de novo tipo, e que correspondem a uma verdadeira tomada dos seus recursos e das suas riquezas nas próprias mãos, por parte dos povos que agora ascenderam à independência. Corresponde portanto a uma nova fase da descolonização em África.»

Adianta Vasco Gonçalves que o processo português de descolonização não pode ser comparado ao que se verificou relativamente aos territórios colonizados por franceses e ingleses. E explica porquê.

«A nossa descolonização não se limitou a uma pseudo-entrega do Poder político, a esses novos países, mas foi de facto uma descolonização que permitiu também a concretização de novas relações sociais e económicas dentro dessas nações, as quais serão, sem dúvida, um exemplo de extraordinária importância para o processo de libertação de toda a África.»

A DEMOCRACIA ESTÁ, E NÃO ESTÁ

O general responde seguidamente a uma pergunta sobre os caminhos da democracia em Portugal. Estará a democracia a ser consolidada?

«Está, e não está. O processo que vivemos e que foi desencadeado com o 25 de Abril, é um processo vivo. Nele se desenvolvem linhas contraditórias, correspondendo a interesses contraditórios da sociedade portuguesa, a correntes político-ideológicas também diferentes e em alguns casos mesmo a oposições irreconciliáveis.»

Irreconciliáveis, porquê?

«Não é possível conciliarmos a oposição entre o capital monopolista e os latifundiários, por um lado, e os interesses das massas populares, das massas trabalhadoras e também, claro, da pequena e da média burguesia, por outro.»

Há no entanto oposições que são de possível conciliação. E estão neste caso, segundo Vasco Gonçalves, os interesses da pequena e média burguesia e os interesses das classes trabalhadoras, durante o período de transição para uma sociedade socialista, tendo em vista a construção de um país mais livre, mais justo e mais fraterno, para utilizar os termos do preâmbulo da Constituição da República Portuguesa.

«Ora, a que assistimos nós? Por um lado a um esforço dos sectores da direita, dos sectores reacçãoários, dos sectores mais conservadores da sociedade portuguesa, no sentido de restaurarem o antigo domínio dos monopólios e dos latifundiários. Por outro lado, a uma luta áspera, tenaz, persistente, firme, continuada, duradoura e cheia de sacrifícios mas também cheia de consciencialização da parte das massas populares, da classe operária, dos trabalhadores em geral e das forças democráticas no seio da pequena e da média burguesia, com vista a consolidar o regime estabelecido pela nossa Constituição.»

Vasco Gonçalves entusiasma-se, o tema interessa-lhe manifestamente. Ele continua a ser o «Companheiro Vasco», o homem transparente que um dia gritou para milhares de trabalhadores sem cuidar do estilo literário: «A política tem de ser feita diante de vocês!».

«Trata-se de um processo de interacção permanente. Se por um lado assistimos a uma certa recuperação do capital, o que é inegável, e assistimos a uma desestabilização do regime democrático estabelecido pela nossa Constituição, por outro lado assistimos também a uma maior consciencialização do Povo, das massas populares, assistimos a uma maior mobilização, organização, unidade do movimento sindical, enfim,

das forças do trabalho, e assistimos a um amadurecimento das condições subjectivas propícias à consolidação dos grandes passos, das transformações que nós fizemos ao longo do processo e sobretudo na sua fase mais criadora.»

«É por isso que eu digo que a democracia está, e não está, sendo consolidada.»

«Há um esforço permanente de destruição das conquistas alcançadas com o 25 de Abril, e há um esforço permanente de defesa dessas conquistas. De um ponto de vista objectivo, as conquistas existem, estão de pé. O amadurecimento da consciência social vai-se operando, vai-se verificando, e isso é uma garantia de maior determinação, de unidade, de mobilização e organização em torno das conquistas de Abril.»

OS GOVERNOS «GONÇALVISTAS»

O «perigo gonçalvista» tem cobertura assegurada na Imprensa, Rádio e Televisão do nosso país. Os governos de Vasco Gonçalves vêm sendo responsabilizados por todas as crises passadas, pela crise actual e, ainda, pelas crises que estão para vir. Que fizeram os governos «gonçalvistas» para consolidar a democracia? O general presta contas.

«Fundamentalmente, foram esses governos que conduziram a uma situação

que depois se veio a reflectir profundamente na Constituição da República de 1976.»

Um pouco de história:

«Logo à partida, o Programa do Movimento das Forças Armadas não se limitava a ser um programa de democratização política da sociedade portuguesa. Era também um programa de democratização económica e social. Ele falava no lançamento de uma nova política económica e social ao serviço das camadas mais desfavorecidas da população, numa melhoria da qualidade de vida dos portugueses — e isso implica também aspectos culturais — e falava, ainda, na necessidade de uma estratégia anti-monopolista. Era portanto um programa de democratização política, económica, social e cultural. Esse Programa foi posto em prática ao longo do processo.»

As nacionalizações, como a Reforma Agrária, são medidas de democratização económica — acentuou.

«Como aprofundar a democracia, do ponto de vista económico e social, sem nacionalizações, sem uma Reforma Agrária? As liberdades, sindicais e políticas, toda essa legislação que instituiu, digamos, a democracia em Portugal, foi basicamente feita no tempo dos governos provisórios a que pertenci. A unicidade sindical, que se reflectiu e se reflecte, felizmente, ainda hoje na unidade sindical, é também uma me-

da de democratização: só exercendo em plena unidade e liberdade os seus direitos sindicais, os trabalhadores podem defender melhor os seus interesses e os interesses da sua Pátria.»

Vasco Gonçalves continua, prestando contas dos governos «gonçalvistas».

«A descolonização foi uma medida profunda de democratização do nosso país, porque retirou às classes dominantes do tempo do fascismo uma base económica muito importante do seu poderio; base que se reflectia depois no poderio político, no regime colonial-fascista e na força dos monopólios. Os portugueses, hoje, em consequência disso, se desejarem viver uma vida mais rica material e espiritualmente têm de contar fundamentalmente com os seus próprios recursos e com o seu próprio trabalho; têm de caminhar para formas democráticas de organização, uma vez que a riqueza é criada pelo trabalho, e só com os trabalhadores empenhados na vida económica da sua Pátria, na exploração o melhor possível dos recursos naturais, nós poderemos criar uma nova sociedade.»

Refira-se que leis como a das nacionalizações, Reforma Agrária, direitos políticos e sindicais, Arrendamento Rural, lei dos Baldios, lei dos Foros e outras que viriam a ser promulgadas após a saída de Vasco Gonçalves, foram, de facto, elaboradas ao tempo dos IV e V governos provisórios.

«Todas elas são leis de democratização da sociedade portuguesa. São leis que correspondem às ideias fundamentais do Programa do Movimento das Forças Armadas e, claro está, do movimento unitário antifascista anterior ao 25 de Abril e que foram depois institucionalizadas através da Constituição da República, aprovada em 1976.»

A LUTA DE CLASSES

O 25 de Abril não será recordado como «o dia em que as lojas fecharam mais cedo». Naquele dia fecharam-se também as portas à opressão e ao medo, foram lançados os dados para uma nova evolução da sociedade. Que evolução?

«A partir de 1974, operaram-se transformações profundas, como todos sabem. Nós vivíamos num regime fascista, e o fascismo era a expressão política do domínio dos monopolistas e dos latifundiários. Enquanto que o capitalismo monopolista de Estado numa França, numa Inglaterra, numa Alemanha, têm por expressão política, hoje, a social-

-democracia, o capitalismo monopolista de Estado tinha, em Portugal, por expressão política, o regime fascista.» Consequência, em grande parte, do atraso das forças produtivas — segundo Vasco Gonçalves.

«No 25 de Abril éramos o País mais atrasado da Europa. Havia um nível muito desenvolvido da concentração do capital, relativamente ao desenvolvimento das forças produtivas. Uma tal concentração não corresponderia, digamos, a uma evolução natural do capitalismo que conduz, inexoravelmente, à concentração e à centralização.»

Isto foi possível, a concentração acelerada do capital para além do que seria natural, porque «a classe dominante dispunha decisivamente do Poder de Estado e do aparelho de Estado».

Até que chegamos à madrugada libertadora do povo português, quebram-se as estruturas do sistema.

«O Poder político do grande capital foi quebrado, fugiu-lhe das mãos, foram assestados golpes destruidores aos grandes grupos monopolistas; seguiram-se grandes transformações nas relações entre as classes e as camadas sociais no nosso país. Hoje assistimos, e na sequência do 25 de Abril, a uma luta de classes muito aguda. Esta luta de classes é uma espécie de livro aberto que as pessoas lêem e no qual aprendem num dia, ou numa semana, ou num ano, aquilo que não aprenderam durante dezenas de dias, de meses e até de anos, no tempo do fascismo.»

Entretanto, Vasco Gonçalves considera possível a convergência, ou conciliação, de interesses de classes opostas entre si, num «período de transição» aberto, justamente, pelo processo revolucionário: aquelas classes poderão caminhar lado a lado, sem conflitos ou com os seus problemas resolvidos de acordo com o que está estipulado na Constituição. E avança um exemplo:

«É o caso de se admitir, ao lado de estruturas de produção de tipo socialista, como o sector público ou o sector cooperativo, a existência de estruturas da iniciativa privada. Esta poderá co-existir com a iniciativa do Estado, tal como é definido na Constituição da República, desde que subordinada aos interesses superiores da economia nacional e da satisfação das necessidades da nossa população, e ainda limitada no grau de exploração dos trabalhadores. Limite este que deverá ir conduzindo, progressivamente, à tal supressão dessa exploração.»



**PRIMEIROS
MINISTROS
ANALISAM
PORTUGAL
DE ABRIL**
Vasco Gonçalves

Muito importante, segundo o general Vasco Gonçalves, é o facto de terem surgido perspectivas de transição pacífica para o socialismo (aliás consagradas na Constituição) e é na sua defesa que nos devemos empenhar.

«É esse o sentido profundo da evolução da nossa sociedade. E deve-se dizer que, ao fim e ao cabo, a construção do socialismo é a consumação da democracia. A democracia é hoje inseparável de um processo de transição para o socialismo. A democracia só se realiza cabalmente na construção do socialismo, pois o objectivo final da democracia deverá ser o fim da exploração e da opressão do homem. Por consequência, democracia e socialismo são inseparáveis — é esse o sentido profundo que eu vejo na evolução operada após o 25 de Abril.»

O FUTURO DEPENDE DA UNIDADE

Que futuro prevê Vasco Gonçalves para o processo democrático iniciado com o Movimento dos Capitães?

«Não obstante os ataques permanentes que o regime democrático, tal como é consagrado na Constituição, tem sofrido por parte da direita, da reacção e mesmo dos sectores da social-democracia identificados com a direita, penso que o processo democrático desencadeado com o Movimento das Forças Armadas conduzirá necessariamente, forçosamente, inelutavelmente, à consolidação da democracia em Portugal e à libertação do Povo português. É facto que os processos de desenvolvimento não são lineares, não têm uma evolução rectilínea, embora seja constante o seu sentido mais profundo: são processos complicados, sujeitos a numerosos factores e, portanto, como é vulgar hoje dizer-se — e ainda bem que isso vai sendo uma ideia generalizada entre os portugueses — são processos sujeitos a avanços e recuos. Agora, neste momento, em Portugal, que verificamos nós? Verificamos que há uma **tendência geral**, profunda, ao nível das relações de produção, para a consolidação das transformações operadas nas estruturas económico-sociais.

Isso é indelmentável. Ao indelmentável. Ao mesmo tempo há também o amadurecimento da consciência social dos cidadãos, da compreensão da necessidade das transformações, da compreensão das relações sociais, da compreensão dos interesses nacionais, da compreensão dos interesses de classe, dos interesses conciliáveis e dos que não são conciliáveis. Tudo isto faz

que a actuação das forças contra-revolucionárias, que se opõem a este movimento profundo da nossa sociedade, não detenha os êxitos que elas desejariam».

A título exemplificativo:

«O que foi a queda do I e do II governos constitucionais, se não o resultado, precisamente, do amadurecimento de condições objectivas e subjectivas de consolidação do processo? Se não fosse a consciencialização da necessidade de defender as conquistas da Revolução, se as condições materiais da própria saída da crise não estivessem profundamente ligadas à plena utilização dos recursos materiais do nosso país e da força do trabalho, de harmonia com as bases da organização económica expressa na Constituição, a direita teria, sem dúvida nenhuma, restaurado o poder do capitalismo em Portugal.»

Das «linhas gerais», Vasco Gonçalves passa à análise concreta, em termos de futuro.

«O futuro da democracia depende portanto da unidade e da mobilização das forças democráticas e progressistas, e nomeadamente da unidade de acção entre socialistas e todas as outras formações políticas e sociais que estejam interessadas no real progresso do nosso país.

Numa palavra, com todos aqueles que realmente por actos e não apenas por palavras se identificam com os princípios fundamentais consagrados na Constituição da República Portuguesa.

O facto de não ter ainda existido essa unidade de acção conduziu às situações tão difíceis por que tem passado a democracia portuguesa, e em particular à situação de crise em que vivemos.»

Se o apelo à unidade é sintoma de «gonçalvismo», Vasco Gonçalves é com toda a certeza um «gonçalvista».

«Eu penso que devem ser feitos todos os esforços, com paciência, tenacidade, lucidez, chamando sempre ao de cima o que nos une e pondo em último plano o que nos possa dividir; devem ser feitos todos os esforços no sentido de chegar a acordos sobre pontos essenciais, acordos que possibilitem de facto a defesa das conquistas da Revolução de Abril e do regime constitucional que dela saiu.»

«Penso, no entanto, que cada vez há mais condições para que esses esforços possam vir a ser coroados de êxito, precisamente porque vai amadurecendo a consciência social dos portugueses.»

A subordinação do Poder Militar ao Poder Civil é, para Vasco Gonçalves,

uma falsa questão. O que certas forças procuram é combater a aplicação do artigo 273º da Constituição que estabelece como missão histórica das Forças Armadas garantir o caminho pacífico e pluralista para a Democracia e o Socialismo.

«O cumprimento dessa missão tem sido objecto de

subordinação do Poder Militar ao Poder Civil; no tempo do fascismo, o Poder Militar também estava subordinado ao Poder Civil. E que significava isso? Significava que a classe que dominava o País, através do aparelho do Estado, através dos mecanismos da hierarquia, punha as Forças Armadas ao serviço

o seu mandato, e ao despedir-se do povo americano, reconheceu os malefícios, os perigos da existência desse complexo militar-industrial, que não é mais do que uma ligação íntima entre certas hierarquias das Forças Armadas e interesses do grande capital.»

Acrescenta o general



fortes e constantes ataques de sectores conservadores, de direita, e sectores reacçãoários da sociedade portuguesa quer civis quer militares. Por que se invoca amiúde e em nome dos «princípios democráticos» a questão da subordinação do Poder Militar ao Poder Civil? Fazem-no precisamente os sectores antidemocráticos que todos os dias atacam o Conselho da Revolução, sectores que têm contribuído até para o restabelecimento de uma hierarquia militar do mesmo tipo daquela que existia antes do 25 de Abril.»

A VIVÊNCIA DE UM GENERAL

«Ora nós temos também a experiência do que significa a

de interesses que não eram os interesses nacionais mas que eram os interesses da consolidação do próprio poder dessa classe. Aliás, isso não se passava só em Portugal; passa-se também, por exemplo nas democracias ocidentais.»

Vasco Gonçalves explica o que significa, nas democracias ocidentais, a subordinação de um poder pelo outro.

«No fundo, as Forças Armadas são postas, ou são utilizadas como instrumento de poder das classes dominantes desses países. É sabido de todos, por exemplo, em que consiste o complexo militar-industrial: nos Estados Unidos, o próprio presidente Eisenhower, quando terminou

Vasco Gonçalves que Portugal também tinha, à nossa escala, em formação e em pleno desenvolvimento, um pequeno complexo militar industrial. Particularmente, a partir da guerra colonial.

«Conscientes de que a missão das Forças Armadas não é servir interesses que não sejam os interesses nacionais, os homens que fizeram o 25 de Abril tiveram a preocupação, desde o início, de dar ênfase, de estabelecer uma distinção entre o Poder Civil e o Poder Militar. O sentido que nós dávamos a essa separação de poderes, era o das Forças Armadas servirem os interesses superiores do Povo e da Nação, e não os interesses particulares

e mesquinhos dos senhores monopolistas e latifundistas.»

Voltando ao artigo 273, como de discórdia das forças que pretendem «retirar» às Forças Armadas a missão de garantir o caminho pacífico para o socialismo, Vasco Gonçalves recorda outros imperativos constitucionais.

«Também de acordo com a Constituição e com os seus princípios fundamentais, de acordo com os direitos políticos, económicos, sociais, culturais, dos portugueses, de acordo com as bases de organização económica estabelecidas, essa transição pacífica deverá ser percorrida por todas as classes e camadas sociais não monopolistas, quer dizer, não ligadas aos interesses do grande capital. Ora, sendo assim, as Forças Armadas estão hoje em condições de, cumprindo a Constituição servir os interesses da esmagadora maioria do povo português. Não estarão a servir os interesses de uma determinada classe ou camada social, mas do conjunto de camadas e classes sociais interessadas na via da transição para a democracia e o socialismo, ou seja de todos os portugueses vítimas da exploração dos monopolistas e dos latifúndios.»

Os meios que tão ciosos conduzem essa ofensiva da subordinação do Poder Militar ao Poder Civil são — afirma Vasco Gonçalves — precisamente os mesmos que conduzem a ofensiva contra as conquistas da Revolução, pela restauração do domínio do capital.

«Então que significado teria para esses meios a subordinação do Poder Militar ao Poder Civil? Teria o significado de vir ulteriormente a pôr as Forças Armadas numa situação inteiramente semelhante àquela que viviam no tempo do fascismo. Daí, que eu pense que esta é uma falsa questão. O cumprimento do artigo 273 assegura uma actuação das F.A. ao serviço da grande maioria do Povo Português.»

«E portanto, porque pôr a questão? Se as Forças Armadas cumprem o artigo 273, forçosamente que estão ao serviço do Povo a que pertencem.»

O general completa a resposta à pergunta sobre o futuro da democracia em Portugal.

«Resumindo, penso que o futuro imediato da Democracia depende hoje, fundamentalmente, de duas questões decisivas: por um lado a da unidade e mobilização da classe operária, dos trabalhadores, de todas as forças populares e democráticas, no sentido da consolidação e defesa do regime democrático tal como está definido na Constituição, o que exige um

**PRIMEIROS
MINISTROS
ANALISAM
PORTUGAL
DE ABRIL**

Vasco Gonçalves

entendimento entre os socialistas, comunistas e todos os democratas quaisquer que sejam as organizações políticas em que se encontrem; entendimento que deve ser procurado com a maior paciência e tenacidade mas sem o mínimo desânimo ou desfalecimento; por outro lado, a do cumprimento pelas Forças Armadas da sua missão histórica, o que, aliás, é um profundo anseio de todos os democratas e patriotas.»

**O MFA ESTA VIVO
NA CONSTITUIÇÃO**

O ex-Primeiro-Ministro responde agora a uma questão directamente relacionada com o Movimento das Forças Armadas, de que fez parte. Foi de facto prematura a extinção do MFA?

Que ficou por fazer?

«Penso que para a democracia portuguesa, para a prossecução do processo revolucionário, foi um mal a dissolução do MFA no seio das Forças Armadas antes de ter sido conseguida a prévia democratização dessas mesmas F.A.»

«É claro que a situação era muito complexa. Havia muita confusão, mas o problema fulcral foi o da falta de unidade das pessoas mais esclarecidas politicamente, uma unidade que possibilitasse, precisamente, combater as estruturas legadas pelo fascismo e os elementos reacccionários e ultraconservadores da hierarquia, e

combater o esquerdismo que, a dado momento, surgiu com grande intensidade no seio das Forças Armadas. Esse combate necessitava, sobretudo, de um trabalho unido, de consciencialização, para o qual nós, os militares, não tínhamos quadros em número suficiente. Mas, já que éramos poucos, era necessária a conjugação de esforços de todos aqueles que se encontravam ou se pretendiam empenhados em levar a cabo as profundas transformações da vida do nosso Povo.»

Vasco Gonçalves admite que não foi conseguida a unidade para esse combate: um combate que seria político e ideológico.

«Quanto ao esquerdismo dentro das F.A., foi consequência em grande medida da falta de consciencialização política dos militares, em particular dos oficiais, acompanhada de uma politização acelerada, e ainda da nossa própria formação profissional, das características dos estratos sociais a que pertencemos, da cultura que recebemos, etc.»

Com tocante sinceridade, o general Vasco Gonçalves diz-nos que, para além do combate lúcido e esclarecido ao esquerdismo, importava ainda «permitir-se-me o termo, recuperar ou conquistar muitos e muitos camaradas que se tinham desviado de boa fé por esses mesmos caminhos do esquerdismo. Em resumo, penso que em lugar de se dissolver o MFA deveriam

antes ter sido feitos esforços para o consolidar de modo a que pudesse desenvolver um papel positivo na democratização das Forças Armadas. Além disto, não esqueçamos que o artigo 3º da Constituição reconhece o Movimento das Forças Armadas como garante das conquistas democráticas e que deve participar em aliança com o Povo no exercício da soberania, razão ponderosa para que não tivesse sido dissolvido.»

**VASCO
REGRESSA?**

Objectivamente: o general Vasco Gonçalves pensa voltar à ribalta política?

Vasco Gonçalves responde com «outra» resposta.

«No que penso, é que devem ser desenvolvidos todos os esforços para unir os patriotas e os democratas portugueses na defesa do regime institucionalizado pela nossa Constituição, que é um regime suficientemente aberto para permitir, através do desenvolvimento da democracia, caminhar no sentido da libertação do Homem da exploração dos outros homens; da libertação da opressão social em que temos vivido ao longo dos séculos.»

Colocamos a pergunta de modo diferente. Perante um golpe de cariz fascista (improvável?) pode o Povo trabalhador contar com o «Companheiro Vasco?»

O general não gosta de

perguntas «tão» pessoais. Mas reconhece o direito de as fazermos. E responde.

«O facto de, anteriormente, eu ter afirmado que havia uma conjugação de condições objectivas e subjectivas que possibilitam barrar o caminho à reacção e impedir a restauração do poder do capital, não significa que pense que não existam graves ameaças às liberdades, às conquistas da Revolução, ou mesmo, que seja improvável um golpe de Estado fascista.»

O general prossegue, com a autoridade e experiência de um velho lutador antifascista.

«O objectivo último das acções desestabilizadoras da direita e da reacção é a implantação de uma ditadura que garanta a recuperação do poder da mesma gente que nos dominou no tempo de Salazar e de Caetano, os monopolistas e os latifundiários.»

E Abril que está em causa.

«A crise que estamos vivendo mostra bem que todos os patriotas e democratas devem estar atentos às ameaças que existem contra a democracia, contra as conquistas de Abril.»

Defender a Lei Fundamental, hoje e sempre, em qualquer parte.

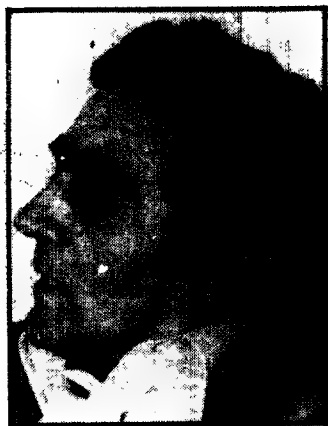
«Todos os democratas e patriotas, quaisquer que sejam as suas funções, as suas situações, os seus postos de trabalho, podem e devem,



no pleno uso dos direitos, liberdades e garantias constitucionais, em cada momento, em cada situação, contribuir de maneira positiva para a defesa do regime consagrado pela Constituição». Porque, «por mais modesta que seja a sua situação, eles podem contribuir para a defesa, consolidação e desenvolvimento do projecto de nova vida que a Constituição encerra.»

Vasco não se exclui.

«Portanto, também eu, pela parte que me cabe, na situação em que me encontro, considero meu dever desenvolver todos os esforços para contribuir para a defesa e consolidação dos nobres objectivos políticos, económicos, sociais e culturais da libertação do Povo a que pertencem, e que estão definidos e consagrados na nossa Constituição».



PINHEIRO DE AZEVEDO

«sou um homem de esquerda com táctica de direita»

Figura controversa, mas sempre desassombrada e enérgica, o almirante Pinheiro de Azevedo tem tido uma trajectória política nem sempre rectilínea. Foi primeiro-ministro num dos períodos mais agitados do pós-25 de Abril; candidatou-se a Presidente da República, tendo sofrido no fim da campanha eleitoral, como todos se recordam, um ataque cardíaco que o imobilizou durante várias semanas no Hospital de S.

João, no Porto; fundou o Movimento Democrata-Social de Portugal, que não teve qualquer actividade, e, hoje, é presidente do PDC.

Como resultado destas funções, o cognominado «almirante sem medo» encontra-se presentemente no Porto, onde, aliás, fixou residência, tendo em vista o lançamento do seu partido, que, como nos afirmou, terá maior implantação nos «crístãos» do Norte.

Fomos encontrá-lo na sua

nova morada. E durante mais de 3 horas o diálogo fluiu, lesto e variado, sob a dominante da espontaneidade tão característica no almirante Pinheiro de Azevedo. Quase tudo o que o gravador captou aí está na linguagem crua e nua bem reveladora da multifacetada personalidade do entrevistado. As respostas são por vezes desconcertantes. E também desconexas.

Uma particularidade recordada por Pinheiro de Azevedo logo à entrada: A 1.ª

entrevista que eu dei após o 25 de Abril foi ao «Sempre Fixe».

Passaram-se quatro anos. Talvez ninguém tivesse previsto o caminho sinuoso percorrido até agora pelo actual homem do leme do PDC.

S.F. — Que importância atribui ao 25 de Abril nos âmbitos interno e externo?

P.A. — Na minha opinião o 25 de Abril é uma libertação e eu tenho para mim a certeza de que as revoluções antes de serem foram feitas pelo

povo. Não há revolução nenhuma que vingue sem ser primeiro o povo a decidir da sua oportunidade. Portanto, como libertação, eu não tenho dúvidas que o 25 de Abril é um dia glorioso para a história de Portugal. Como revolução, não. Como revolução é uma história negra na vida portuguesa porque o povo não fez uma revolução mas fez uma libertação. Eu sou um homem do 25 de Abril, mantenho a minha posição de homem que sem-

pre defendeu o 25 de Abril. O 25 de Abril foi aceite pela maioria do povo português. Correspondeu a uma legitimidade histórica revolucionária e bem hajam os capitães do 25 de Abril que tiveram a coragem de o fazer. As consequências do 25 de Abril, dessas é que realmente eu discordo totalmente. Eu não concordo de forma alguma que o programa do 25 de Abril não tivesse sido cumprido. E o programa do 25 de Abril não foi cumprido e foi

**PRIMEIROS
MINISTROS
ANALISAM
PORTUGAL
DE ABRIL**

Pinheiro de Azevedo

até atraído. Nisso eu sou intransigente. E como não pertence à categoria das pessoas que emigram (e quero desta vez ter cuidado com as palavras: não são os emigrantes que estão aqui a ser re-criminados por mim, mas a palavra portuguesa é a emigração do fenómeno político da grandiosidade do 25 de Abril), eu quando discordo do não cumprimento do programa do 25 de Abril e quando ele foi tomado por um sector que era importante no 25 de Abril, que era a esquerda revolucionária marxista, mas que não era de forma nenhuma a maioria do movimento do 25 de Abril, eu movi-me na minha posição, no 25 de Abril, porque entendo que o campo revolucionário deve ser discutido palmo a palmo e não abandonado.

Portanto sou responsável e co-responsável de muitas decisões do processo revolucionário à esquerda, numas votei a favor, noutras fui vencido, mas estou solidariamente comprometido nos órgãos colegiais e não enjeito essa responsabilidade. E prestarei contas à História das votações onde eu estive incluído. Mas no dia em que eu me convenci que a esquerda marxista, a estatizante, a autocrática, quis tomar conta do 25 de Abril, eu denunciei imediatamente esse perigo e passei a lutar naquele grupo célebre, «grupo dos nove». Aqui tem a minha personalidade em relação ao 25 de Abril.

Não se confunda o nosso povo com o dia de libertação do 25 de Abril que acabou com a noite escura de 50 anos de ditadura com os erros cometidos na evolução do processo revolucionário. Eu considero um dia feliz o 25 de Abril. Acho que ele foi fundamental, mas o que se passou a seguir ao 25 de Abril isso tem de ser esclarecido ao povo português.

S.F. — Mas os erros que apontar, existem, no seu entender, apenas até ao 25 de Novembro?

P.A. — Não, não. Ainda continuam e talvez até piores do que até ao 25 de Novembro. Quer dizer: a esquerda revolucionária até ao 25 de Novembro apenas estava a conduzir o país para um Estado totalitário, estatizante e não era essa a intenção do 25 de Abril. O 25 de Abril foi sempre democrático. É preciso que as pessoas se convençam disso. O 25 de Abril foi sempre democrático. Pretendeu-se fazer uma revolução em Portugal, mas por meio de uma democracia. Não sei se será possível em Portugal, eu estou convencido que é, mesmo que isso nos custe uma ladeira muito íngreme e que tenhamos de demorar mais tempo, eu acho que não temos solução possí-

vel se não for pelo processo democrático. Eu digo-lhe isto com a máxima honestidade e sinceridade. Não conseguimos avançar de caudatários da Europa, de povo mais atrasado da Europa se não conseguirmos institucionalizar uma democracia em Portugal (...). Isto é a opinião de um PDC sincero e que está convencido que a sua filosofia é a correcta.

Agora que os erros depois do 25 de Novembro são menores que os anteriores, não. São do mesmo valor. (Os erros para mim ou são essenciais ou são mais ou menos). São ambos erros do mesmo nível, são erros essenciais.

S.F. — Mas quanto ao poder de compra, não acha que a população vivia melhor antes do 25 de Novembro e mesmo durante o seu governo?

P.A. — Bom, eu estou convencido que a situação se tem degradado imenso, vive-se, em termos absolutos, pior do que se vivia antes do 25 de Abril. Em termos relativos eu tenho dúvidas.

S.F. — Eu referia-me ao 25 de Novembro...

P.A. — Na fase entre o 25 de Abril e o 25 de Novembro a população vivia melhor. E vivia melhor porque realmente a noite escura teve muitos erros essenciais, mas não há dúvida nenhuma que deixou reservas monetárias e dinheiro mais que suficiente para se aguentar economicamente o país... e para se olhar com um certo sossego os primeiros tempos revolucionários.

A PRIMEIRA VEZ NA HISTÓRIA DAS REVOLUÇÕES MILITARES...

S.F. — E no plano externo qual a importância que atribui ao 25 de Abril?

P.A. — No plano externo já a resposta é muito mais difícil, muito mais difícil. Não há dúvida nenhuma que houve uma euforia nos primeiros tempos, mas também uma desconfiança de que era uma ditadura militar, de que toda a gente está farta porque é obsoleta, é senil, é um sintoma de incapacidade dos povos. Portanto o 25 de Abril teve este sinal cem por cento negativo: foi feito pelas armas. Mas tem na minha opinião — hoje já muitos analistas independentes e honestos, especialmente franceses, o apontam — outro facto desconhecido e que eu revelo pela primeira vez. Julgo que é na história das revoluções armadas a primeira vez que um grupo de militares honestamente revela a intenção de entregar o poder imediatamente a seguir à conquista da revolução. Isto sucedeu com o 25 de Abril, eu sou testemunha porque assinei esse proto-

colo. Foi a primeira vez na história das revoluções militares que o grupo de militares antes da vitória decidiu que o poder seria entregue imediatamente aos civis. Este é um aspecto francamente positivo a favor do 25 de Abril. Mas não há dúvida que houve uma certa perplexidade em relação ao 25 de Abril. Perplexidade, porque não houve reacção, porque não houve uma revolução de cravos feita com tanques nas ruas, mas realmente o fenómeno passou-se, não se disparou um único tiro. Isso é um sintoma que o estrangeiro não percebe, não acredita que não houvesse convicção com a PIDE e com as autoridades responsáveis. Eu fartei-me de responder a perguntas destas: Quem é que traiu? Como é que fizeram? Que prémio é que foi oferecido?

Isto é francamente negativo para o 25 de Abril. Apenas o tempo se tem encarregado de demonstrar que não houve traição nenhuma, nem arranjo feito à roda do 25 de Abril. Ele nasceu por reivindicações administrativas que se foram generalizando pela habilidade do PC, muito bem organizado, que soube prever até onde podiam ir as reivindicações administrativas, o cansaço de uma guerra colonial e infiltrou-se fortemente na retaguarda do 25 de Abril e tornou possível o 25 de Abril, não por acção indirecta, mas por acção indirecta. Esta é a minha opinião sobre o 25 de Abril: portanto os comunistas não entraram no 25 de Abril, mas tornaram-no possível por mentalização e acção indirecta sobre as tropas que nessa altura controlavam o ultramar e a metrópole.

S.F. — O sr. almirante disse que não houve traições, mas...

P.A. — Que eu conheça. Eu não entrei na efabulação do 25 de Abril. Eu sou convidado a 23 de Abril, dois dias antes da Revolução, portanto não entro na conspiração do 25 de Abril, nem me cabe nem glória, nem desglória. A verdade é esta: eu fui escolhido para chefe da Armada, onde já havia oficiais mais modernos a conspirar no 25 de Abril e eles escolheram-me para seu chefe no dia 23. Portanto que eu tenha conhecimento não houve qualquer traição.

S.F. — O sr. almirante, no dia 23, aderiu mesmo ao 25 de Abril?

P.A. — Aderi mesmo, de cabeça tronco e membros. Pus a cabeça no cutelo. Aderi até hoje.

S.F. — Mas o capitão Sousa e Castro disse um dia que o sr. almirante tinha sido um dos poucos que no 25 de Abril haviam saído com uma força contra o MFA, mais concretamente contra uma força da

EPAM, no Cristo Rei.

P.A. — Eu sei que disse, mas olhe que eu não me irritei com o Sousa e Castro porque acho que é um rapaz cheio de qualidades, mas muito veredicto, muito veredicto. Se eu fosse irritar-me com o Sousa e Castro por ele dizer isso, ele que não faz ideia nenhuma daquilo que se passou, pois teria de me irritar com quase toda a gente. O que se passou é, até, uma história que merece ser contada, não é nada disso.

Quem comandava o 25 de Abril era um centro de operações que eu julgo que era o Otelo que lá estava, mas não tenho a certeza, mas na Pontinha julgo que era o Otelo e julgo porque ele também nunca mo disse claramente. Apareceu como estrela do 25 de Abril, sei que foi escolhido para fazer o planeamento das operações, mas não sei se era exactamente ele que, como o Eanes foi escolhido para o 25 de Novembro, foi escolhido para o 25 de Abril. Mas de qualquer maneira com ele ou com qualquer outro oficial na Pontinha, a verdade é que eu que tinha aderido a 23 de Abril fiquei conhecido do programa, isso exige, fiquei conhecedor do protocolo e dos objectivos e da minha missão. A minha missão era obviamente dominar o Estado-Maior da Armada e eu exigi porque isso é tudo história que muita gente des-

conhece, eu exigi que a Marinha entrasse activamente no 25 de Abril porque já tenho 60 anos e revoluções gratuitas, de janela, não é comigo. A Marinha entra mas tem um papel activo a desempenhar porque senão comigo não entra. «O sr. almirante chega que o senhor almirante domine a margem do Alentejo». «O sr. isso é tudo gratuito, eu faço isso por telefone». Isso realmente não. Antes de se fazer a revolução eu quero uma missão activa para a Marinha e até porque politicamente é assim que se faz. Deram-me a missão pior que pode ser dada à Marinha, eu encaixei-a sem oposição, porque não era a Marinha que estava a fazer o 25 de Abril. Então a missão era a PIDE. Enfim, eu pensei que era uma pastilha muito forte mas enfim, calhou esta pastilha à Marinha: tomar conta da PIDE. Não gostei, sinceramente. Então se eles tinham tantos tanques, tanta coisa, porque é que a Marinha havia de ir tomar aqueles gajos que com certeza faziam fogo, isto era o que eu estava convencido. Lá que os quartéis se rendessem, eu não me admirava nada, estavam infiltrados, agora a PIDE é que eu não me convencia nada que se entregasse gratuitamente. Mas como sou realmente um indivíduo coerente eu é que pedi a missão, a missão foi aquela e eu aceitei a missão. Como não sou tác-

tico fuzileiro, reuni os fuzileiros e perguntei que forças eram precisas para tomar conta da PIDE. A resposta da Pontinha é que sozinho precisava de forças bastante importantes, mas como aquilo ia ser feito em conjugação de esforços e tudo estava cercado e os tanques estavam na rua, era mais um pró-forma de ir o pessoal suficiente para controlar portas e saídas e fazer aquela ocupação chamada de limpeza e eu então calculei que dois pelotões seriam suficientes para fazer a operação de limpeza. OK? E mandei os dois pelotões e pedi um voluntário. É claro que ninguém é voluntário e a certa altura disseram-me que precisamente numa unidade que era do governo estava lá um oficial que era capaz de se apresentar como voluntário e como eu não distingo as unidades na Marinha se são do governo ou se são do 25 de Abril, peguei no telefone falei com o comandante e disse: «Olha, rapaz, diz que tens aí um oficial que é capaz de prestar um serviço ao 25 de Abril, tu fazes de conta que eu não te telefonei, eu vou mandá-lo buscar e depois tu refilas lá para o chefe a dizer que eu apareci aí a roubar uma data de gente. Tás de acordo?». «Tou d'acordo». E eu fiz assim: fui lá roubar um oficial e ele realmente foi voluntário, mas era um rapaz que não tinha muita experiência de fuzileiros, apenas



**PRIMEIROS
MINISTROS
ANALISAM
PORTUGAL
DE ABRIL**

Pinheiro de Azevedo

tinha muita coragem moral e física, mas não chega para resolver a situação. E esse rapaz que eu não digo o nome, quem quiser que o diga, porque isto vai passar à História, foi comandar esses dois pelotões e eu dei-lhe a missão por escrito, porque eu nunca dou missões desta importância de outra forma, isto é para voluntários e, claro, quando eu supunha que tinha apenas 140 homens, formaram na parada 2.700 homens voluntários. Fiquei satisfeito. «Bom, realmente parece que isto está a cair bem». Os fuzileiros que escolhessem os melhores, escolheram: dois pelotões bons. Havia bons sargentos e boas praças. Os oficiais é que não estavam muito motivados. Esse rapaz foi comandá-los e eu dei-lhe a missão por escrito «ocupar sem disparar uma G-3, sem disparar a não ser em legítima defesa». Ele aceitou a missão. A certa altura eu recebo um telefonema do sr. capitão-tenente Alpoim Calvão que é um homem que eu gostaria de ter a meu lado porque é extraordinariamente eficiente, extraordinariamente corajoso, mas estava do outro lado ou andava pelo menos a apalpar. Ele telefonou-me e disse: «Eu estou na António Maria Cardoso». «Tás na António Maria Cardoso? E que tás a fazer aí?». «Estou na A. M. Cardoso e estou a ver o pateta alegre do fulano de tal com dois pelotões que estão todos emboscados, de maneira que vai ser aqui uma chacina. Eu vou ver se evito isto vou falar com ele porque isto ainda não está decidido, vocês andam para aí na rádio a dizer que isto está tudo arrumado e é mentira. No Cais do Sodré os tanques são do governo e aqui em cima isto não está nada decidido; e eu tenho aqui meios suficientes para que se ele entra dentro do cruzamento pois ele é mesmo chacinado».

Ele pede instruções, eu ouço as gravações dos tanques a perguntarem instruções para Cavalaria 7, dizendo que já tinham actuado se o povo não estivesse convencido de que eles eram revoltosos. É claro que estavam a não cumprir a missão porque a missão deles era reagir e não estar a fazer perguntas se haviam de reagir ou não, mas diziam que o povo batia palmas. O outro estava cheio de razão dizendo que tinha recebido uma missão específica que tinha de cumprir e eu comecei a verificar que a missão que eu tinha atribuído por escrito aos dois pelotões estava errada e, portanto, disse para ele pedir instruções directas à Pontinha, porque a sua missão estava comprometida. Não correspondia à que o comandante lhe tinha dado: «O sr. pede imediatamente instru-

ções se pode abrir fogo sobre as tropas do exército que aí estão, porque o sr. tem de chegar à A. M. Cardoso». Ele pediu as instruções e na Pontinha disseram: «Não, isso há uma confusão, essas tropas não são revoltosas, já mandámos emissários aos chefes deles para retirarem porque nós não queremos abrir fogo (mas a verdade é que estavam lá ainda) e portanto não abra fogo, recolha ao Cristo Rei onde estão tropas nossas». E o rapaz mandou-me o sinal, eu confirmo, ele faz meia volta e vai para o Cristo Rei sem a mínima dificuldade, em passeio militar e turístico porque o povo aclamava-os, porque esses eram realmente do 25 de Abril. Começaram a subir a enconta do Cristo Rei onde estavam tropas do 25 de Abril e daí que quem estivesse fora, como estava talvez esse rapazito, noutro sítio qualquer, e aquelas confusões a verem fuzileiros na margem do Alfeite que não era do 25 de Abril — o Ferreira de Almeida pode ter muitos defeitos mas nunca se entregou e ainda havia muitas unidades que obedeciam ao chefe do E. M. A. — ele convenceu-se que aqueles eram de acordo com a base do Alfeite que era

50.000 pessoas que estavam a ver o espectáculo. Isto é a verdade.

NÃO SE IMPLANTOU AINDA A DEMOCRACIA

«S.F.» — Entende que a democracia está a ser consolidada?

P. A. — Bem, eu podia ser violento e realmente a minha impressão é que ela nem chegou ainda a ser implantada. Mas enfim o PDC entende que não se implantou ainda a democracia. Pois é um bocado violento se o PDC vai dizer que nem sequer se implantou porque há tanta coisa que já se fez de positivo que o PDC que ainda não teve acção política e porque está na posição cómoda de não ter responsabilidade nenhuma no processo eu não gosto que o PDC venha a poder ter uma pequena mancha, exactamente porque como não tem actividade política está à vontade para fazer uma afirmação dessas, mas é realmente aquilo que honestamente eu penso. Neste aspecto interessa ver não o que o Pinheiro de Azevedo pensa, porque não é uma pergunta fundamental, nem eu tenho certe-

mar que o 25 de Abril foi traído e que o programa não está a ser cumprido?

PA — Exactamente, exactamente, está tudo ligado. O programa do 25 de Abril tinha como objectivo fundamental institucionalizar a democracia num ano e foi traído.

«SF» — Mas há instituições democráticas, há órgãos democraticamente eleitos em funcionamento...

PA — Exactamente. É por isso que eu digo que não quero ser violento, porque há muita coisa de positivo. Há realmente órgãos de soberania que foram eleitos democraticamente. Há realmente parceiros sociais que estão implantados sob o ponto de vista democrático, de maneira que eu vou responder de uma forma honesta, mas sem enganar a opinião pública. Acho que não está a ser consolidada a democracia porque não há correspondência entre o país real e os partidos políticos. Quer dizer: os partidos políticos que nasceram em 1974, que foram sufragados em 1976 já deviam ter feito uma revisão profunda e acertarem as suas estruturas e os seus programas e a sua praxis política de acordo com o país real de 1978. E por causa disso estão a dificultar a consolidação da democracia. Os partidos não são aquilo que quiseram ser em 1974 e muito menos em 1976. E é preciso coragem das cúpulas políticas para pôr os partidos de acordo com o país real, essa coragem não apareceu e estamos todos a sofrer as consequências. Isto leva-nos à bipolarização que é um fenómeno muito importante e do qual só tenho ouvido asneiras. Até agora só ouvi disparates sobre bipolarização e bipolaridade.

VI GOVERNO CUMPRIU MISSÃO FUNDAMENTAL

«SF» — Em que medida contribuiu o seu governo para a consolidação da democracia?

PA — O VI governo não tinha nada que ver com um governo completo, era um governo de gestão muito bem definido, com missão específica e com uma carta de comando. Eu fui um militar escolhido pelo CR, com a concordância de todos os comandantes das regiões militares, para fazer eleições democráticas e institucionalizar a Presidência da República e a AR. Foi essa a missão que me deram: o sr. almirante, com o feito que tem, independentemente como é, está mesmo ideal... e portanto eu aceitei, por escrito, esta missão: impor a disciplina nas

forças armadas, hierarquizar as FA, fazer eleições livres e democráticas da AR e do PR. E a história dirá que eu cumpri integralmente a minha missão, apesar de estado em coma no hospital, mas deixei o assunto preparado, que era irreversível o fenómeno das eleições.

Portanto o VI Governo não teve nada com direcção política, nem sequer com o fenómeno para a esquerda ou para a direita, nem sequer com isso. Foi consequência de um vazio de poder que resultou do ataque ao «gonçalvismo» e ficaram os militares com a criança outra vez na mão, porque o Partido Socialista opôs-se determinantemente ao PC e houve um vazio de poder. O VI governo cumpriu integralmente a sua missão fundamental. Obviamente que tinha outras responsabilidades e a nação não pode parar e o governo era aquele. Aí foram cometidos alguns erros na gestão da administração, mas não na política. Aí a análise tem de ser feita de outra forma.

«SF» — Acha que VI Governo foi como se pretendia um governo de oposição aos anteriores, do gen. Vasco Gonçalves?

PA — Não, de forma nenhuma. O VI governo não era anti-comunista. Isso seria liquidar o comunismo. O VI Governo foi necessário porque o PS foi marginalizado e porque os militares que não queriam de forma nenhuma uma evolução para um modelo estatizante foram também marginalizados. Portanto o problema era também de conquista de poder. O VI Governo opõe-se à conquista do poder por uma determinada facção da sociedade política portuguesa, isso sim, declaradamente contra as forças que queriam um Estado autoritário, no estilo marxista-leninista. Isso é realmente o resultado do VI Governo. As forças militares que não concordaram com o desvio do programa sem se saber se o povo concordava ou não com esse tipo de sociedade, não se admitia que ninguém, minoria, impusesse esse modelo de sociedade. É esta característica especial e daí a série de absurdos que se têm levantado à roda da acção do Melo Antunes, à acção minha e à do Costa Gomes. «Como é que esses homens vão fazer coisas dessas?». Não se trata de nada disso. O que se trata é que realmente há um assalto ao poder contra o qual estes oficiais não concordavam de modo nenhum.

O VI Governo não era contra a esquerda. Não era, até pela composição que ele tinha. Tinha lá o Melo Antunes e outros, todos de esquerda que não deixaram de o ser.

MARGINALIZAÇÕES, 25 DE NOVEMBRO, CIA

«SF» — E que agora estão marginalizados.

PA — Sim, estão todos. E eu também.

«SF» — O que diz o sr. almirante a isso?

PA — Eu acho que tudo isto resulta da indiferença dos portugueses pela política. E como realmente há forças sempre estruturadas que acabam por descobrir as fraquezas e actuam, quer dizer há sempre forças de direita à espera de desfazer todos os avanços sociais, assim como há forças totalitárias de esquerda que estão sempre a espera da confusão para também actuarem de acordo com os seus objectivos ou a longo ou a curto prazo, essas forças quando apanham um país de indiferentes como é o nosso podem suceder todas as surpresas políticas.

«SF» — O sr. almirante referiu que o VI Governo surgiu contra a tomada do poder por uma minoria, mas uma vez que quase todos os capitães de Abril estão marginalizados não terá servido o seu governo de passagem para outro tipo de tomada do poder?

PA — Pois acho que sim. Houve uma tomada do poder depois do 25 de Novembro

«SF» — Na sua perspectiva, contrária ou integrada no programa do 25 de Abril?

PA — Bom, mais perto do programa do 25 de Abril

«SF» — Então como é que são marginalizados os capitães de Abril?

PA — Oiça, oiça, o 25 de Novembro é feito para repor nas suas origens o 25 de Abril. Mas é atraído. É atraído. E a partir dessa tração o pêndulo ainda não deixou de oscilar. Mas é feito com a intenção de repor o 25 de Abril nas suas origens, voltarmos ao pluralismo, à decisão colegial, à pedagogia que levasse o povo a escolher livremente.

«SF» — Mas as decisões do CR não eram colegiais?

PA — Eram colegiais, mas não era só o CR que dispunha do poder.

«SF» — Então...

PA — Havia o COPCON. Com mais força até que o CR.

«SF» — E a mão da CIA não interveio no golpe do 25 de Novembro?

PA — É muito possível que sim, até porque há presidentes estrangeiros que se gabam de terem, eles, parado o avanço «gonçalvista». Disseram-no publicamente e portanto admire-se que eu diga que é possível que sim.

«SF» — Mas o sr. almirante como pessoa que estava nos meandros do processo, era primeiro-ministro na altura...



do Governo e que tinha 10.000 homens e eu 3.000, portanto se eles quisessem tinham-me abafado, e se não abafaram foi porque não quiseram, e ele viu-os e... pronto lá vão aqueles gajos matar aqueles desgraçados que estão lá em cima, mas eles estavam era a confraternizar uns com os outros. Foi o que se passou e depois receberam algumas palmas das

zas, portanto eu posso realmente dar uma resposta política, está a compreender.

«S.F.» — A pergunta é se entende, o sr. almirante, que a democracia está a ser consolidada.

P. A. — A minha resposta é esta, a pergunta está prejudicada porque nem sequer se implantou a democracia.

«SF» — E é isso que leva o sr. almirante a afir-

**PRIMEIROS
MINISTROS
ANALISAM
PORTUGAL
DE ABRIL**

Pinheiro de Azevedo

PA — Eu estou convencido que essas forças de decisão internacional tiveram uma importância decisiva em duas fases: na descolonização e no 25 de Novembro. Quer uma quer outra não foram criadas por esses centros de decisão, mas por eles foram comandados e controladas as táticas a que obedeceram.

«SF» — O sr. almirante disse em Março que tinha elementos importantes sobre o 25 de Novembro, mas que para não provocar desestabilização só os revelaria daí a seis meses. É a altura.

PA — E tenho, mas continuo à espera de estabilidade política para os dizer. Assim que estivermos estabilizados eu direi. Tem interesse para a História, pois não choca ninguém, embora internacionalmente tenham consequências graves.

«SF» — As repercussões maiores são então internacionais?

PA — Pois são. Se não fossem essas eu já tinha dito. Seria desestabilizador porque são assuntos confidenciais. (...)

«SF» — Qual foi na sua perspectiva a evolução da sociedade portuguesa desde Abril de 74?

PA — Houve uma tentativa de destruição da classe média, o resto não tem significado. Houve realmente uns avanços no sentido de um socialismo razoável que não se chegaram a concretizar porque foram muito mal regulamentados. Estou-me a referir directamente a determinados tipos de nacionalizações e estou-me a referir à Reforma Agrária. No resto há avanços muito positivos que ainda existem, que é a unidade das classes trabalhadoras, a consciência dos seus direitos, a liberdade de expressão e de associação. (...)

«SF» — No caso de haver eleições antecipadas, o PDC concorrerá sozinho ou alia-se a outro partido?

PA — Se houver eleições antecipadas, o PCD vai sozinho porque aí é preciso um tratamento de choque, nem o PDC será nunca um partido se não concorrer sozinho uma vez. Nem eu proporia uma frente sem o PDC ser um partido autêntico e para o ser tem de se sujeitar primeiro ao sufrágio.

«NÃO SEREI TÃO VAIDOSO MAS...»

«SF» — Mas o PCD já entrou numa eleição...

PA — Mas teve resultados insignificantes, o que ainda é pior. O PCD vai concorrer sozinho, não quer confusões e de duas uma: ou conquista

um grupo parlamentar e em 1980 é um grande partido e nessa nós proporemos a nossa tese da frente e o que é que entendemos por bipolarização e por bipolaridade; ou não conquista o seu grupo parlamentar e portanto não tem necessidade de andar a maçar os portugueses. Não gostam do PDC, assunto arrumado. Eu não percebo porque, estou convencido que o PDC tem bases suficientes, pelo menos em relação à minha pessoa.

«SF» — Basta a presença do sr. almirante...

PA — Bom não serei tão vaidoso, mas, pelo menos, enfim, não consigo distinguir o trigo do joio, não consigo... pelo menos em relação à minha pessoa. E portanto a estratégia, porque isto em política não se podem iludir os factos, estando eu presente estou convencido de que ele vai para a frente. Sou um homem público, já me submeti a sufrágio, já fui votado, já dei provas boas e más, o povo já sabe o que é que eu sou, não tem dúvidas nenhuma, sim ou não, eu gosto desse gajo ou não gosto e portanto está o assunto arrumado. Não sou desconhecido. Sou muito conhecido.

(...) Esta coisa «o povo não merece», qual o povo não merece o quê?

SF — Quem normalmente diz isso são as forças de direita.

PA — Pois é. São realmente as forças reaccionárias que dizem isso.

SF — Há na opinião pública a imagem de que o PDC é um partido de extrema-direita e por isso muita gente se interroga: como é que o sr. almirante está no PDC?

PA — Um partido político tem de ter bases. Existem em Portugal os partidos suficientes. Qualquer novo partido é pura demagogia. O partido que eu pretendi legalizar (MDSP) estava a mais, tinha de o fundir com outro já existente. Por decisão do directório do MDSP foi escolhido o PDC por ter três tendências: conservadora, social-democrata e democrata-social ou social-cristã.

SF — Que tendência persegue o sr. almirante?

PA — Eu cá mantenho a mesma, a social-cristã. Não saio dela nem sairei. E todos os que discordam entram em luta comigo. Todos os que dizem que o 25 de Abril foi isto e foi aquilo e aquele outro entram logo em choque comigo. Todos aqueles que dizem que a democracia social assim cozido e frito entram em luta comigo e eu levo a questão logo: ou eu ou eles OK?! E será assim até ao fim dos tempos enquanto eu existir. Sou sempre o mesmo.

SF — E o PDC tem hoje o

mesmo espaço político que o MDSP pretendia ocupar, isto é entre o PS e o PC?

PA — Não. Não. Andou bastante para a direita. Até porque o PS andou para a esquerda.

SF — Quando? Nos últimos tempos, desde o anúncio da fundação do MDSP em 1977?

PA — Isso, já não deslizou tanto para a direita como quando eu anunciei que o PS seguia mau caminho. Estava a deslizar para a direita. Estava a ser social-democrata de direita.

SF — Então o sr. almirante deslizou bastante para a direita.

PA — Quer dizer: eu não deslizei para a direita, o partido onde eu estou é que sempre esteve mais à direita.

SF — Mas como presidente desse partido...

SF — Sim, eu deslizei, eu sou responsável por um conjunto, estou convencido, que em votos estará mais à direita do que eu estava. Disso não tenho dúvida nenhuma. Mas isso em política até é bom. O ideal em Portugal é um homem honesto de tática de esquerda, ou por outra, um homem capaz de aplicar o progressismo que existe nos homens de esquerda com tática de direita. Isso é que é o ideal em Portugal.

SF — Portanto o PDC terá uma tática...

PA — ...de direita. Mas convém ter uma perspectiva de esquerda que sou eu que lhe dou. A tática de direita é o que resulta. É os gajos que sabem criar riqueza. Os gajos que realmente dão capacidade de produção — é tática de direita. A esquerda não sabe a não ser em Estados estatizados.

(...) Quando você pergunta qual o lugar do PDC, não é pôr de um lado os anti-comunistas e do outros os comunistas, porque os comunistas até são necessários num pluralismo político. Não é disso que se trata. O que se trata realmente é ter juízo, é ser honesto, é governar isto honestamente, fazer o melhor que se pode. Isso é que é fundamental, pá.

SF — O PDC opõe-se aos comunistas?

PA — Não é não se opõe. O PDC não é anticomunista. Agora luta contra os comunistas, mas não lhe interessa ver uma sociedade formada por anticomunistas, não é nada disso.

SF — O PDC do sr. almirante está à direita ou à esquerda do CDS?

PA — Eu julgo que o CDS tem aí um pormenor difícil de definir. As cúpulas do CDS têm homens de esquerda, mais à esquerda que o PDC, mas as bases do CDS são muito mais à direita que as do PDC. As cúpulas, não.

«REVOLUCIONÁRIO CONSIDERO-ME EU»

SF — O sr. almirante disse um dia que enquanto tivesse forças havia de lutar pelo espírito da Revolução. Acha isso possível no PDC?

PA — Acho que sim, pois tenho encontrado em centenas ou talvez milhares, não digo de militantes porque não exageremos, mas de simpatizantes com o PDC que jogam precisamente nos meus objectivos.

SF — São revolucionários?

PA — Não, não direi tanto. Não tenho encontrado simpatizantes com o PDC revolucionários. Revolucionário considero-me eu, agora indivíduos que lutam pelos objectivos do programa do MFA, com a mesma sinceridade com que eu luto, cem por cento positivo. Normalmente estão hesitantes entre o PSD e o PDC... O mal é que esse programa foi deitado ao cesto dos papéis.

SF — Que futuro prevê para o processo democrático que se iniciou com o movimento dos capitães?

PA — Eu vou ser um ho-

constituir uma organização do poder político democrático e a partir da organização desse poder democrático conquistarmos a estabilidade política e depois as crises económica e sociais serão uma brincadeira e nós conquistaremos a independência relativa em 1978 e caminharemos com o orgulho de contribuímos para a originalidade, criação e não vivermos apenas de empréstimos materiais e espirituais que conduzem fatalmente à perda de independência nacional. A outra alternativa será como dizia Almeida Garrett voltarmos a ser uma província de Espanha. Enquanto a democracia se basear em perguntar ao povo se concorda com listas feitas pelos estados-maiores dos partidos em Portugal, afundamos isto.

SF — Considera que quer os últimos governos, quer os outros órgãos de soberania não correspondem a uma vontade popular?

PA — Não, não têm legitimidade popular, o que é mais grave.

SF — Mas foram eleitos pelo povo...



cado violento. Ou encontramos rapidamente uma metodologia democrática capaz de entregar à vontade soberana do povo a escolha dos homens capazes de ocupar cargos políticos e só esses poderão depois entrar pelos mecanismos da democracia pluralista em órgãos de soberania, isto o mais rapidamente possível, para sermos capazes de

PA — Não foram não senhor.

SF — O presidente foi, a A.R. também...

P.A. — Nem sequer o presidente. Não. Sem os apoios do PS, do PSD e do CDS o sr. Presidente da República não era eleito. Foi eleito como candidato desses partidos. Foram os militantes desses partidos que votaram por indicação das cúpulas.

las desses partidos. Não é assim que se elege o PR. Foram os partidos que elegeram o PR.

SF — E por esse facto não atribui legitimidade à eleição...

PA — Para mim não. Porque quando as minorias ficam nos abstencionistas não sei o que isso é. Eu entendo que os partidos são fundamentais, mas voltamos àquela grave pergunta de não serem os únicos sujeitos eleitorais. Não há estabilidade política enquanto não se der ao povo a possibilidade de escolher os seus mandatários. O povo para você ter uma ideia escolhe 50.000 mandatários e a pessoa só escolhe quem conhece e não vai perguntar a ninguém. O nosso eleitorado dividido por células de base tem capacidade para escolher 50.000 mandatários.

«NÃO HÁ DEMOCRACIA POLÍTICA NENHUMA»

DL — Mas não acha que isso vai contra a chamada democracia política?

PA — Não há democracia política nenhuma. Há uma invenção de tipos muito inteligentes que tiram partido da democracia política. Isto foi inventado por indivíduos muito inteligentes. Não foi o povo que inventou a democracia. Os partidos políticos é que inventaram este sistema. É muito inteligente, mas não há nenhuma democracia nisso. Se os homens dos partidos não são democratas e honestos tudo isso é uma vigarice. Agora não há um milhão de pessoas desonestas que são eleitores. Essa é que não porque senão era uma seita de 7 milhões de malfieiros.

SF — E o sr. almirante acha que aquele esquema por células de base é possível proximoamente?

PA — Proximamente não, porque para fazer uma coisa destas é preciso técnicas para fazer a lei eleitoral e não é fácil fazer uma lei eleitoral. (...) A ideia básica é esta: eu vou perguntar ao povo quem é que tu julgas que é honesto, não quero lá saber se percebe de política ou não, isso os partidos é que sabem. Tu só dizes na tua opinião quem é que é honesto, mas não perguntes a ninguém! «Ah, é a minha mãe». Põe lá a tua mãe.

S.F. — É preciso ver que aqui para o Norte há uma dependência grande de determinadas figuras...

P.A. — Dos caciques. Mas aqui dizia-se ao gajo: isto é em tua consciência. Se vais perguntar a alguém és um grande aldrabão. Se o gajo vai perguntar, matou tudo, pá. Em todo o caso há um bocadinho de dificul-

PRIMEIROS MINISTROS ANALISAM PORTUGAL DE ABRIL

Pinheiro de Azevedo

dade, é uma pequenina assembleia. O gajo tem que ser o cacique dessa assembleia. Tá a ver isto dividida por 45.000 caciques, torna isto bestialmente difícil. É a tal história da célula. São pequenas assembleias, não são grandes círculos. E o gajo tinha de perguntar e se calhar ali não havia nenhum cacique, se calhar era o taberneiro e o gajo respondia: «Olha pá vai à merda, tu é que sabes pá».

S.F. — O sr. almirante tem-se referido várias vezes a António Barreto apontando coincidências de pontos de vista. Será que ele e outros que normalmente lhe estão associados são potenciais dirigentes do PDC?

P.A. — É uma pergunta muito delicada. Eu pessoalmente gostaria imenso que eles viessem para o PDC, como dirigentes, mas nunca lhes falei nisso.

S.F. — O sr. almirante afirmou uma vez que «uma revolução que se perde é uma perda para a humanidade». Considera que em Portugal já houve essa perda?

P.A. — Não, senhor. A revolução ainda não se perdeu. Eu tenho dito mais: uma revolução que se perde é um crime.

S.F. — Mas é opinião quase generalizada que depois do 25 de Novembro a revolução acabou.

P.A. — É muito de lamentar que uma revolução se perca por um caos económico.

S.F. — A propósito da condecoração que lhe foi conferida há tempos pelo Marechal Tito o sr. almirante afirmou que era importante «não deixar morrer a chama que aproximou nos primeiros dias do 25 de Abril os ideais de Portugal e da Jugoslávia»...

P.A. — Mantenho.

S.F. — Acha que ainda é importante?

P.A. — Acho que é importante. Tenho muita admiração pelo marechal Tito.

S.F. — Mas a chama...

P.A. — Quer dizer a chama... em termos políticos, até porque eu sou um homem que hoje é considerado de esquerda com tática de direita, pois admiro o Tito. É um homem comunista o Tito. Mas você faz-me perguntas, bem vê eu sou um homem com os pés no chão, sei de política, não sou entrevistador vulgar para si, realmente há para aí uma data de ignorantes, mas eu não sou, eu sei de política, de maneira que tínhamos de esclarecer essas coisas todas, é que o Tito é um homem excepcional, mas é comunista e eu não gosto de sistemas...

S.F. — Eu referia-me aos «ideais de Portugal e da

Jugoslávia».

P.A. — Opa: é que os ideais dele e os ideais de Portugal são na minha opinião muito convergentes. Por que é que o Tito fez? O Tito foi capaz de dizer não ao Hitler — é um homem extraordinário. Foi capaz de dizer não ao Estaline, que ainda é um homem muito mais difícil que o outro e conseguiu de quatro países fazer uma nação, isso é outra coisa que ninguém faz ideia do que isso é.

DIVIDIR OS TRABALHADORES É UM CRIME

S.F. — Saltando para outro tema: qual a posição do sr. almirante sobre a realidade sindical?

P.A. — A minha opinião — que eu julgo que será um dia próximo a do PDC — é que não é possível fazer política em Portugal sem as massas trabalhadoras. Partido que não tenha o vector massas trabalhadoras não vai a parte nenhuma. Eu sou a favor de um sindicalismo forte. Sou a favor da unidade sindical. Acho que dividir os trabalhadores é um crime. O que é preciso é lutar dentro dos sindicatos para ter a tendência que interessa ao PDC. Isso é a minha opinião firme: entrar lá dentro, lutar com o movimento que tem muita força que é o comunista, mas lutar com eles e não dividir. Eu não sou nada apologista da divisão dos sindicatos.

S.F. — É contra a criação de outra central sindical?

P.A. — Sou contra a divisão dos sindicatos, sou cem por cento contra isso. Não se esqueça que eu votei a unidade sindical, mas o que me parece é que realmente só há um processo de estar dentro da razão: é lutar em campo aberto com os trabalhadores, convencê-los, entrar dentro das massas trabalhadoras, não é com outras centrais, não é guerreando os trabalhadores. Eles têm todo o direito de se unirem, de reivindicarem e de manterem as suas conquistas.

S.F. — O PDC aspira a ter alguma preponderância a nível sindical?

P.A. — Enquanto houver esta noção de que há luta de classes no sentido marxista-leninista do termo, pois patões para um lado, operários para outro, ah, pois o PDC não entrará nunca. Mas não é esse o sentido do sindicalismo moderno. É, sim, autênticos produtores para um lado, detentores dos meios de produção para outro, esse é que é o autêntico sentido do movimento sindical e aí nós vamos entrar. Contratos directos, livres e honestos

entre os autênticos produtores e os detentores dos meios de produção — defendem muito mais os trabalhadores do que o cooperativismo, o comunismo, o marxismo-leninismo. Tudo isso está ultrapassado, é obsoleto.

Marxismo-Leninismo, comunismo, associações de operários, centrais sindicais, tudo isso na minha opinião vai estar ultrapassado dentro de dez anos.

Se o PDC não conquistar adeptos no meio sindical, também não ganha eleições nenhuma, porque aí é que estão os votos.

S.F. — Mas o PDC tem potenciais dirigentes sindicais?

P.A. — Isso é que eu já não posso responder. Isso é para o Directório.

RR: NEM QUE SEJA A BOMBA

S.F. — Outro tema: bombismo. Embora o sr. almirante tenha sido dos que deu luz verde para as investigações sobre os bombistas, conta que lhe cabem responsabilidades na bomba que silenciou a Rádio Renascença.

P.A. — Sim sr., o seu a seu dono. A ordem partiu de mim. Sabe que eu sou um homem muito chato. Eu fui atraído duas vezes na R.R., não sou terceira. Não era bem um problema de luta pelo direito de antena da R.R. — é traição que me fizeram. Eu tinha realmente feito um contrato social com a exploração da R.R. e como sou uma pessoa que cumpre aquilo que diz eu avisei que ia dizer aos interessados o resultado dos compromissos e portanto anunciei à Igreja e ao C.R. o resultado do acordo que tínhamos feito. Quando foi o incêndio da Embaixada de Espanha eu mandei dizer que me considerava traído porque um governo por mais que queira escapar às responsabilidades daquele género, não consegue. Todos sabem que tínhamos razão em estar indignados com o gesto brutal do Franco e que era legítimo tudo para mostrar indignação. Eu até era capaz de colaborar nisso. Agora desrespeitar a Embaixada por meio de saque e incêndio não vamos a parte nenhuma. E deixaram-se bastante humilhado internacionalmente.

E eu era presidente do Conselho de Ministros há poucos dias e tinha-lhes pedido por tudo que não atacassem a Embaixada de Espanha e foi a R.R. que conduziu o ataque directo à embaixada. Eu fui lá fora, ainda por cima, e a única coisa que eles não me largavam, dia e noite, era porque é que eu

não agia: «O senhor é o primeiro-ministro, porque é que o sr. consente uma coisa dessas?». Vim para Lisboa e reuni o CR. E pus-lhe o problema com uma gravidade tal que eu disse assim: «Eu lamentarei toda a minha vida, sou capaz de chorar lágrimas de sangue esta noite, mas a R.R. tem que ser silenciada nem que seja à bomba». Agora daqui para a frente é que eu não lhe digo o que é que se passou. Agora a frase, quer dizer a espoleta disto tudo, é minha: nem que seja à bomba. Esta é que é a verdade.

S.F. — Depois passa por outras vias...

P.A. — Passa por outras vias «Nem que seja à bomba» a frase é minha, depois eu entendo que é preferível ficar por aqui. O que é meu é meu, o que não é, não é.

S.F. — Mas o sr. almirante pensava que essa frase iria desencadear a solução encontrada?

P.A. — Não, nunca supus que houvesse solução para o assunto. Julguei que ia demorar muito tempo. Honestamente lhe digo, podia estar a armar-se em cavalo de corridas, eu digo isto e tal...

S.F. — Então ficou admirado com a solução.

P.A. — Fiquei admirado com a capacidade de resolver o problema.



S.F. — E hoje?

P.A. — Hoje já não tanto.

S.F. — E o que pensa da forma como foi resolvido o conflito?

P.A. — Eu penso que não foi a melhor solução. Criou uma imagem muito discutível para o governo. Se por um lado revela capacidade de decisão, por outro lado revela intencionalidade de desestabilização e portanto entre duas consequências deste género a coisa não é processo para repetir. O governo não deve utilizar processos que condena.

S.F. — Há alguma outra decisão que tivesse resultados da posição do sr. almirante e que não tivesse sido a mais adequada?

P.A. — Tenho. Em relação à concordância com a nomeação de alguns chefes

militares. Hoje acho que não tomei as melhores posições. Não me aconselhei devidamente e hoje não tomaria essas decisões.

S.F. — E isso influiu no processo?

P.A. — Influiu muito. Muito. Nomeação dos chefes militares — como sabe são da responsabilidade total do C.R. e ainda hoje são.

S.F. — O sr. almirante não diz isso por ter sido marginalizado?

P.A. — Não, de maneira nenhuma. Na verdade fiquei muito sentido com a minha exclusão do C.R.. Ainda hoje considero que isso é um sinal que Portugal não sabe nada do que se anda a fazer. Eu era membro vitalício do C.R. e fui excluído do C.R. que era um órgão fundamental e toda a gente achou muito bem. Quer dizer não senti ninguém a opôr-se a uma decisão que começa logo por ser gravíssima... Eu que venho da Junta de Salvação Nacional saio do C.R. por decisão não sei de quem.

S.F. — É por isso que o sr. almirante diz que foi traído?

P.A. — Eu acho que sim que fui traído. É esse o termo correcto, é claro e simples. Agora por quem, não sei. Mas fui traído por uma decisão com certeza do plenário do C.R. e a votação foi contra mim. Nem sei se votaram. Quem é que tinha autoridade para me tirar do C.R. ainda não percebi. Porque se era por eu ser chefe do E.M. da Armada então muito enganosos, porque eu estava no C.R. era por ser membro da JSN, não era por ser chefe do E.M.A.. Assim como o Rosa Coutinho saiu do C.R. quando foi a Angola e voltou por direito próprio, eu saí porque estava a desempenhar uma função política como 1.º ministro, mas entrava pela minha função da JSN como o Rosa Coutinho... Mas os sr. da comunicação social nunca falaram nisto, acharam todos muito bem que o sr. almirante tivesse saído do C.R.. Eu achei muito mal e foi muito mau para o País.

S.F. — Essa linguagem do sr. almirante tem ressonâncias...

P.A. — Esta linguagem é a correcta. Sociais-fascistas — são donos do estado. Um dono do estado é um fascista. Dono de estado é um social-fascista.

Capital-fascista — dono de estado. Mas tanto faz que seja o sr. Vinhas o dono de estado como seja o sr. Brejnev é a mesma coisa. São fascistas porque são donos de estado.

S.F. — Mesmo aceitando a terminologia «estado-nação» há uns que satisfazem melhor as necessidades das populações...

P.A. — Talvez, mas como eles aplicam 60% do rendimento em armamento sem pedirem autorização nenhuma eu mando-os à merda logo pá. Não me serve, pá. O sr. perguntou ao povo se está interessado? Ah, ele diz: «mas vamos conquistar o mundo». Vá à puta que o pariu conquistar o mundo, o raio que o parta, pá. Compreende, não me interessa nada que o sr. vá conquistar o mundo... Eu detesto o estado-nação, quero lá saber dessa porcaria do Estado-Nação, pá, dos pentágonos e dos porta-aviões, eu quero lá saber disso para alguma coisa, isso é feito com certeza à custa do que se está a tirar ao povo, pá, e eu fico logo danado.

NÃO HÁ CONFESSIONÁRIOS NO PDC

S.F. — Voltando ao PDC: o sr. almirante disse há bocado que não tem nada a ver com os capitalistas. E o PDC demarca-se dos capitalistas?

P.A. — Demarca-se dos capitalistas ortodoxos, com certeza. Nem sequer cá estão, nem interessam. As encíclicas papais não têm nada que ver com os capitalistas ortodoxos. Mata esses gajos à nascença, pá. Não está lá um. Esses gajos são obsoletos, não está cá nenhum. Porque o socioeconómico é comandado por encíclicas pa-

pais, por isso é que se chama cristão. Nós não temos nada a ver com a evangelização que isso é com a Igreja, era o que faltava. Nós não somos confessionários. Isso é outro aspecto que o Pinheiro de Azevedo tem que discutir muito claramente. Eu não tenho nada que ver com os confessionários. Essa tendência não existe porque está definido claramente que não há confessionários no PDC. Isso está arrumado há mais de 25 anos, não é de agora. Agora o socioeconómico está condenado até pela «Rerum Novarum».

S.F. — Que não está interessado na polarização direita-esquerda disse-o o «almirante sem medo» ao S.F. porque essa polarização «não significa coisa nenhuma em termos reais». Em que é que está então interessado?

P.A. — Eu estou interessado em considerar aqueles que gostam de ser comandados por regras e por normas a que eu chamo estado-nação e que gostam de gastar dinheiro em armamento e que gostam de prejudicar o bem dos cidadãos em prejuízo do prestígio externo. São da direita e da esquerda. Há sete regimes na mesma classificação. Começa pelos sociais-fascistas, por sociais-capitalistas, pelos capitalistas e vamos andando por aí fora e nunca mais acaba.

S.F. — Essa linguagem do sr. almirante tem ressonâncias...

P.A. — Esta linguagem é a correcta. Sociais-fascistas — são donos do estado. Um dono do estado é um fascista. Dono de estado é um social-fascista.

Capital-fascista — dono de estado. Mas tanto faz que seja o sr. Vinhas o dono de estado como seja o sr. Brejnev é a mesma coisa. São fascistas porque são donos de estado.

S.F. — Mesmo aceitando a terminologia «estado-nação» há uns que satisfazem melhor as necessidades das populações...

P.A. — Talvez, mas como eles aplicam 60% do rendimento em armamento sem pedirem autorização nenhuma eu mando-os à merda logo pá. Não me serve, pá. O sr. perguntou ao povo se está interessado? Ah, ele diz: «mas vamos conquistar o mundo». Vá à puta que o pariu conquistar o mundo, o raio que o parta, pá. Compreende, não me interessa nada que o sr. vá conquistar o mundo... Eu detesto o estado-nação, quero lá saber dessa porcaria do Estado-Nação, pá, dos pentágonos e dos porta-aviões, eu quero lá saber disso para alguma coisa, isso é feito com certeza à custa do que se está a tirar ao povo, pá, e eu fico logo danado.



MÁRIO SOARES

«as forças da democracia são as mais fortes»

Primeiro-Ministro dos I e II Governos Constitucionais, ministro nos quatro primeiros Governos Provisórios, Mário Soares é, hoje em dia, apenas secretário-geral do maior partido português, cargo que ocupa já desde os tempos do fascismo. Qualquer destes factos habilitam-no a falar, com alguma legitimidade, do 25 de Abril e, principalmente, do período que se lhe seguiu.

Na entrevista que concedeu ao «Fixe», Soares explica alguns porquês, mas, acima de tudo, deixa uma mensagem de esperança no futuro da democracia portuguesa, na sua consolidação e nos seus avanços.

Sempre Fixe — Dr. Mário Soares, que importância política pensa que teve, do ponto de vista interno e externo, o 25 de Abril?

Mário Soares — Considero, evidentemente, que o 25 de Abril teve a maior importância. É uma data da História de Portugal com o mesmo significado que teve 1820 ou 1910. Quer dizer uma data que representa o fim de um regime odioso e a libertação de Portugal.

S.F. — O dr. Mário Soares encontrava-se no estrangeiro na altura da Revolução, foi depois ministro dos Negócios Estrangeiros durante os três primeiros Governos provisórios e, mais tarde, Primeiro-Ministro dos I e II Governos Constitucionais. Portugal, em 24 de Abril, era um País completamente isolado do exterior. Como foi vista a libertação do nosso país no estrangeiro?

M.S. — Estava de facto no exílio quando se deu o 25 de Abril. Estava contudo mais ou menos ao corrente do que se passava, embora não soubesse, evidentemente, o dia em que ia eclodir o Movimento. O 16 de Março tinha sido uma primeira advertência e tive ocasião de escrever um artigo para o «Le Monde» sobre o Movimento dos Capitães, prenunciando que se ia repetir o movimento e que desta vez seria vencedor, visto que o regime de Marcelo Caetano estava condenado e a guerra colonial não tinha saída. Defendi então que as Forças Armadas iriam libertar o País do fascismo e do colonialismo. Estas previsões vieram a confirmar-se.

Portugal era um País completamente menosprezado na cena internacional e nem os seus próprios aliados o podiam defender. Esta situação modificou-se radicalmente a partir da Revolução.

O Movimento suscitou, no próprio dia em que ocorreu, uma imensa curiosidade e eu fui virtualmente assaltado pelos correspondentes estrangeiros, quer em Bona onde me encontrava na manhã do dia 25 quer, depois, em Paris, para onde me

desloquei a caminho de Portugal.

Havia uma expectativa imensa. O regime que era a mais velha ditadura da Europa, tinha sucumbido em poucas horas, sem praticamente se dispararem tiros e sem feridos nem mortos, o que causou um enorme alegria em toda a opinião pública democrática internacional.

Sucedeu que quando eu regressasse, e considerando os contactos internacionais que tinha, por ser secretário-geral do Partido Socialista, que emergia da clandestinidade e que já era, nesse momento, membro da Internacional Socialista, os dirigentes do tempo, principalmente a Junta de Salvação Nacional e o general Spínola, quiseram aproveitar as minhas possibilidades mesmo antes de ser ministro dos Negócios Estrangeiros, no próprio sector da política externa.

Cheguei aqui no dia 28, como se deve lembrar, e nesse mesmo dia fui recebido pelo general Spínola. Praticamente saí de Santa Apolónia para ir à Cova da Moura, visitar o general. No dia seguinte, ocupei-me a contactar com os meus camaradas e a reorganizar o partido que entrava na legalidade e era surpreendido por adesões em massa em toda a parte. Depois, foi a preparação do 1.º de Maio, com a intenção de torná-lo numa jornada que serena e civicamente fosse a consagração da Revolução, como efectivamente veio a ser. Como deve estar lembrado, apareceram nessa altura na TV, três ou quatro líderes partidários, e eu fui um deles. Pela primeira vez aparecia na TV portuguesa — para pedir à população para festejar o Primeiro de Maio de uma maneira pacífica. Houve a jornada extraordinária do 1.º de Maio de 74, e no dia 2 de Maio, o general Spínola pôs um avião à minha disposição para ir a várias capitais europeias assegurar o reconhecimento da Revolução por parte dos países nossos aliados, que não tinham ainda reconhecido o novo regime. Foi o que sucedeu, por exemplo, em Inglaterra,

onde fui recebido por Harold Wilson, que era então primeiro-ministro e por Callaghan, que era o ministro dos Negócios Estrangeiros. Só depois dessa entrevista é que a Inglaterra reconheceu o novo regime democrático português seguindo-se-lhe, praticamente, todos os outros países.

Nessa viagem tive ainda contactos com todos os chefes de Governo dos países nórdicos, que fui encontrar, salvo erro, na Filândia. Depois estive em Roma onde, além do Governo italiano, contactei também com o meu amigo cardeal Casaroli, que é uma das figuras mais importantes do Vaticano, e que eu já conhecia dos tempos da clandestinidade. Estive depois em França, na Alemanha, em Bruxelas... Enfim, fiz uma espécie de periplo para assegurar e explicar aos países democráticos o que era e qual o significado da Revolução, visto que os embaixadores creditados em Lisboa foram completamente apanhados de surpresa, e não conheciam nada nem ninguém. Não tinham ideia nenhuma sobre o sentido do movimento militar.

Isto abriu todas as portas, não só à Europa mas do mundo democrático, a Portugal que passou imediatamente a gozar de um ambiente de grande simpatia internacional.

Mas, evidentemente, a modificação no sentido de forçar o respeito de todo o Mundo, veio a partir da descolonização. Na verdade, durante esta primeira fase havia, apesar de tudo, uma grande desconfiança internacional porque os países africanos, particularmente, e muitos países do Terceiro Mundo mantinham reservase uma certa desconfiança, porque não sabiam até que ponto é que iria a descolonização e se nós teríamos, de facto, a coragem de a fazer.

ENCONTRO SECRETO

SF — O sr. dr. foi o primeiro político português a ter contactos com os movimentos de libertação, se não estou em erro, com o PAIGC...

M.S. — Antes de ter um contacto com o PAIGC, encontrei o presidente Agostinho Neto, no dia 2 de Maio de 1974 em Bruxelas, clandestinamente. Quer dizer, no cômputo que eu fiz dessa viagem, publicamente, não referi o encontro que tive com o presidente do MPLA, embora tivesse informado natu-

ralmente, o general Spínola, desse facto. A ideia era, desde logo, estabelecer aqui, o que nós considerávamos como uma primeira fase de descolonização que era um cessar-fogo. E foi ainda nessa viagem que eu encontrei também, no dia 2 de Maio o presidente Senghor, que estava em Paris, e com o qual combinei um encontro para, assim que fosse ministro dos Estrangeiros, em nome do Governo, avistar-me com o

presidente do PAIGC, actual presidente da República de Cabo Verde, Aristides Pereira.

O I Governo Provisório foi empossado no dia 16 de Maio, e nesse mesmo dia o presidente Senghor mandou-me o seu avião particular a Lisboa — pela primeira vez um avião de um país africano independente cruzou o espaço aéreo português — e eu fui a Dacar, encontrar-me, na presença do

primeiro-ministro do Senegal, com o Presidente do PAIGC. Logo ali combinámos não só o cessar-fogo, como o encontro, que veio a efectuar-se umas semanas mais tarde, em Londres, no qual já esteve presente também o ministro da Coordenação Interterritorial, Almeida Santos. E a partir daí começou a primeira fase da descolonização, primeiro com a Guiné, depois Moçambique com o primeiro encontro que



PRIMEIROS MINISTROS ANALISAM PORTUGAL DE ABRIL

Marão Soares

eu tive em Lusaca com o presidente Samora Machel, no qual fui acompanhado pelo então major e mais tarde general Otelio Saraiva de Carvalho — e, finalmente, a independência de Cabo Verde e de Angola.

S.F. — Quais eram as reacções dos membros dos Movimentos de Libertação, nessa altura, ao 25 de Abril?

M.S. — É evidente que para nós havia uma grande vantagem. Não éramos desconhecidos para os dirigentes dos movimentos nacionalistas. Nem eles eram desconhecidos para nós. Tínhamos todos militado nas mesmas organizações antifascistas do tempo de Salazar, e antes de começarem as guerras coloniais em 1961. No MUD, no MUD Juvenil, no Movimento Nacional Democrático, etc., estiveram muitos dos que seriam depois os líderes dos movimentos de libertação africanos, que tinham connosco um largo conhecimento, uma antiga camaradagem. Por outro lado, depois durante os meus anos de exílio tive ocasião também de contactar com os dirigentes africanos. Por exemplo, fui fazer uma conferência, nas vésperas do 25 de Abril, à Suíça, a Geneve, sobre os problemas portugueses, seguida de um colóquio, no qual participaram vários dirigentes africanos. Entre eles, lembro-me, por exemplo de Óscar Monteiro, que é hoje vice-presidente do Governo de Moçambique e que foi uma das figuras importantes das negociações para a independência de Moçambique.

De modo que nós conheciamos-os perfeitamente e eles conheciam-nos a nós.

Naturalmente, quando nós aparecíamos como interlocutores, eles perguntavam até que ponto iria a Revolução e que contância é que nós tínhamos nos dirigentes militares, a maior parte dos quais eles não conheciam.

S.F. — Os políticos portugueses antifascistas serviam como que de ponto entre os movimentos de libertação e os militares portugueses?

M.S. — É evidente. Para eles tinha sido um espanto. Embora esperassem um movimento desta ordem, não conheciam, naturalmente, os militares e queriam saber quais eram realmente as suas intenções, e, sobretudo nessa altura, nessa primeira fase, eles, tinham muita preocupação sobre a própria personalidade de general Spínola, que eles julgavam ter um poder no Movimento das Forças Armadas maior do que efectivamente tinha. Tudo isso, digamos, foi um processo muito rápido, mas eles vieram a convencer-se muito depressa de que nós

não ganhar tempo com o cessar-fogo, e que estávamos, de facto, na disposição de fazer a total descolonização e sem nenhuns preconceitos de tipo neocolonialista. Isso permitiu que as conversações decorressem sempre num ambiente bastante cordial. Lembro-me, só para lhe dar um exemplo, que quando começaram as conversações com o PAIGC, em Londres, eu fui muito auxiliado pelo embaixador da Argélia, que era um amigo pessoal meu, que conhecera anos antes. Esse embaixador, que seguiu com muita atenção essas negociações, visto que uma parte da delegação do PAIGC se encontrava alojada na Emabixada da Argélia, disse-me que tinha feito parte da delegação da Frente Nacional de Libertação da Argélia às negociações de Evian em que foi negociada com a França a independência daquele país. No primeiro dia das nossas reuniões ele perguntou-me à saída, se o encontro tinha sido muito tenso. Respondi-lhe que não. «Não foi nada tenso — disse-lhe — tudo correu num ambiente da maior camaradagem: cumprimentámo-nos e abraçámo-nos». Ele ficou muito surpreendido. Disse-me que achava isso extraordinário, dado que só ao fim de mês e meio de negociações, em Evian, os argelinos tinham apertado, pela primeira vez a mão aos franceses!

RECONHECIMENTO DA RPA

S.F. — Havendo uma tal camaradagem e amizade entre os políticos portugueses e os movimentos de libertação, como é que se explicam as demoras registadas no reconhecimento da independência da República Popular de Angola, demoras que segundo afirmou há tempos o general Costa Gomes, nessa altura Presidente da República, foram da responsabilidade do Governo de então?

M.S. — O processo é muito complexo e um dia talvez não seja ainda o momento, tem de fazer-se a história de tudo isso. Mas posso dizer-lhe que da nossa parte houve erros talvez inevitáveis e actuações que não teriam sido, do meu ponto de vista, as mais correctas. Sem prejuízo de toda a descolonização ser imprescindível, e ter resultado, efectivamente, apesar de todo o dramatismo, um facto positivo, visto à distância, para Portugal e para os portugueses. Sem prejuízo disso, houve erros e houve coisas que se poderiam, porventura, ter evitado. Isto está relacionado com as vicissitudes do processo político interno e pelas lutas e contradições que

nessa altura começaram a vir à luz do dia, no campo da própria Revolução.

Isto porque a Revolução inicialmente — basta ler hoje a frio, o Programa do Movimento das Forças Armadas — tinha objectivos muito limitados.

S.F. — Sim, a própria descolonização não era mencionada no Programa...

M.S. — Falava-se em autodeterminação...

S.F. — Nem isso, essa parte tinha sido cortada pelo general Spínola.

M.S. — Autodeterminação parece-me que sim. Ele falava-se em associações políticas e não em partidos políticos. Uma das minhas primeiras conversas com o general Spínola foi justamente sobre os partidos e eu disse-lhe logo: «Eu, por mim, sou um homem de partido e defendo «à outrance» a existência dos partidos». Os partidos foram impostos e reconhecidos de facto, antes de o serem de direito.

Havia portanto uma certa ideia de que era preciso o cessar-fogo, imediato e de que era preciso encontrar depois um «timing» para a descolonização, que podia ser mais acelerado nalgumas ex-colónias do que em outras. Particularmente, na Guiné, admitia-se que se poderia chegar rapidamente a independência, embora se tivesse muito receio dos precedentes que daí viriam, por exemplo para Angola. Que em Moçambique as coisas poderiam evoluir um pouco mais rapidamente, mas menos do que na Guiné. E que o processo angolano poderia ser bastante diferente.

Mas havia determinados grandes princípios que era preciso, desde logo, acautelar. E esses grandes princípios chocavam-se com grandes interesses que estavam postos em causa.

Naturalmente que para uma grande parte do capitalismo português, a Revolução foi uma boa coisa, porque era uma maneira de ultrapassar uma situação de impasse que existia no regime passado, mas só desde que essa Revolução fosse controlada e limitada nos seus objectivos. Na medida em que essas limitações começaram a estalar, começaram também a vir à luz do dia as contradições, e as lutas e, em consequência disso, naturalmente, houve acelerações ou travagens no processo de descolonização.

S.F. — E isso veio influenciar o reconhecimento da RPA.

M.S. — Isso, evidentemente, influenciou as nossas relações com os movimentos de libertação e foi, aliás, completamente percebido pelos líderes desses movimentos e até explorado em favor deles, como é óbvio.



S.F. — Já que estamos a falar de política externa vamos esgotar o tema, por ventura com um salto no tempo. Portugal depois do 25 de Abril é olhado de forma diferente no estrangeiro, mormente nas organizações internacionais. Como é que isso se operou?

M.S. — Tive a honra de ser o primeiro político português, como ministro dos Negócios Estrangeiros, a falar na Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas. Às vezes essas coisas esquecem-se e eu não sou pessoa para fazer publicidade daquilo que tenho feito, mas isso aconteceu efectivamente. Nem eu, nem aqueles diplomatas portugueses que me acompanharam poderíamos esquecer a maneira como isso aconteceu. Vimos, pela primeira vez uma sala inteira, de pé, a aplaudir Portugal na Assembleia das Nações Unidas. E nós nem sequer tínhamos ainda feito a descolonização. Países africanos que não tinham ainda estabelecido relações diplomáticas connosco, aplaudiram as minhas palavras.

Nessa altura eu preparei, em conversa com o secretário-geral Kurt Waldheim, a visita à ONU do Presidente da República Portuguesa. Deveria ter sido o general Spínola, mas no meu

regresso, fui surpreendido pelo 28 de Setembro e daí, justamente, aquilo que foi preparado para o general Spínola veio a concretizar-se, uns meses depois, aliás com a minha participação porque continuava a ser ministro dos Negócios Estrangeiros, com o Presidente Costa Gomes.

A situação de Portugal mudou totalmente nas organizações internacionais, depois do 25 de Abril. Foi uma mutação de 180 graus! Quer dizer, aquilo que era uma reserva, uma frieza, uma hostilidade mal contida, passou a ser uma recepção calorosa e uma abertura total. E o nosso peso nessas organizações aumentou imenso. Por outro lado, houve uma grande abertura nas relações diplomáticas. Havia umas dúzias escassas de países com os quais Portugal tinha relações diplomáticas e a nossa diplomacia era, digamos, de subserviência, para comprar, não direi votos favoráveis, mas abstenções.

Quando eu há uns meses fui à República Dominicana, à frente de uma delegação da Internacional Socialista e tive ocasião de ter uma conversa com o ex-presidente Joaquín Balaguer, que teimava em me receber como se eu fosse Primeiro-Ministro português — que era na altura

— embora lá estivesse na qualidade de dirigente socialista. Disse-me ele: «Nós no passado, tínhamos muito boas relações com Portugal, depois essas relações, enfim, congelaram-se um pouco, porque, por exemplo, o dr. Salazar sempre comprava o nosso açúcar...» E eu fiquei muito admirado com aquela revelação, sem compreender porque é que nós na altura, que tínhamos açúcar em Moçambique e noutros sítios, comprávamos o açúcar a S. Domingos... Ele explicou-me: «Ah!, é porque, em contrapartida, nós sempre que era preciso votávamos a favor de Portugal nas Nações Unidas...» Portanto, a nossa diplomacia era isso, era andar a mendigar e a comprar os votos dos países amigos, ou que por alguma razão nos apoiavam, para nos opormos às condenações que vinham da parte dos africanos e do Terceiro Mundo. Essa situação modificou-se totalmente.

Por outro lado, também não tínhamos relações com os países de Leste e eu tenho a honra de ter sido quem restabeleceu as relações diplomáticas com todos os países de Leste. Só não o consegui com a China, por motivos alheios a nossa vontade, mas quando o II Governo foi exonerado, uma das coisas que estava em carteira e que ia concretizar-se a curto prazo, era o estabelecimento de relações com a China. Infelizmente não pôde acontecer ainda, mas creio bem que será feito.

EUROPA

S.F. — E a política em relação à Europa, nomeadamente ao Conselho da Europa e à CEE?

M.S. — A política em relação à Europa é muito posterior, no sentido de que só depois é que houve aprofundamento das relações com a Europa. Isto porque, com a evolução do processo político português interno, a política que eu esbocei em relação à Europa, foi, de certa maneira, congelada depois. Só veio a concretizar-se com o I Governo Constitucional, quando, em nome do Governo Português e depois de autorizado devidamente pela Assembleia da República, fiz o pedido formal de adesão de Portugal à Comunidade Europeia. Nessa altura, iniciámos as negociações que estão em curso, e então começaram a tecer-se os grandes laços de aproximação de Portugal com a Europa, no plano, digamos, institucional.

Quanto ao Conselho da Europa, foram passos que se deram logo, no início, de forma a integrar Portugal no Conselho da Europa e também para obter a ratificação da Convenção Europeia dos Direitos do Homem. Fui eu

**PRIMEIROS
MINISTROS
ANALISAM
PORTUGAL
DE ABRIL**

Mário Soares

ainda, que, em 28 de Setembro, justamente no dia em que se estavam a dar aqui os acontecimentos que sabe, que me dirigi em nome do Governo Português, pela primeira vez, ao Conselho da Europa. Lembro-me que fui interpelado por vários deputados, de vários países, que me perguntavam: «Mas o senhor ainda é ministro dos Negócios Estrangeiros, ou já não é? O que é que se passa em Lisboa?». Esses debates até estão publicados, porque foram estenografados, e são bastante curiosos.

S.F. — Falou à boca do que a política de Portugal em relação à Europa foi congelada. Ora nessa altura falou-se muito de Portugal como ponte entre a Europa e os países do Terceiro Mundo e das ligações de Portugal com os países do Terceiro Mundo, nomeadamente os países africanos. Ora estas ideias parecem que foram congeladas depois da posse do I Governo Constitucional. O que lhe parece?

M.S. — Acho que não há contradição, sempre o achei, entre uma política de defesa da Europa e uma política de ligação ao Terceiro Mundo. Com a condição de nós não nos considerarmos, nós próprios, um país do Terceiro Mundo, mas sim um país europeu. Porque nós não temos nada a ganhar em sermos um país do Terceiro Mundo, que não somos. Pelo nosso nível de vida, apesar de sermos um dos países mais atrasados da Europa, pela nossa cultura, pela nossa tecnologia, pelas aspirações do nosso povo, nós somos um País europeu. Mas, evidentemente, nós dentro da Europa somos dos países, infelizmente, mais atrasados, e temos algumas pontes, de natureza histórica e outras, com o Terceiro Mundo. Por isso, a nossa posição tem a ver com o estabelecimento de uma ligação, que pode em parte fazer-se por nosso intermédio, entre a Europa e o Terceiro Mundo, particularmente com os países africanos de expressão portuguesa, e também com os países da América Latina, com os quais nós temos um relacionamento fácil. Nós, e os espanhóis.

Mas essa antinomia, ou pseudo-antinomia, que refere tem a ver com outra coisa. Com o facto de os países do Terceiro Mundo serem mais ou menos não-alinhados e com a nossa posição como País membro da NATO. Tem mais a ver com a teoria que em certa altura se chegou a pôr, em relação também com as vicissitudes do nosso processo revolucionário interno, quando se defendeu que deveríamos tomar uma posição de um certo não-alinhamento, de afastamento em relação aos

compromissos que temos com a NATO. E de facto houve, em certo momento, grandes prevenções e até certas limitações, ao conhecimento, por parte dos representantes portugueses, de certos segredos de tipo estratégico da NATO, no ano de 75...

TERCEIRO MUNDO

Para responder à sua pergunta por forma concreta, importa dizer que não houve um congelamento das nossas relações com o Terceiro Mundo, o que houve foi uma precisão e, melhor, uma reformulação do papel de Portugal como País europeu, membro fundador da NATO, mas aberto naturalmente, ao Terceiro Mundo.

S.F. — Para terminar este tema da política externa, gostava que o dr. Mário Soares falasse de dois assuntos com uma relativa actualidade. O primeiro é a possibilidade de Portugal vir a ser eleito para membro do Conselho de Segurança das Nações Unidas. O segundo é sobre a proposta que recentemente foi feita pelo presidente Andrés Perez, da Venezuela, defendendo a concretização de uma organização internacional que abarcasse os países de língua portuguesa e espanhola dos dois lados do Atlântico.

M.S. — Quanto à primeira questão, é um facto que está tudo preparado para que Portugal possa vir a ser eleito membro do Conselho de Segurança. Portugal nunca o foi, embora pertença às Nações Unidas desde há mais de 20 anos. Nunca o foi porque estava numa situação politicamente difícil e não tinha condições nenhuma para isso. Com a Revolução de Abril a situação modificou-se e, portanto, desde o início da Revolução, vimos a fazer diligências diplomáticas sérias para, na altura própria, sermos eleitos para o Conselho de Segurança. Penso que o seremos. Ou pelo menos, quando eu segui esse «dossier» como Primeiro-Ministro, tínhamos todas as condições para o vir a ser.

No que se refere à proposta de Carlos Andrés Perez, é uma proposta que por enquanto tem mais conteúdo político que económico. Penso que devemos desenvolver todos os laços com os países da América Latina. As relações económicas, sociais e políticas com a Venezuela, concretamente, são muito boas, e resultam também de ter havido até agora, uma grande identidade entre os dois Governos, visto que o Governo daquele país tem sido dirigido — vai agora haver eleições no fim do ano — por um presidente que é

líder da Acção Democrática Venezuelana, partido que tem o estatuto de observador na Internacional Socialista. Há portanto, relações que vêm desde há muitos anos com a Venezuela. Estive pela primeira vez na Venezuela em 1970, e desde aí mantive relações muito estreitas com o grande líder moral do movimento socialista, ou socialista, venezuelano, que é Rómulo Bettencourt.

Esta ideia da organização internacional é uma ideia que está nos nossos espíritos e que eu penso que tem condições para poder ser concretizada.

Nós, Partido Socialista, vamos realizar aqui em Lisboa, no final deste mês um colóquio, organizado pelo PS, mas com a presença de líderes espanhóis como, por exemplo, Filipe Gonzalez, e de líderes latino-americanos,

Na óptica, e de acordo, com a experiência democrática de Portugal e de Espanha, vamos analisar a eventual transformação democrática desses países. É um tema que tem uma imensa importância para a América Latina e que é seguido com uma grande paixão.

Isto porque nós somos os únicos países europeus que, tendo tido ditaduras fascistas, conseguiram um, por via de uma Revolução, outro, por via de uma evolução, pôr fim a essas ditaduras estando hoje a caminho de construir regimes democráticos. Isto, evidentemente, interessa aos países da América Latina, que, na sua grande maioria, sofrem há muito tempo ditaduras, que foram, de alguma maneira, inspiradas pela chamada «escola de Chicago», que inventou a célebre teoria da «aliança

res e por meio de repressões que foram, em muitos casos, sangrentos, e que deixaram marcas profundas no espírito desses povos.

Por isso, é indispensável encontrar uma saída democrática para esses países. A nossa experiência, aqui, em Portugal, é muito multifacetada e a experiência espanhola, é também muito rica. Ambas servem como ponto de referência. Tais relações têm muito mais interesse para Portugal do que qualquer ligação com países afastados do Terceiro Mundo, excepção feita, no caso português, dos países africanos que estão ligados a Portugal por serem antigas colónias ou por neles se ter exercido no passado, a influência portuguesa.

S.F. — Mudando de assunto gostaria que me dissesse quais foram, do seu

uma revolução copernicana na mentalidade dos portugueses, de cujo alcance, muitas vezes, nem eles próprios se apercebem. Os portugueses estavam perfeitamente condicionados. Os portugueses maiores de 40 anos sentem o traumatismo de term vivido durante muito tempo sob uma ditadura. Os mais novos não sentem esse traumatismo e isso é extremamente importante para eles. Mas, também por isso, não são sensíveis, como os mais velhos, aos perigos de um regresso ao fascismo.

Socialmente o que é que a Revolução trouxe? Trouxe em primeiro lugar, a todas as classes trabalhadoras e em particular aos operários, aos trabalhadores do campo, aos pequenos empregados de comércio, dos escritórios, etc., regalias que eles não tinham e o sentido da sua própria dignidade. A capacidade de se organizarem, de reivindicarem, de falarem livremente; e regalias concretas que são, no domínio social, de uma importância extraordinária. Isso é visível particularmente nos campos, onde, apesar de se dizer, e com razão, que as reformas estão muito longe de corresponder às necessidades, que as pensões de reforma são baixas, que a assistência médica não corresponde às exigências do final do século XX, a verdade é que, em comparação com aquilo que existia no passado, houve um salto qualitativo enorme que toda a gente sentiu. Porque as mulheres não tinham pensões de reforma nem estavam equiparadas aos homens, e hoje, a partir dos 65 anos, toda a gente tem a possibilidade de ter a sua reforma; por outro lado há a possibilidade de receberem gratuitamente, ou com um pagamento mínimo, medicamentos e tratamentos médicos, etc.; a situação modificou-se extraordinariamente nas condições de trabalho e nos honorários auferidos. Os horários de trabalho, o direito às férias, e a legislação de trabalho, tudo isso são conquistas de uma importância extraordinária para todos os portugueses e para os trabalhadores em geral, não obstante haver muita razão reivindicativa particularmente no que respeita a salários reais. E se fizermos comparações tendo como ponto de referência o fascismo e não o estado em que estão as classes trabalhadoras em países mais avançados e mais ricos do que nós, a verdade é que se fez um progresso sensível. Mas as pessoas têm uma memória muito curta. Daquilo que se obteve não se fala, do que se fala são das preocupações do dia-a-dia, o que aliás é perfeitamente natural. Mas no plano social houve modificações enormes.



de todos ou quase todos os países da América Latina. Cerca de 10 personalidades vêm aqui, para discutir um tema muito genérico «A Democratização na Península Ibérica e nos Países da América Latina».

tecnocrática-militar». Aliança que deu muito mais resultados em certos países da América Latina, porque, mesmo naqueles onde possibilitou um certo «desenvolvimento», este foi feito à custa das aspirações popula-

ponto de vista, os principais reflexos do 25 de Abril na sociedade portuguesa, no dia-a-dia do povo português?

M.S. — Não quero ser demasiado optimista, mas penso que o 25 de Abril foi

PRIMEIROS MINISTROS ANALISAM PORTUGAL DE ABRIL

Mário Soares

Por outro lado, hoje, as pessoas ganharam uma consciencialização dos seus direitos e daquilo que devem reivindicar, muitíssimo aguda, que às vezes aparece esbatida em relação aos seus próprios deveres, porque os trabalhadores, numa sociedade justa, têm direitos, naturalmente, mas também têm deveres, e às vezes esse aspecto dos deveres tem sido demasiado esquecido.

No plano cultural e no plano das mentalidades, houve um avanço imenso, embora pudéssemos desejar que fosse maior. E eu sou dos que o desejaria. Isto porque ainda muitas vezes se encontram reacções e formas de pensamento ligados ao passado, vícios que vêm do antigo regime e que se encontram principalmente naqueles que são os mais idosos, e por quem a Revolução passou um pouco como um acontecimento exterior. Mas foi um dado adquirido e extremamente positivo no plano social e isso representa qualquer coisa irreversível.

Não é hoje possível pensar, no plano social e político em termos de 24 de Abril.

S.F. — Acha que se pode dizer que somos hoje um povo diferente do que éramos no 24 de Abril?

M.S. — Penso que sim, apesar de haver descontentamento, que provém de muitos problemas não terem sido resolvidos, nem o poderem ser facilmente.

Poderá haver muitos demagogos que digam que eles poderiam ter sido resolvidos e sugerir que eles eram capazes de fazer melhor... Mas eu posso-lhe garantir que, nas suas grandes linhas, não havia meios, nem materiais nem humanos para fazer muito mais. Não lhe digo que não tenha havido, durante estes últimos dois anos, insuficiências que não pudessem ter sido dadas supridas, ou respostas a certas reivindicações que não pudessem ter sido dadas mais prontamente.

Mas o que lhe digo é que não é possível fazer subir os salários na proporção que se imagina justo, nem é possível reduzir os preços na situação financeira de dependência em relação ao exterior em que Portugal está e com a produção que tem em relação ao consumo. Isso são dados que afectam todos os governos, sejam eles quais forem e que não têm a ver com a ideologia, nem sequer com a capacidade das pessoas. Tem a ver com um condicionamento que é necessário ter em conta na medida em que não é susceptível de modificação a curto prazo.

Mas, no plano da pergunta que me faz, eu penso que o povo é diferente e que quatro anos e meio de uma vivência política intensa, com tudo

aquilo que se passou e com as contradições, os erros e os desvios que teve a própria Revolução, apesar de tudo isso, penso que as pessoas se modificaram, embora, como lhe disse, se oiça em certos sítios — mas penso que isso é também mais intoxicação do que um facto real — um certo saudosismo, em certas camadas sociais. Isso é, digamos, um refluxo inevitável em qualquer Revolução.

A ECONOMIA

S.F. — Isso leva-nos às questões económicas, já que poderá ser um pouco sobre pressão das dificuldades quotidianas que as pessoas reagem dessa maneira.

M.S. — Naturalmente que as dificuldades económicas em Portugal, têm sido altamente exploradas, por aqueles que fazem uma propaganda de direita e que querem, no fundo, um regresso, não direi a um passado salazarista, mas a um certo catenismo sem colónias e talvez um pouco mais liberal. E esses, que apostam nessa corrente, naturalmente exploram as dificuldades económicas.

Sem razão, porque seguramente que não seriam capazes de fazer melhor do que foi feito, porque não é possível, com os meios que temos, modificar de uma maneira significativa a política que foi seguida. E é por isso que, no plano económico, vimos agora o que se passou na discussão do Programa do III Governo, quando se começaram a lançar uns boatos de que ia baixar a gasolina, que os preços das coisas iam baixar e não sei que mais. A verdade é que o ministro das Finanças, foi obrigado a dizer que a política económica seria exactamente a mesma, apenas porventura agravada, porque não havia outra. Porque efectivamente não há. Responsavelmente não há outra política senão aquela que fizemos.

Nós conseguimos, durante os meus dois governos e principalmente com as negociações com o Fundo Monetário Internacional, suprir uma crise financeira agudíssima, recuperar uma parte das reservas de ouro do Banco de Portugal comprometidos e conseguimos, através dos grandes empréstimos, lançar as condições financeiras para uma recuperação económica a prazo. Mas isso implica estabilidade política e é por isso que esta crise actual é uma crise extremamente perigosa para o nosso país.

S.F. — Para quando os reflexos, no dia-a-dia das pessoas, da política económica desenvolvida pelos dois Governos constitucionais a que presidiu?

M.S. — Naturalmente que, no plano social, poderá fazer-se muito, a prazo curto, se houver vontade. Mas a melhoria das condições de vida gerais tem a ver com a recuperação económica do País. Sem que o País aumente a produtividade e a produção

significativamente, não se pode aumentar o consumo. Porque a nossa grande deficiência estrutural, é que consumimos todos muito mais do que produzimos. E isto, não é só; não é possível «a la longue» manter uma tal situação, porque não podemos



viver da caridade alheia. Temos de viver com os nossos próprios recursos, e por isso temos de racionalizar, explorar, desenvolver pelo trabalho, os nossos recursos e limitar os consumos às necessidades fundamentais, para que a produção venha a ser maior que o consumo, de maneira a que possamos aumentar o investimento para, através deste, assegurarmos o futuro das gerações vindouras.

É um trabalho que implica tempo, ao qual se submetem certos países, como, por exemplo — eu já citei várias vezes — a Alemanha do pós-guerra, que ficou totalmente arrasada e que, através do trabalho, criou uma situação que hoje é invejável.

Se nós nos soubermos organizar, trabalhar e disciplinar, conseguiremos resolver os problemas. Se não formos capazes de fazê-lo, a situação tende a agravar-se e isso terá consequências inevitáveis no plano político.

S.F. — O sr. dr. pensa que o 25 de Abril e o processo que se lhe surgiu trouxe alterações profundas e estruturais à economia portuguesa?

M.S. — Naturalmente que sim, visto que há alterações estruturais que são importantes. A Reforma Agrária é um facto evidente, com reflexos que podem ser mesmo muito importantes, no viver concreto das populações das extensas regiões onde ela foi introduzida, tal como as nacionalizações e a liquidação de certos grandes grupos económicos, que no total de 8 ou 9 «grandes famílias» dirigiam e monopolizavam completamente a economia portuguesa. O facto de essas alavancas terem passado para a área do Estado, é muito importante, desde que o Estado esteja comandado por democratas e por pessoas que queiram o benefício da população, no seu conjunto. E também nesse projecto social avançado. Porque, se o Estado for assaltado pelas forças do passado, no plano político, então elas têm os instrumentos e as alavancas para poderem operar, através do aparelho do Estado, a total reconversão daquilo que foram as grandes transformações económicas e sociais trazidas pela Revolução. No pior sentido. Ora isso é uma perspectiva e um perigo real, altamente preocupante.

A CONSTITUIÇÃO

S.F. — Essas transformações que apontou foram depois consagradas na Constituição, que traça para além delas metas ainda mais profundas e radicais. Gostava de saber o que é que o sr. dr. pensa da possibilidade de essas metas virem a ser atingidas

a médio ou a longo prazo.

M.S. — Como sabe, nós, socialistas, somos responsáveis em parte, pela actual Constituição. Se bem que nunca tivéssemos dito, como o PPD, que esta Constituição é social-democrata. Mas isso foi dito há dois anos... hoje dizem o contrário!

A verdade é que nós pensamos que a Constituição é um texto com muita importância, que deve ser defendido, mas também que deve ser melhorado e aperfeiçoado. Sou partidário de que haverá aspectos na Constituição que devem ser corrigidos, no momento próprio, isto é, no prazo e nas condições legalmente previstas pela própria Constituição para a sua revisão, e não antes.

A Constituição representa um certo ponto de equilíbrio e reflecte, também, as contradições existentes na sociedade portuguesa no momento em que foi feita. Reflecte um certo equilíbrio de forças que se verificou num período da nossa Revolução. Tem sido de resto, posta em prática e aplicada durante os dois Governos a que presidi, como instrumento, justamente, de moderação e equilíbrio, entre interesses de classe e outros que são contraditórios. Mas a maneira de os não tornar explosivos e de não levar a sociedade portuguesa a confrontações de tipo violento, que a meu ver seriam de momento desfavoráveis às forças de esquerda, foi justamente aplicá-lo com moderação e equilíbrio. A Constituição é muito ideológica e tem aspectos que são criticáveis importa pois aplicá-la com bom senso e introduzir-lhe, oportunamente, as correcções que a prática aconselhe.

Na Constituição estão inscritos grandes objectivos que hão-de considerar-se como metas a longo prazo. É o caso da via para o socialismo e da transformação da sociedade portuguesa numa sociedade socialista. Ora para se chegar a essa meta, e para que no caminho não haja acidentes de percurso que possam fazer voltar todo o processo para trás, é indispensável que saibamos o terreno que pisamos, no plano social e económico. É preciso prioritariamente assegurar a recuperação da nossa economia, porque sem ela não se pode passar a uma fase mais adiantada. O socialismo, imposto pela força, pode ser tentado em sociedades arrasadas e de penúria. Mas o socialismo, com democracia e liberdade, só pode ser tentado se houver uma pré-existente abundância que, infelizmente, neste momento ainda não existe na nossa sociedade.

É nesse sentido que devem ser interpretadas as palavras

PRIMEIROS MINISTROS ANALISAM PORTUGAL DE ABRIL

Mário Soares

que eu disse, e que foram muito exploradas em sentido contrário, de que não estávamos, neste momento, prioritariamente, preocupados em avançar na direcção do socialismo. Penso que, prioritariamente, é preciso recuperar a economia, para mantermos e consolidarmos a democracia, sem a qual não se pode marchar em direcção ao socialismo, tal como o entendo, e desejo, ou seja, socialismo em liberdade.

S.F. — Eu gostava agora de abordar um outro tema — a política. A evolução política de Portugal é extraordinariamente complexa, com fases diferenciadas...

M.S. — Extraordinariamente complexa e extraordinariamente rica, tem tido seguida com muita paixão, não só pelos portugueses como também por muitos estudiosos e observadores políticos do mundo inteiro. E, na verdade, nós vivemos aqui algumas experiências verdadeiramente exaltantes, que não são conhecidas em nenhum outro país.

Nomeadamente, costumamos dizer, e é verdade — aliás isso foi dito por um homem ilustre deste século, que morreu já depois do 25 de Abril, André Malraux — Portugal deu o primeiro exemplo ao Mundo em que os mencheviques (leia-se socialistas), venceram os bolcheviques (leia-se comunistas). E isso foi uma experiência inolvidável dos anos 75, quando liderámos um grande movimento popular, experiência extremamente rica de ensinamentos. Neste momento estamos a viver outra experiência de sentido exactamente contrário, visto que há toda uma vaga de fundo para enfraquecer a democracia e o regime de partidos e pôr em causa a Constituição e os seus valores fundamentalmente democráticos, para já não falar nas transformações que vão na direcção do socialismo. É preciso pôr um dique a essa vaga de fundo liderada agora por um partido populista e essencialmente demagógico, o PPD/PSD. Penso que aí, mais uma vez, o Partido Socialista tem um papel extraordinariamente importante a desempenhar. E é exactamente por isso que nós, Partido Socialista, como em 75, estamos a ser atacados por todos os lados. Porque se sente que o enfraquecimento do Partido Socialista, e a sua destruição, é o melhor caminho para anular o espírito do 25 de Abril e todo o imenso potencial de esperança que trouxe a este País.

S.F. — Vão vencer esta segunda luta?

M.S. — Não tenho quaisquer dúvidas acerca disso. É apenas uma questão de prazo. Penso que a democracia e a Revolução de Abril

serão defendidas e que para tanto não teremos de voltar a situações de luta tão duras como as que conhecemos noutros períodos, mormente no tempo do fascismo.

S.F. — Pensa que essas batalhas poderão trazer para a sociedade portuguesa cicatrizes difíceis de sarar?

M.S. — Sem dúvida. As lutas políticas têm como pano de fundo, subjacente, as contradições económico-sociais que existem no nosso País. Aliás, nós estamos a viver um processo que lembra sob certos aspectos o que se viveu durante o sec. XIX, com o liberalismo. Nós assistimos ao prenúncio de um mundo novo, em luta com um mundo velho que tenta perturbar e entrar tudo aquilo que são os novos valores. Há forças de progresso na sociedade portuguesa que têm uma pujança inegável e incontida, mas há igualmente forças obscuras e contraditórias que teimam em sobreviver. E isto, numa situação de crise económica aguda, que é também uma crise internacional, com reflexos gravíssimos em Portugal, e que foi aqui agravada com as profundas transformações realizadas na sociedade portuguesa, resultantes das reformas democráticas, da descolonização e do regresso de cerca de um milhão de portugueses. Isto são dados que complicam singularmente a nossa situação e que explicam algumas das contradições existentes. Em política há sempre movimentos pendulares de opinião. Temos a experiência da Revolução Francesa: passou-se a primeira época, depois entrou-se numa fase de grandes transformações, violentas, durante a Convenção, e depois passou-se ao Directório, ao Consulado, e por aí adiante.

Mas toda esta linha de progresso, contraditória ou pouco sinusoidal, tem um sentido determinado, vista dum certa perspectiva. As contradições, a evolução, os avanços e recuos da nossa Revolução, desde o 25 de Abril, têm também um sentido. Não há razão para que as forças do progresso estejam desencorajadas, ainda que neste momento os ventos soprem do lado da extrema-direita. Passageiramente, espero, por razões sociológicas e psicológicas explicáveis, assistimos a uma ofensiva antidemocrática preocupante. Isso faz parte de um processo que é contraditório e complexo. Julgo, porém, que as forças da democracia em Portugal, são mais fortes. Continuo, por isso, a apostar numa evolução democrática da sociedade portuguesa, embora admita que estamos num período particularmente difícil.

GOVERNOS CONSTITUCIONAIS

S.F. — Quais terão sido as principais contribuições dos dois Governos a que o dr. Mário Soares presidiu, na definição desse caminho para o progresso da sociedade portuguesa?

M.S. — A democracia, em Portugal, era apenas uma promessa. Concretizou-se essa promessa com a Constituição. Os dois Governos que a aplicaram e que viveram plenamente a democracia dimanada da Constituição foram os Governos Constitucionais.

Durante os Governos Provisórios, operaram-se grandes transformações, fez-se a descolonização, realizaram-se as eleições para a Assembleia Constituinte, elaborou-se a Constituição, perante uma relação de forças difícil, entre o poder civil e o poder militar, que ficou expressa através dos pactos entre o MFA e os partidos. Mas quem aplicou a Constituição e quem estabeleceu a situação democrática em Portugal foram os dois primeiros Governos Constitucionais, a que tive a honra de presidir. Por outro lado, isso foi feito num ambiente de concertação e de diálogo permanente, num momento em que o País se apresentava profundamente dividido e profundamente traumatizado com a Revolução. Em muitos casos havia tais antagonismos e tão profundas divisões na sociedade portuguesa que se poderia ter chegado a uma confrontação violenta, se não mesmo a uma guerra civil. Isso foi evitado, houve uma distensão e uma acalmia efectiva na sociedade portuguesa, por obra da acção política dos dois Governos. Tornámos viável no plano económico o sistema económico-social misto delineado na Constituição. Sem mexer em aspectos fundamentais, como as nacionalizações e a Reforma Agrária, tentámos, entretanto, dar dinamismo ao sector privado e ao sector público, que permitisse recuperar a economia, a prazo, sem pôr em causa aquilo que foram as grandes transformações económico-sociais progressivas trazidas pelo 25 de Abril. E manter abertas todas as portas para transformações futuras. Demos um novo realce à posição de Portugal no mundo e replantámos Portugal na Europa, no pedido de adesão ao Mercado Comum. Estabelecemos relações normais, ou de normalização, com os países africanos de expressão portuguesa, depois de todos os traumatismos da descolonização, através de negociações diplomáticas normais com esses países. E reabsorvemos o fenómeno mais

grave e mais desestabilizador que existia na sociedade portuguesa, o problema dos retornados. Eis algumas das grandes linhas da política realizada pelos dois Governos sem referir aspectos sectoriais importantíssimos. Essa política foi exercida num momento de crise económica agudíssima, como já disse, com apertos financeiros de tesouraria do Banco de Portugal, em que várias vezes estivemos à beira da bancarrota e que fomos capazes de evitar através de negociações difíceis com as quais conseguimos crédito externo de forma a criar as condições financeiras necessárias à recuperação económica do País.

S.F. — Quais poderão ter sido os reflexos da queda do II Governo nesse caminho para a estabilização?

M.S. — É cedo por ventura para o dizer. Na Assembleia da República, na intervenção que fiz, tive ocasião de afirmar que considerava extremamente grave e indesculpável a ruptura do acordo político PS/CDS, que levou à exoneração do II Governo. Porque este representava um equilíbrio político precário, difícil de voltar a obter-se. É evidente que há partidos que são mais sensíveis do que outros às oscilações de tipo eleitoral.

Podem ser feitas todas as críticas ao Partido Socialista

menos essa, visto que o Partido Socialista, com inevitável desgaste, tem assegurado durante estes dois anos a continuidade do Estado português. Por isso sofreu uma erosão que cria ilusões, justamente, àqueles que nos querem substituir como partido mais votado. Mas a verdade é que, durante todo este período, o PS pôde criar condições extremamente importantes para o futuro do nosso País e para a resolução dos grandes problemas, a prazo, se houver estabilidade e equilíbrio.

Por isso foi extremamente negativo que, sem ponderação, se tivesse rompido o precário equilíbrio conseguido. Obtê-lo de novo, vai ser difícil. Mas tem de ser conseguido, com flexibilidade e abertura de espírito.

Sem estabilidade política não há recuperação económica. E se não conseguirmos um novo equilíbrio político e social, é evidente que todo o esforço ficará comprometido. Entraremos numa crise de consequências gravíssimas. Se se obtiver esse equilíbrio de novo é possível que toda essa política de recuperação possa continuar e desenvolver-se.

S.F. — Pensa que se conseguirão reunir as condições para restabelecer esse equilíbrio a curto prazo?

M.S. — Penso que sim. Aliás, avançamos uma hipó-

tese de trabalho e uma proposta na minha intervenção e solicitámos ao Presidente da República uma entrevista justamente para expormos o nosso ponto de vista. Não que nós queiramos ou estejamos minimamente interessados sequer em ser de novo Governo. Uma vez que fomos exonerados e uma vez que se tentou afastar o Partido Socialista da área do poder, sem consideração pelos resultados das eleições, que continuam a ser as de 1976 uma vez que se deu esse passo, agora há que encontrar outras soluções. Mas nós pensamos que é possível formar um Governo com caução partidária e no qual nós estamos dispostos a assumir a nossa quota-parte de responsabilidade. Mas em conjunto com outros partidos e não, naturalmente, nós.

É curioso que frequentemente se ouve dizer que os resultados das eleições já não representam o sentir do País. Porém, em democracia, o fundamental é que enquanto não haja novas eleições, se não ponham em causa os resultados das anteriores. Imaginemos que amanhã, por hipótese, ou o Partido Comunista, ou o CDS ou o PPD obtinham maioria. Não poderia eu, um ano depois começar a dizer: «Agora o povo já não pensa como antes, vamos lá fazer de novo eleições».



**PRIMEIROS
MINISTROS
ANALISAM
PORTUGAL
DE ABRIL**

João Soares

Não é democrático no sentido mais estrito do termo, estar a pôr em causa aquilo que foi adquirido para quatro anos. Se ao fim dos quatro anos, o povo entender que o Governo governou mal, pois a sanção será votar noutro partido, e derrotá-lo. É assim que sucede na Inglaterra, na França e em qualquer outro país. E não por sondagens, empiricamente feitas, ou por resultados parcialíssimos que se estendam de maneira desmedida.

Lembra-se, por exemplo, que um ano antes das últimas eleições francesas, todas as sondagens davam a esquerda como grande vencedora e o presidente Giscard d'Estaing em perda total. Ora a verdade é que François Mitterrand nunca pôs em dúvida que Giscard devesse continuar a ser o presidente dos franceses até ao final do seu mandato. Estava esperançado que em novas eleições, no prazo adequado, ganhasse. Mas é nisso que consiste a democracia — em aceitar o seu resultado até que haja, nos prazos previamente estabelecidos, novas eleições.

Contudo, esta regra elementar nunca foi aceite por certas forças políticas que sempre tentaram influenciar o Presidente da República procurando arrastá-lo para posições que visam a modificar o resultado das eleições, sem recurso a novas eleições. Quando se fala num Governo de Salvação Nacional e se quer utilizar o PPD e o CDS para, maioritariamente, poderem dominar o PS, na presunção de que o PS aceitará uma coisa dessas — o que é errado — é evidente que se quer defraudar o resultado das eleições, sem fazer novas eleições. E quando se exige mesmo uma maioria estável e coerente, é para levar o PS a não assegurar a posição que as eleições lhe deram. Mas se se chegou a uma posição em que existe um impasse, graças principalmente aos grupos de pressão de órgãos de Informação, pois então que se faça a contraprova, recorrendo a eleições antecipadas. Sempre dissemos que não seríamos nós a propô-las, porque achamos que será altamente nociva esta sucessão de eleições. Se se fizerem eleições no princípio de 79, teremos depois eleições municipais no fim do ano, depois, de novo, eleições legislativas no fim de 1980 e, depois, em 1981 eleições presidenciais. Esta sucessão

de eleições só pode ser advogada por quem queira criar um estado de espírito anti-democrático na população. Mas se se pensa que é uma maneira de sair do impasse, nós não tememos as eleições.

S.F. — De qualquer maneira parece que não pode haver eleições antes de existir um novo Governo, porque o Presidente não pode dissolver a Assembleia.

M.S. — Estamos a fugir ao tema para que me foi pedida esta entrevista. O Presidente não pode dissolver a Assembleia em consequência da rejeição do Programa do Governo. Mas uma vez constituído um novo Governo pode tomar essa deliberação, ouvido o Conselho da Revolução. Resta saber se seria adequado fazê-lo, e em que termos. O que está previsto e resulta do seu primeiro discurso é que o novo Governo, uma vez completado o recenseamento eleitoral e com o País pronto para eleições, porá uma moção de confiança em que perguntará se sim, ou não, há vantagem em haver eleições antecipadas ou se os partidos preferem que os prazos constitucionais sejam respeitados. Esse é a hipótese que o Presidente abriu e que me parece sensata.

S.F. — Voltando ao tema desta entrevista, e ao período que decorreu do 25 de Abril até hoje, gostava de saber se pensa que os partidos políticos e nomeadamente o seu, cumpriram aquilo que deles se esperava depois da Revolução?

M.S. — Evidentemente que há muito de criticável na actuação dos partidos políticos, sem excepção. Mas não se poderia esperar melhor depois de 50 anos sem vida política. Não há, nem havia, uma educação democrática em Portugal. As pessoas não sabiam o que era um partido político, embora houvesse sempre partidos políticos na clandestinidade. É muito diferente um partido clandestino e um partido a viver à luz do dia num regime democrático. Durante 50 anos a vida política ficou metida entre parênteses. Havia uma pessoa que pensava, ali em S. Bento, que estava lá fechado, que não tinha nenhum contacto com o País e decidia por todos. Ninguém podia manifestar-se. Com o advento da liberdade, apareceram umas largas dezenas de partidos. Com vicissitudes diversas, esses partidos vieram a reduzir-se, essen-

cialmente, a quatro que sobreviveram à selecção natural que resulta da vivência democrática. Esses quatro partidos exprimem correntes sociológicas e políticas diferentes, têm uma implantação nacional e regional diferenciada, mas sólida, e todos eles a têm mantido, registando-se, em todas as eleições, uma fidelidade do eleitorado a esses partidos. Todas as tentativas feitas para criar crises e novos partidos, têm sido infrutíferas. Veja por exemplo, em relação ao PPD, os chamados «dissidentes de Aveiro» e, depois, as «Opções Inadiáveis». Em relação a nós próprios, o caso de Manuel Serra, que deu origem à Frente Socialista Popular e depois o que se passou com a cisão do Lopes Cardoso, que deu origem à UEDS. Veja mesmo o que se passou com o MDP/CDE, que durante muito tempo, enfim, se julgou que poderia ser um partido com implantação efectiva e que acabou por ser um pequeno satélite do Partido Comunista. Aliás nós sempre dissemos que a sua existência só teve sentido na fase anterior ao 25 de Abril.

Veja-se ainda o que se tem passado e as dificuldades registadas na constituição em partido do próprio MIRD e a falta de implantação que tem o PDC.

Por outro lado, veja também como a dispersão na extrema-esquerda tem criado

impedimentos a que os diferentes grupos de extrema-esquerda se implantem como verdadeiros partidos de massa. É o caso, por exemplo, do próprio MRPP, que em determinado momento chegou a ter uma certa aura, na primeira fase da Revolução, e que hoje tem muito pouco eco. E outros partidos, à excepção talvez da UDP, que, pelo facto de ter tido um deputado na Assembleia da República, tem conseguido uma certa polarização do descontentamento, à esquerda.

Por tudo isso, estou convencido que os partidos serão obrigados a fazer todos eles a sua própria autocritica e a fazer uma reflexão interna sobre as suas vicissitudes e o seu modo de funcionamento, de forma a que se possam tornar máquinas mais aperfeiçoadas. Máquinas — repete-se — indispensáveis, porque sem elas não funciona qualquer democracia.

S.F. — Pensa o dr. Mário Soares que o aparelho de Estado sofreu alterações profundas com o 25 de Abril?

M.S. — Eu não falaria só do aparelho de Estado, mas também daquilo a que podemos chamar a «tecnocrática», que dirigiu — e dirige — as grandes empresas públicas. Podemos considerar «grosso modo» que o aparelho de Estado ficou praticamente intacto e que,

ao nível das direcções-gerais e dos grandes funcionários públicos, em todos os domínios, apesar dos saneamentos e contra-saneamentos, tudo visto, revisto e ponderado, a situação não se modificou muito. Por outro lado, vemos que mesmo, por exemplo, na Banca nacionalizada, aqueles que a dirigem hoje são os mesmos que a dirigiam ontem, no tempo em que a banca era privada. E nas grandes companhias do sector público isso sucede de maneira mais ou menos idêntica como no plano de administração da justiça ou da diplomacia. Quer dizer que há uma certa classe, ao nível dos quadros e da tecnocrática, se quiser, que se mantém e se adapta, com desvios e correcções individuais, evidentemente, e que sobrevive não obstante as transformações que se deram. Esse ponto, que tem a ver com a reforma da mentalidade e com a vivência da democracia, é um dos pontos mais significativos. Quando nós dissemos que era preciso reformular toda a administração pública, pensávamos que, sem essa reforma em profundidade, não poderíamos assegurar uma vivência democrática efectiva deste País, sem grandes sobressaltos.

Isto no plano da administração, no plano das Forças Armadas, no plano das Forças de segurança, enfim, em todos os planos da vida nacional. Sem uma reforma da

mentalidade, ao nível dos quadros, sobretudo daqueles que têm funções de direcção e de responsabilidade, não se assegura uma vivência democrática efectiva. Isso não se faz de um dia para o outro. Há o estalar de velhos preconceitos, que depois regressam com crises profundas de desorientação, há afirmações, hesitações e negações muito à flor da pele, o que tudo ponderado explica muito do que temos vivido, das contradições, surpresas e oportunismos dos últimos meses e dos últimos anos.

S.F. — Eu gostava que me falasse da democracia portuguesa, dos seus avanços, da sua consolidação e do seu futuro.

M.S. — Não direi que a democracia está já consolidada. Temos uma experiência democrática muito recente. A Constituição está apenas em vigor há dois anos e veja-se como se têm levantado cada vez vozes mais estridentes no sentido de a reverter. Já se fala na criação de um bloco nacional, com um projecto que pretende ser, no fundo, um novo projecto constitucional, por forma a reabsorver aquilo que foi o resultado visível, no plano legal e estrutural, da Revolução de 25 de Abril. Portanto, é de temer que a democracia não esteja ainda tão consolidada como seria de desejar. Mas eu penso que a democracia é um facto, que há grandes forças para a defender e que é preciso que essas forças se mobilizem. Por outro lado, considero que, quer pela relação de forças interna, quer pela conjuntura internacional, não há condições para um golpe antedemocrático de tipo fascista ou neo-fascista.

S.F. — O futuro, o que vai ser?

M.S. — O futuro é sempre uma aposta difícil. Há pessoas que têm uma visão pessimista das coisas. Eu tenho sido confrontado com tantas dificuldades e tido tantas decepções que poderia ser tentado a ver o futuro com olhos escuros. Mas a verdade é que não vejo! Julgo realisticamente, sem grandes exageros de optimismo, que estamos perante horas difíceis, mas que vamos ser capazes de reagir. O povo português vai ter a coragem cívica e a capacidade de defender a democracia e de a fazer avançar. De qualquer maneira, é o que desejo e pelo que me baterei, em quaisquer circunstâncias.



Neste número especial de «Sempre Fixe», oferecido aos leitores do «Diário de Lisboa», colaboraram:
Manuel de Azevedo: coordenador
Ángela Caires, Mário Lindolfo, Luís Humberto e José Vilaça: entrevistadores
Rui Pacheco, Bruno Neves e Hernando Domingues: fotos
Rodil Garcia: arranjo gráfico